

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO**

**Iara Bastos Campos**

**DO DIVÃ ÀS REDAÇÕES:**

discursos sobre a “crise” institucional psicanalítica nos jornais O Globo e Jornal do Brasil  
(1980-1981).

**Juiz de Fora  
Dezembro de 2014**



**Iara Bastos Campos**

**DO DIVÃ ÀS REDAÇÕES:**

discursos sobre a “crise” institucional psicanalítica nos jornais O Globo e Jornal do Brasil  
(1980-1981).

Monografia apresentada ao curso de Comunicação Social, Jornalismo, da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Wedencley Alves Santana.

Co-orientador: Prof. Dr. Potiguara Mendes da Silveira Júnior.

Juiz de Fora  
Dezembro de 2014







## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais, Emília e André, pelo cuidado e confiança.

Ao meu irmão, Flávio, pela atenção e incentivo.

Ao Vitor, pelo companheirismo e carinho.

À Heloísa, Humberto e Juju, pelo suporte e acolhimento.

Às parceiras de jornada, Jéssica, Valéria e Thalita, pela amizade e apoio nos momentos difíceis.

Ao Weden, pela dedicação, paciência e por ter me mostrado que há sempre “outro sentido possível”.

Ao Chico e ao Poti, pelos ensinamentos.

Ao PET-Facom, pelas oportunidades e, aos petianos, pela compreensão.

Ao grupo SENSUS – Comunicação e Discursos – pela interlocução; e aos seus integrantes que contribuíram diretamente para essa conquista – Stéphanie, Cícero, Alice, Lorena, Catarina, Gustavo e Isa – por cada um ter colaborado à sua maneira.

À Facom e a todos os professores e funcionários que fizeram e/ou farão parte desta história, por me proporcionarem crescimento pessoal e profissional.





## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo buscar uma compreensão de como se dá a autorização, pela mídia, da figura do psicanalista, nos anos de 1980 e 1981. Este período corresponde ao da “crise” das instituições psicanalíticas do Rio de Janeiro filiadas à *International Psychoanalytical Association*, que ganhou extensão midiática a partir da denúncia feita pelos psicanalistas Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas no *Jornal do Brasil*. Como um dos fatores motivadores das críticas às Sociedades Psicanalíticas, está a denúncia ao médico Amilcar Lobo, acusado de integrar equipe de tortura da polícia do exército, durante a ditadura militar. A partir de relatos destes acontecimentos, na mídia, buscou-se, do ponto de vista discursivo, compreender a relação entre acontecimento histórico – a “crise” e o “caso Amilcar Lobo” – e seus deslocamentos como acontecimento discursivo midiático, na medida em que a repercussão do caso, pela imprensa, estabelece uma rede de memórias. Os resultados apontaram para vozes e sentidos que realçam o discurso crítico ao autoritarismo da instituição, como uma metáfora da política nacional da época. Além disso, os psicanalistas ocuparam, numa disputa pelo poder, na imprensa, uma posição privilegiada dentre os demais saberes, o que foi evidenciado pela convocação excessiva da figura do psicanalista nas matérias jornalísticas analisadas.

Palavras-chave: Imprensa. Discurso. Crise institucional psicanalítica. *Jornal do Brasil*. O Globo.



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Indicação de seção das matérias coletadas: <i>Jornal do Brasil</i> .....	31
Quadro 2 – Indicação de seção das matérias coletadas: <i>O Globo</i> .....	32
Quadro 3 – Matérias selecionadas para análise: <i>Jornal do Brasil</i> .....	38
Quadro 4 – Matérias selecionadas para análise: <i>O Globo</i> .....	38



## LISTA DE SIGLAS

Ibrapsi – Instituto Brasileiro de Psicanálise, Grupos e Instituições

IEP – Instituto de Ensino de Psicanálise

IPA – *International Psychoanalytical Association* (Associação Psicanalítica Internacional)

PDS – Partido Democrático Social

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PUC – Pontifícia Universidade Católica

SBPRJ – Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro

SEPLA – Sociedade de Estudos Psicanalíticos Latino-Americanos

SPRJ – Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2 A “CRISE” DA PSICANÁLISE NA MÍDIA .....</b>	<b>11</b>
2.1 A “CRISE” INSTITUCIONAL E O “CASO AMILCAR LOBO” .....	11
2.2 O PAPEL DA MÍDIA NA “CRISE” INTERNA DA PSICANÁLISE.....	15
2.3 A PSICANÁLISE NO PÓS-MILAGRE ECONÔMICO BRASILEIRO .....	18
2.4 DISCURSO COMO MEMÓRIA E ACONTECIMENTO .....	20
<b>2.4.1 Acontecimento discursivo (midiático) e rede de memórias .....</b>	<b>21</b>
<b>2.4.2 A “crise” institucional na imprensa: um “acontecimento em si mesmo”.....</b>	<b>23</b>
2.5 DISCURSO, MÍDIA E PSICANÁLISE .....	25
<b>2.5.1 Mídia e discurso: alguns conceitos .....</b>	<b>25</b>
<b>2.5.2 Procedimentos analíticos.....</b>	<b>29</b>
<b>3 DISCURSOS DA/SOBRE A “CRISE” INSTITUCIONAL PSICANALÍTICA .....</b>	<b>31</b>
3.1 DESCRIÇÃO .....	31
<b>3.1.1 Jornal do Brasil.....</b>	<b>33</b>
<b>3.1.2 O Globo.....</b>	<b>36</b>
<b>3.1.3 Recorte e análise do <i>corpus</i> .....</b>	<b>37</b>
3.2 VOZES (NA MÍDIA) SOBRE A “CRISE” DA PSICANÁLISE.....	39
3.3 A PSICANÁLISE, O PSICANALISTA E A SPRJ, NA IMPRENSA .....	40
<b>3.3.1 A psicanálise.....</b>	<b>40</b>
<b>3.3.1.1 Psicanálise e política.....</b>	<b>42</b>
<b>3.3.2 O psicanalista .....</b>	<b>50</b>
<b>3.3.3 A instituição psicanalítica (SPRJ) .....</b>	<b>53</b>
3.4 SENTIDOS SOBRE A “CRISE” E O “CASO AMILCAR LOBO” .....	53
<b>3.4.1 Sobre a “crise institucional” e o “caso Amilcar Lobo” na imprensa.....</b>	<b>54</b>
<b>3.4.2 Sentidos favoráveis à denúncia ou contrários à SPRJ .....</b>	<b>55</b>
<b>3.4.3 Sentidos contrários à denúncia ou aos psicanalistas Pellegrino e Mascarenhas.....</b>	<b>58</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>61</b>

<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>63</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>69</b>
ANEXO A – MATÉRIAS DE <i>O GLOBO</i> .....	69
ANEXO B – MATÉRIAS DO <i>JORNAL DO BRASIL</i> .....	88







## 1 INTRODUÇÃO

Diante de um cenário em que a mídia tem o importante papel de fazer circular discursos, emerge a necessidade de compreender como os saberes acerca do bem e do mal estar contemporâneos se materializam e se propagam pelos meios de comunicação, produzindo sentidos e (se) estabelecendo (em) relações de poder. Surge, também, a importância de avaliar como se institui a autorização ou a desautorização das vozes de especialistas – neste trabalho, daremos foco à figura do psicanalista – convocados pela mídia a “diagnosticar” a sociedade e a depor sobre condutas humanas, afetos, bem e mal estar.

Para atingir a compreensão de como a imprensa se apropria das vozes dos psicanalistas, nos voltaremos para duas situações que se passaram no início da década de 1980 e marcaram as Sociedades Psicanalíticas do Rio de Janeiro: a “crise institucional” desencadeada pela denúncia, publicada no *Jornal do Brasil*, de Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas contra questões institucionais; e o caso do médico Amilcar Lobo, psicanalista envolvido em torturas durante o regime militar, ambas descritas na primeira parte deste trabalho.

Em seguida, abordaremos as questões metodológicas que embasam a pesquisa, partindo de conceitos de memória e acontecimento discursivo na sua relação com o acontecimento midiático materializado nas matérias de jornais. Partimos também do pressuposto de que a mídia é também responsável pela eleição de comunidades interpretativas, um conceito de Stanley Fish (1980), que apresenta um grupo de autores de um campo simbólico qualquer que são elevados à condição de intérpretes da realidade. Além disso, entendemos a comunidade interpretativa dos psicanalistas como “olimpianos modernos”, com base no conceito de Morin (2002). Estes apontamentos teórico-metodológicos serão apresentados na segunda parte.

Por fim, na terceira parte, desenvolveremos a análise discursiva das matérias dos jornais *O Globo* e *Jornal do Brasil*, do período de 1980 a 1981, sobre a “crise” institucional psicanalítica no Rio de Janeiro.

Este projeto teve como antecedente uma pesquisa de Iniciação Científica realizada na graduação, intitulada “Cartografias do mal estar: vozes e sujeitos da saúde mental em discursos na mídia”, cujos resultados apontaram para uma disparidade na apresentação de vozes e saberes na mídia. Identificamos, a partir da análise discursiva de matérias sobre saúde mental das revistas *Veja* e *IstoÉ*, em 2012 e 2013, que a voz da psiquiatria e da neurociência

prevaleceu à da psicanálise e a de outras formas humanistas de conceber distúrbios, transtornos, fobias, dentre outras classificações de patologias. Os resultados desta pesquisa despertaram o interesse em compreender como, em um momento em que os psicanalistas eram vozes autorizadas na mídia, eles poderiam emitir pareceres e “diagnosticar” a sociedade.

Este trabalho se justifica pela contribuição ao campo teórico não só da saúde mental, por permitir a compreensão da imagem pública do profissional da psicanálise, mas também, evidentemente, da comunicação. Isso é possível por desenvolvermos uma reflexão sobre quais os temas levantados pela mídia que eram discutidos pelos psicanalistas “famosos” da época, tidos como vozes que legitimavam uma “verdade” sobre questões, não só de psicanálise, mas também de saúde e bem-estar, economia e política.

Além disso, o papel da comunicação nesse momento fica evidente quando consideramos que ela “é parte importante dessa luta [por hegemonia] e a natureza e a qualidade de suas práticas podem contribuir para a transformação das estruturas e relações de poder ou para a sua manutenção” (ARAÚJO & CARDOSO, 2007, p. 21). Dessa forma, o fato de os jornais materializarem determinadas vozes, e não outras, faz com que elas se insiram como participantes no jogo de disputas de saberes.

A realização de uma pesquisa que esteja na interface da comunicação e da história (e não da psicanálise, pois nos propomos a apenas tangenciar o campo psicanalítico, por meio da utilização de dois personagens importantes do período) nos permite expandir os conhecimentos de uma época politicamente conturbada do país.

## 2 A “CRISE” DA PSICANÁLISE NA MÍDIA

Na primeira parte deste capítulo apresentaremos uma descrição do que ficou conhecido como a “crise” institucional das entidades psicanalíticas “oficiais” do Rio de Janeiro, ou seja, das Sociedades filiadas à IPA. Faremos também uma apresentação do “caso Amilcar Lobo”.

Num segundo momento, abordaremos discussões acerca da repercussão, na imprensa, da denúncia feita por Pellegrino e Mascarenhas no *Jornal do Brasil*. A partir de então, discutiremos sobre qual o papel da mídia na divulgação de um conflito institucional como a “crise”.

Na terceira seção deste capítulo apresentaremos o cenário político e econômico do país – que chamamos de “pós-milagre econômico” brasileiro – no momento em que a “crise” da SPRJ foi deflagrada.

Dando continuidade à reflexão, realizaremos a problematização discursiva, com base nos conceitos de *memória discursiva* e *acontecimento*, que, neste trabalho, serão discutidos em sua relação com a imprensa e as materialidades jornalísticas sobre a “crise” institucional da psicanálise.

Por fim, apresentaremos alguns conceitos e procedimentos analíticos que serão aplicados no terceiro capítulo deste trabalho.

### 2.1 A “CRISE” INSTITUCIONAL E O “CASO AMILCAR LOBO”

A “crise” institucional da psicanálise foi conseqüência de uma série de insatisfações de alguns psicanalistas associados à Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (SPRJ) em relação a condutas internas da entidade e teve início com a cobertura, pelo *Jornal do Brasil*, de um seminário sobre “Psicanálise e Política” (CERQUEIRA FILHO, 1982).

O episódio que deflagrou a “crise” ocorreu em uma mesa redonda promovida pela Clínica Social da Psicanálise, na PUC do Rio de Janeiro, com o título de “Psicanálise e Fascismo”, onde surgiu o tema das torturas durante a década de 70. No debate, Rômulo Noronha de Albuquerque declarou ser ex-presos político e indagou ao coordenador da mesa, o psicanalista Hélio Pellegrino, o que ele faria se soubesse que um de seus colegas psicanalistas era médico de um centro militar de torturas (MOREIRA, BULAMAH, KUPERMANN, 2014, p.176). Tinha início, naquele momento, uma série de acontecimentos que resultariam na

“crise” da instituição psicanalítica do Rio de Janeiro, dentre eles a denúncia de Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas contra a diretoria da SPRJ e o “caso Amílcar Lobo”, que serão detalhados adiante.

A “crise” da Sociedade tornou-se pública com a reportagem intitulada “Os Barões da Psicanálise”, publicada no *Jornal do Brasil* (JB), em 23 de setembro de 1980, que apresentava críticas à entidade. Na matéria, os psicanalistas Eduardo Mascarenhas, Wilson Chebabi e Hélio Pellegrino denunciavam, por meio de entrevista, aspectos internos das instituições psicanalíticas, como: a “gerontocracia” nas Sociedades, o “falso apoliticismo”, o elitismo, o alto custo da análise e o pouco conhecimento, entre os psicanalistas, das obras de Freud. Além disso, segundo Barreto,

o que decretou o início da fase aguda da crise foi o ataque frontal na relação existente entre o exercício da função Didática e o Instituto de Ensino de Psicanálise. Essa pontada, deflagrada com a matéria “Barões da Psicanálise”, determinou, no meu entender, pronta reação na tentativa de proteger a exposição desse feixe vâsculo-nervoso que “revitaliza” e mantém morto-vivo o comando conservador da Sociedade (1982, p.170).

A denúncia teve ampla repercussão tanto internamente nas instituições psicanalíticas cariocas filiadas à *International Psychoanalytical Association* (IPA) – SPRJ, da qual Pellegrino e Mascarenhas eram membros associados, e também SBPRJ – quanto na imprensa.

Menos de um mês depois de ter tornado públicas as críticas, a discussão passou a ser em torno da punição dos psicanalistas envolvidos. Conforme noticiado em jornais da época (*O Globo* e JB), Pellegrino e Mascarenhas foram excluídos da Sociedade, mas, como não receberam nenhum comunicado por escrito, não acataram a decisão (*O Globo*, 22/10/1980, p.14). Em outubro de 1980, o caso foi arquivado e esta condição perdurou até janeiro de 1981, quando a expulsão dos psicanalistas da SPRJ foi confirmada, reabrindo a “crise” na Sociedade Psicanalítica (JB, 29/01/1981, p.1).

Alguns meses depois, no início de 1981, o tema voltou à imprensa com a notícia de uma retratação que Pellegrino e Mascarenhas teriam feito, retirando a denúncia (*O Globo*, 01/02/1981, p.25; JB, 14/01/1981, p.6). Os psicanalistas contrataram, então, o advogado Sérgio Bermudez (*O Globo*, 31/01/1981, p.10), a fim de exigir uma prova de retratação, entre outras medidas judiciais.

O desenrolar da “crise” é frequentemente debatido na mídia, ao longo do ano de 1981. Houve vários protestos de psicanalistas contra a expulsão dos membros da SPRJ envolvidos na denúncia. A discordância entre os profissionais da área gerou um mal estar

interno da instituição, que se agravou com a ameaça de punição, por meio de uma circular, a 13 psicanalistas que apoiaram Pellegrino e Mascarenhas, dentre eles, Ernesto La Porta, que foi suspenso da Sociedade e teve que recorrer à justiça para reaver sua carta de didata (JB, 10/08/1981, p.6; JB, 25/05/1981, p.11; *O Globo*, 21/08/1981, p.1).

Por conseguinte, em junho de 1981, foi criado o Fórum de Debates, grupo de dissidentes da Sociedade que “corresponde à constituição de um espaço democrático no interior da Sociedade Psicanalítica com vistas a se opor ao debate institucional” (BIRMAN, 1982, p.144).

O Fórum de Debates se reunia semanalmente na sede da SPRJ para debates científicos, apresentação de trabalhos, discussão da crise institucional e da mudança de estatuto da instituição (JB, 21/08/1981, p.1) até que, em agosto de 1981, a sede foi fechada para o grupo. Os membros do Fórum fizeram, então, uma reunião na rua, fato que ganhou repercussão na imprensa (JB, 21/08/1981, p.1; *O Globo*, 21/08/1981, p.8).

Por fim, as últimas matérias publicadas sobre o tema no ano de 1981 noticiavam a vinda da Comissão da IPA ao Brasil, para discutir pautas como a “crise” da SPRJ, a expulsão de Pellegrino e Mascarenhas, a punição de La Porta e o “caso Amilcar Lobo” (*O Globo*, 23/10/1981, p.10; *O Globo*, 30/10/1981, p.9; JB, 18/10/1981, p.6).

O “caso Amilcar Lobo”, por sua vez, trata-se da denúncia contra um candidato em formação pela SPRJ, o médico psiquiatra Amilcar Lobo, que tinha como analista didata, na época, ex-presidente da Sociedade, Leão Cabernite<sup>1</sup>. Lobo era também médico do exército, onde “tinha por função cuidar para que prisioneiros submetidos à tortura sobrevivessem” (FIGUEIREDO, 2012, p.95).

No entanto, a participação do médico em processos de tortura já era conhecida. Um levantamento histórico-bibliográfico nos permite identificar que a problemática ética da instituição psicanalítica do Rio de Janeiro envolvendo Lobo teve início em agosto de 1973, quando a psicanalista Helena Besserman Vianna – membro associado da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (SBPRJ) – foi apontada como autora da primeira denúncia ao então médico do exército brasileiro (COIMBRA, 1995, p.94).

Naquele momento, um recorte da edição número 102 do jornal clandestino do Partido Comunista Brasileiro (PCB), *Voz Operária*, contendo delações contra Lobo na matéria

---

<sup>1</sup>Cabernite foi médico e analista didata da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro, chegando a ocupar tanto a presidência dessa instituição quanto a da Associação Brasileira de Psicanálise. Foi afastado dessas organizações por seu envolvimento no caso do dr. Amilcar Lobo que, sendo seu analisando, assessorou, como médico, equipes de tortura durante o regime militar (PONTE, 1999, p. 105).

intitulada “Identificados alguns torturadores na Guanabara” foi enviado juntamente com uma nota manuscrita à psicanalista argentina Marie Langer, que transcreveu a denúncia em artigo que publicou na revista *Cuestionamos* nº2. (VIANNA, 1994, p.37).

A matéria dizia que

[...] outro oficial do Exército, da equipe de torturadores, é o tenente médico Amilcar Lobo Moreira. Esse oficial orienta os torturadores sobre a resistência física do preso político. E como psicanalista é o responsável pelo “acompanhamento” da saúde mental do torturado e da melhor maneira de arrancar confissões (Langer & Bauleo, 1973, p. 93).

Segundo Coimbra (1995, 2005), ao invés de investigar e buscar compreender se, de fato, Lobo atuava em meio à tortura, a direção da SPRJ recorreu a um perito do Instituto de Criminalística Carlos Éboli do Rio de Janeiro para realizar um exame grafológico, a fim de identificar a quem pertencia a letra da nota. Após verificada a semelhança entre o manuscrito em cópia do jornal e a letra da ficha de inscrição no IV Congresso Brasileiro de Psicanálise, não restou dúvidas de que Vianna era a autora da denúncia.

Neste momento, Leão Cabernite argumenta à IPA que se trata de uma denúncia caluniosa de um membro de outra sociedade (Vianna pertencia à SBPRJ e Lobo e Cabernite, à SPRJ). “Um analista didata defende seu paciente acusado de ser torturador com a tese de que essas calúnias são provenientes de forças ocultas que desejam destruir a Psicanálise” (COIMBRA, 2005, p.2).

Na época, Lobo teve sua formação interrompida, voltando, só em 1976, a ser membro-candidato da SPRJ e a participar de cursos e seminários clínicos, no entanto, sem cumprir com todos os procedimentos da análise didática. Neste momento, “toda a Sociedade sabe do ‘trabalho’ que havia executado no DOI-CODI/RJ, de 1970 a 1974 e, além de continuar na SPRJ, tem seu consultório particular ao lado do de Leão Cabernite” (COIMBRA, 1995, p. 101).

A discussão sobre o tema, no entanto, fica suspensa até o início da década de 1980, quando, durante o seminário na PUC, Rômulo Noronha de Albuquerque relembra o nome de Amilcar Lobo, afirmando tê-lo visto em meio à equipe de torturadores no DOI-CODI (MOREIRA, BULAMAH, KUPERMANN, 2014, p.176). No dia 2 de outubro de 1980, Hélio Pellegrino encaminha uma carta ao então presidente da SPRJ, Victor Manuel de Andrade, comunicando o ocorrido no seminário e chamando a atenção para o fato de que a denúncia repetia aquela de 1973. Esta carta, segundo Pellegrino (JB, 26/05/1981, p.10), não teve resposta.



O caso é retomado, pela imprensa, em fevereiro de 1981 (*O Globo*, 07/02/1981, p.12; *JB*, 06/02/1981, p.9), quando a presa política Inês Etienne Romeu, a única sobrevivente da “Casa da Morte”, aparelho clandestino de repressão ligado ao Centro de Informações do Exército, em Petrópolis, viera a denunciar a presença de Lobo como médico – que atendia pelo codinome de Dr. Carneiro – no local (COIMBRA, 1995, p.100).

As denúncias contra Amilcar Lobo, juntamente com as críticas de Pellegrino, Mascarenhas e Chebabi publicadas pelo *JB*, acabaram, portanto, por

inaugurar uma crise sem precedentes nas duas sociedades cariocas vinculadas à IPA e deram margem a um grande número de reportagens, em que os periódicos de maior prestígio no país expuseram a uma opinião pública estarecida, o obscurantismo e as relações espúrias que permeavam parte das instituições psicanalíticas do país (PONTES, 1999, p.153).

## 2.2 O PAPEL DA MÍDIA NA “CRISE” INTERNA DA PSICANÁLISE

A “crise” das instituições psicanalíticas, bem como o “caso Amilcar Lobo” foram amplamente conhecidos devido à divulgação, pela mídia – tanto impressa, como também radiofônica e televisiva, embora estes últimos não estejam sob nosso enfoque neste trabalho. Cabe-nos, portanto, algumas observações acerca de como os meios de comunicação trabalharam a questão interna psicanalítica e afetaram, conseqüentemente, a imagem do psicanalista.

Primeiramente, o papel da mídia em divulgar, por exemplo, como se dá a formação analítica e o trabalho clínico do psicanalista se estabelece como de utilidade pública, a partir da publicação de, unicamente, informações sobre serviços. No entanto, as reportagens sobre o tema não ficam restritas a esta função. Além disso, na mesma época em que se teve, na imprensa, um aumento de publicações de denúncias às Sociedades Psicanalíticas, outras questões internas da psicanálise foram abertas para a participação da população como, por exemplo, o Fórum de Debates que, num segundo momento, passou a se reunir em praça pública. Depreende-se, portanto, que o movimento psicanalítico “ultrapassa os muros de sua Sociedade”, contrariando a vontade dos “guardiães” (COIMBRA, 1995, p.188).

Por conseguinte, conforme discute Birman (1982),

a “crise” se transformou num escândalo, com ampla participação da imprensa, não apenas pela revelação das acusações de que foram objeto dois membros desta instituição [SPRJ], mas, sobretudo, pela revelação de como as dissensões são

manejadas e elaboradas no interior de uma instituição psicanalítica (BIRMAN, 1982, p.140).

O público, portanto, passou, por meio da imprensa, a acompanhar e, indiretamente, a participar do embate interno das instituições psicanalíticas. Segundo Birman (1982), a dificuldade em lidar com a “crise” e a falta de imunidade a fatores negativos da política que assolavam o país, como, por exemplo, o abuso de autoridade e a opressão, era, na época, a questão mais relevante para este público. Afinal, todos esperavam que os psicanalistas, “que lidam cotidianamente com as paixões e os conflitos humanos como um ofício, com o minucioso cuidado de artesãos, pudessem lidar com as suas diferenças e contradições de uma outra maneira, menos autoritária” (BIRMAN, 1982, p.140).

Esta ampla exposição das fraquezas internas da instituição psicanalítica teria causado, no público, uma desilusão da descoberta que teria estimulado a curiosidade dessas pessoas, ordenando, assim, seu desejo e estabelecendo elementos necessários para a encenação do escândalo (BIRMAN, 1982, p.140).

Entretanto, as matérias sobre a “crise” mostravam, a todo o momento, que as instituições psicanalíticas não faziam mais do que reproduzir um cenário político externo, baseado na repressão (simbolizada, por exemplo, na punição de Pellegrino, Mascarenhas e La Porta), na tomada arbitrária de decisões (que se tornaria aparente com a expulsão dos psicanalistas e na elaboração de uma falsa retratação que eles teriam assinado) e na censura e no silenciamento (representado, por exemplo, na proibição da realização das reuniões do Fórum de Debates na sede da SPRJ).

Esta espécie de “reprodução” de um cenário macroinstitucional teria dado à “crise” o status de tema de interesse nacional, com extensa publicação na imprensa.

Acontece que, pelo dedo se conhece o gigante, ou melhor: as mini ou microinstituições reproduzem, em escala liliputiana, as vicissitudes estruturais e as mazelas das macroinstituições. Nesse sentido, por exemplo, o gigantismo do Estado, com seus aparelhos ideológico, repressivo e burocrático, pode vir a refletir-se num pequeno dedal de água. Eis o motivo pelo qual mínimas crises, no seio de instituições minúsculas, podem despertar grandes paixões e intensos – e extensos – interesses. [...] Esta é, a meu ver, uma das razões pelas quais a crise da SPRJ chegou a provocar, na classe média brasileira, um frêmito de entusiasmo via de regra reservado a outras áreas de atividade e a outros personagens (PELLEGRINO, 1982, p.31).

Dessa forma, a mídia, enquanto exercia um papel de divulgador de debates internos à psicanálise e, de certa forma, de reproduzidor de questões da política nacional em um cenário institucional, cumpria também uma função de autorização da voz do psicanalista, em

meio a outros especialistas do campo dos “saberes psi”<sup>2</sup>. O papel da mídia no início da década de 1980, para a psicanálise, portanto, iria além da simples combinação de “denúncia, informação e eventualmente alguma transmissão de conhecimento” (COELHO JÚNIOR, 1999, p.1).

Por conta da “crise” e do “caso Amilcar Lobo”, a convocação de psicanalistas, pela imprensa, tornou-se constante. No entanto, há uma discussão interna da classe, que se pergunta se esta participação intensa na mídia não seria nociva à imagem do profissional. Além disso, havia na comunidade de psicanalistas uma espécie de resistência em aceitar “convites” da mídia. “Os que aceitavam eram mal vistos. Duas oposições centrais norteavam este campo e os julgamentos realizados: aquela entre ‘Vaidade e Abstinência’ e a outra entre ‘Charlatanismo e Seriedade’” (COELHO JÚNIOR, 1999, p.1).

Dessa forma, é possível compreender que existe um pensamento, entre psicanalistas, de que a mídia contribui para uma imagem negativa (evidenciando a vaidade e o charlatanismo) da classe, em vez de uma ideia de que o analista estaria contribuindo publicamente para a divulgação de um saber ou para a informação, com base em um conhecimento específico do campo. Ou seja, trata-se não tanto de uma imagem negativa dos psicanalistas diante da mídia, mas de uma imagem negativa da mídia diante da comunidade de psicanalistas.

Ainda como crítica à imprensa pelos analistas, discute-se que

um dos problemas da presença de psicanalistas na mídia tem sido seu uso, assim como a presença de outros “especialistas” e intelectuais, na função de um técnico que teria respostas “inteligentes” para qualquer tema que apareça na pauta dos órgãos de imprensa. Nestas situações, os assim chamados discursos especializados aparecem diluídos entre vários outros, perdendo suas especificidades, e ficam, em geral, submetidos à editoração, às sínteses realizadas pelos jornalistas. Neste contexto, a Psicanálise, reduzida a mais uma tecnologia perde boa parte de seu potencial crítico e reflexivo (COELHO JÚNIOR, 1999, p.1).

Além da relação entre psicanálise e mídia e das questões específicas sobre a “crise” das instituições psicanalíticas, é necessário compreender também qual era o cenário em que a psicanálise se encontrava e de que forma fatores políticos e econômicos influenciaram o funcionamento e a imagem do saber psicanalítico. Estas questões serão abordadas na seção a seguir.

---

<sup>2</sup>A expressão “saberes psi” refere-se ao extenso conhecimento produzido por diversas linhas de pensamento sobre o fenômeno do mental, como a psiquiatria, a psicologia e a psicanálise (SILVEIRA & SIMANKE, 2010, p. 573).

### 2.3 A PSICANÁLISE NO PÓS-MILAGRE ECONÔMICO BRASILEIRO <sup>3</sup>

Ao longo da década de 1970, assistiu-se, nos grandes centros brasileiros – principalmente Rio de Janeiro e São Paulo, que foram os pólos onde se concentrou grande parte do movimento psicanalítico brasileiro (FIGUEIREDO, 2012, p.86) –, a um fenômeno que ficou conhecido como *boom* da psicanálise.

Neste período,

uma intensa difusão da psicanálise se deu através da mídia (programas de TV, novelas, matérias em jornais), da crescente publicação de livros acessíveis ao público leigo, bem como de revistas femininas com seções de aconselhamento psicológico assinadas por profissionais que se apresentavam como psicanalistas. [...] Assistiu-se a uma espécie de “corrida ao divã”, com um número cada vez maior de pessoas, pertencentes às camadas médias urbanas, buscando algum tipo de terapia psicanalítica. A demanda era de melhorar a qualidade dos vínculos eróticos, afetivos e familiares, de ampliar a criatividade ou eficácia profissional tornando a queixa cada vez mais inespecífica. É também um momento de grande esvaziamento do espaço público (FIGUEIREDO, 2012, p.86).

Além da maior divulgação da psicanálise pela mídia, há outro fator importante responsável pelo aumento da procura por psicanalistas na década de 1970. Trata-se da busca da psicanálise como uma “saída para a crise, pessoal, mas também coletiva”, que atingiu seu auge coincidentemente, ou não, com o fechamento crônico do regime político brasileiro após a edição do AI-5 (CERQUEIRA FILHO, 1982, p.20).

Cerqueira Filho (1982) discute que a psicanálise ganha força no momento de repressão e totalitarismo, pois, em um cenário de ditadura, os seres humanos (em especial os jovens) se tornam facilmente vítimas da ansiedade. “No Brasil da década de 70, a angústia e o medo que contagiavam a juventude, ao lado de um profundo desencanto com a vida, só encontraram paralelo na opção, não menos ansiosa, pela luta armada” (CERQUEIRA FILHO, 1982, p.20).

No entanto, uma visão crítica da psicanálise durante o regime militar nos permite pensá-la como uma possível ferramenta de certa forma nociva, usada para manipular a população.

Absorvida pelas diversas correntes de pensamento e influenciando poderosamente o comportamento social no cotidiano, a Psicanálise acabava por se transformar no psicanalismo, quando o extremo da ideologização e da manipulação autoritária pelo

---

<sup>3</sup> O “milagre” econômico brasileiro foi como ficou conhecido o período de 1968 a 1973 – governo Geisel – e corresponde ao momento em que as taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) verificadas eram de 11,1% ao ano. “Uma característica notável do ‘milagre’ é que o rápido crescimento veio acompanhado de inflação declinante e relativamente baixa para os padrões brasileiros, além de superávits no balanço de pagamentos” (VELOSO, VILLELA, GIAMBIAGI, 2008, p.222).

Poder acabavam por convertê-la mais num mecanismo de dominação e opressão, que num instrumento de libertação (CERQUEIRA FILHO, 1982, p.21).

Sobre este aspecto da psicanálise clínica no período pós-milagre econômico brasileiro, ainda no período de forte opressão e censura, é importante ressaltar que houve o que Coimbra (1995) chamou de “contribuição técnica” de muitos profissionais do campo psi ao aparato de repressão. Apesar de não haver documentação que comprove a efetivação de um treinamento a torturadores que aprenderiam a lidar com aspectos psicológicos dos presos políticos, “em muitas declarações e depoimentos de ex-presos políticos, ‘salta aos olhos’ que muitos torturadores foram orientados e treinados por profissionais psi” (COIMBRA, 1995, p.195).

O envolvimento de profissionais de todas as áreas dos saberes psi – seja, então, de psiquiatras, psicólogos ou psicanalistas – foi identificado. No entanto, a psicanálise se sobressai, naquele momento, porque a pesquisa sobre o perfil psicológico do “terrorista brasileiro - apesar de todo o referencial psicométrico dominante na época – utiliza alguns conceitos e explicações psicanalíticas” (COIMBRA, 1995, p.205).

Há também, neste período politicamente conturbado do país, uma questão puramente interna das Sociedades Psicanalíticas brasileiras. Retornando brevemente ao início dos anos 1970 para dar conta de um entendimento histórico da psicanálise no país, tomamos conhecimento de que a primeira metade desta década caracterizou-se pela ampliação do campo psicanalítico que, segundo Figueiredo (2012, p.87), aceita um “ecletismo de teorias e práticas” e se apoia no projeto político dos psicanalistas argentinos que chegam ao Brasil, constituindo uma “psicologia psicanalítica”, por ter a classe dos psicólogos como principais agentes.

A segunda metade da mesma década, por conseguinte, vai sofrer os efeitos desse processo. Uma das principais conseqüências é, portanto, a “desestabilização da hegemonia das Sociedades Psicanalíticas ‘oficiais’”, ou seja, ligadas à IPA, que se instituíam como “formadoras de psicanalistas de origem médica” (FIGUEIREDO, 2012, p.87). Além disso, este período foi ainda marcado pelo surgimento de novas instituições de formação psicanalítica lideradas, em sua maioria, por psicólogos.

Assim, fracassadas em suas pretensões de monopolizar o processo de formação e de fiscalização do exercício profissional; incapazes de controlar o crescimento do mercado e de atender às demandas daí decorrentes; sofrendo a concorrência de outros grupos tanto no que diz respeito ao atendimento clínico privado quanto no que toca à formação de novos quadros profissionais; ameaçadas por outros segmentos com maior produção teórica e editorial na disputa por credibilidade

científica; abaladas por denúncias que insinuavam sua conivência com o autoritarismo e a prática de torturas instaladas no país no período da ditadura militar e vendo seu prestígio político e científico declinar, as sociedades filiadas à Associação Psicanalítica Internacional começaram, em fins da década de 1970 e início dos anos 80, a dar sinais de esgotamento de suas possibilidades de manter o domínio que exerciam sobre o campo psicanalítico nacional (PONTES, 1999, p.161).

De fato, todas estas críticas às sociedades que dominaram o cenário interno da psicanálise brasileira até o início da década de 1980 identificam, nas formas de funcionamento das instituições (baseadas em estatutos, por exemplo), que há como que um “espelhamento” do autoritarismo político próprio do período ditatorial (FACCHINETTI e PONTE, 2003).

Segundo esta ótica, é possível observar uma coincidência com a fase de controle hegemônico das entidades psicanalíticas filiadas à IPA, durante o período mais truculento da ditadura no país, que vai de 1964 a pelo menos 1979,

época em que a pressão sindical no ABC paulista e os movimentos de resistência começaram a colher os frutos de suas ações, conquistando a anistia aos presos políticos e, posteriormente, as eleições diretas para os cargos do poder executivo, produzindo vozes dissonantes dentro do campo psicanalítico capazes de questionar o *status quo* (FACCHINETTI e PONTE, 2003, p.8).

Dessa forma, fica evidente a relação entre as organizações políticas nacionais e as instituições psicanalíticas “oficiais” brasileiras, que ganharam extensão com a publicação do conflito interno da SPRJ.

A partir da compreensão desse cenário, passamos, na seção seguinte, à discussão conceitual e metodológica.

#### 2.4. DISCURSO COMO MEMÓRIA E ACONTECIMENTO

Ao abordar conceitualmente a relação entre memória e acontecimento, na mídia, podemos subdividir a problematização em dois momentos: primeiro, apontaremos como os jornais estabelecem redes de memórias a partir de relatos e notícias; em seguida, discutiremos como o acontecimento da “crise” institucional pode funcionar como um “acontecimento em si mesmo”.

### 2.4.1. Acontecimento discursivo (midiático), uma rede de memórias

Ao relatar questões sobre a “crise” e o “caso Amilcar Lobo”, a imprensa evoca – e se inscreve em – uma memória discursiva.

Uma breve conceituação é necessária. A noção de *memória discursiva* pode ser entendida como aquela “estruturada pelo esquecimento”, diferentemente da memória de arquivo, institucionalizada, que “apaga o esquecimento, organizando o discurso documental” (ORLANDI, 2004, p.125). A memória discursiva relaciona-se ao interdiscurso<sup>4</sup>, que disponibiliza uma série de já-ditos que compõem uma rede de memória sobre determinado acontecimento – no caso aqui analisado, a “crise” da SPRJ nos jornais cariocas, no início da década de 1980.

Assim, conforme discute Gregolin (2005),

não se deve perder de vista o fato de que o discurso acontece sempre no interior de uma série de outros discursos, com os quais estabelece co-relações, deslocamentos, vizinhanças. Por isso, o objeto da AD [Análise de Discurso] deve ser essa interdiscursividade, as redes de memórias que produzem os sentidos em um momento histórico (GREGOLIN, 2005, p.16).

Reafirmando esta concepção do discurso, que é, conforme avalia Orlandi (2012, p.57), contrária a uma concepção estrutural (foucaultiana) da discursividade, a Análise de Discurso (doravante AD) de Pêcheux-Orlandi considera que,

O discurso não é independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas, só por sua existência, ele marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos. É um efeito das filiações sócio-históricas de identificação e, ao mesmo tempo, um trabalho de deslocamento no seu espaço (ORLANDI, 2012, p.57).

Orlandi (2012) utiliza o documentário como objeto de análise para trabalhar a relação entre discurso, mídia e memória. A autora estabelece, então, que ele, embora rememore, é um “acontecimento em si mesmo”. Ou seja, se inscreve em redes de memória, mas ao mesmo tempo, desestrutura-reestrutura estas redes e trajetos.

A partir disso, podemos analisar notícias e reportagens concebendo-as como acontecimento em si, pois estas, assim como o documentário, recortam a memória do discurso em algum ponto, produzindo um acontecimento. Assim, as textualidades jornalísticas não “representam”, mas produzem um efeito”, inserindo a memória em uma atualidade. As

---

<sup>4</sup> Interdiscurso é definido como o todo, o “conjunto do dizível”, histórica e simbolicamente definido (ORLANDI, 2007, p.87).

matérias produziriam, portanto, um recorte do real que é tomado, no discurso, como acontecimento.

Dessa forma, ao tomar uma materialidade textual, por exemplo, do *Jornal do Brasil* ou de *O Globo* como acontecimento, alteramos a relação com o esquecimento, produzindo, assim, um “efeito de memória” (ORLANDI, 2012, p.57).

Os textos jornalísticos, ao noticiar um acontecimento, buscam a memória dos sujeitos (neste caso, de psicanalistas) que, ao significar, no entanto, produzem, eles próprios, novos deslocamentos – efeito metafórico. Assim, a imprensa construiria o acontecimento de que fala. “E o que fala é um efeito de presentificação (atualidade) produzido [...] pelo jogo do interdiscurso (memória discursiva) e a memória institucional (a de arquivo) postas em contradição. E, por este mesmo gesto, produz um passado” (ORLANDI, 2012, p.59).

Há, portanto, uma cadeia de significantes midiáticos que reinscreve os “fatos” numa nova memória discursiva, na medida em que materializa, em notícias e reportagens, discursos, neste caso, sobre a “crise” institucional da psicanálise. Isso ocorre porque põe em jogo uma rede de memória constituída por uma infinidade de já-ditos possíveis, que podem ser tomados, tanto pelos jornais como pelo leitor, como referência anterior ao “acontecimento”.

Quanto à “crise” interna das entidades psicanalíticas, por exemplo, é possível que a memória remeta, por repetição, a crises anteriores dentro de instituições de psicanálise que não a SPRJ; a um passado de crises em outras instituições que possam se assemelhar à Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro; a crises políticas, já que a referência a questões como autoritarismo e opressão são comumente trazidas pelos textos sobre a “crise”; a outros sentidos históricos que possam ser atribuídos ao termo “crise”, sendo eles políticos, econômicos ou sociais. Enfim, há diversos sentidos possíveis que (se) estabelecem (em) uma rede de memórias.

Ao mesmo tempo, no entanto, as materializações discursivas nos jornais estabelecem uma nova memória discursiva, não só ao acrescentar mais um sentido possível à “crise” a cada enunciado publicado, mas também ao restabelecer relações com sentidos anteriores, que, em sequência, podem ganhar novos sentidos.



#### 2.4.2. A “crise” institucional na imprensa: um “acontecimento em si mesmo”

Numa continuidade ao que apresentamos na seção anterior, podemos observar que, ao relatar, a imprensa também produz acontecimento, um acontecimento que se estabelece no “ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (Pêcheux, 2008, p.17).

A partir de então, é possível reler a “crise” na instituição psicanalítica do Rio de Janeiro, bem como o “caso Amilcar Lobo”, como um acontecimento discursivo midiático em si mesmo.

Neste momento, a materialidade dos jornais estabelece sentidos outros, e não originalmente compartilhados pela sociedade em questão, do que conhecemos por uma “crise” institucional psicanalítica. No entanto, pela própria entrada em cena da mídia, a própria comunidade psicanalítica começará a discutir os novos sentidos mobilizados pelo acontecimento já midiático. Isso ocorre porque tanto a denúncia quanto todas as críticas de Pellegrino e Mascarenhas à SPRJ (como também as respostas defensivas de Andrade, em nome da instituição) ganharam materialidade devido à imprensa. As publicações, nos jornais, marcam, então, o momento em que a vontade de denúncia e a vocalização restrita das críticas – aos ouvintes de seminários e palestras de Pellegrino e Mascarenhas – se convertem em atividade pública, com amplo alcance.

É Pêcheux (2008) quem discute a noção de acontecimento não puramente como um evento histórico, mas em seu percurso histórico-linguístico (portanto, discursivo). O autor analisa como o episódio da Praça da Bastilha em Paris, em 10 de maio de 1981, a comemoração de partidários pela eleição de François Mitterrand, retraduz o acontecimento político em acontecimento esportivo, pela insistência da frase “Ganhamos!” (“On a gagné!”), efeito midiático de espetacularização da política.

Com base nesse raciocínio, podemos compreender o acontecimento discursivo – e midiático – da “crise” institucional da psicanálise. A “crise”, nas textualidades jornalísticas, é metafórica (no sentido de que “desloca sentidos”) em torno dos enunciados que relacionam a SPRJ e a política nacional do regime militar.

Lembramos que, mais acima, quando Birman (1982, p.140), relembra que há uma surpresa do público em relação à figura do psicanalista, que, até então, esperava-se que soubesse lidar com conflitos humanos de forma “menos autoritária”, chama a atenção para a opacidade dos enunciados que abordam o autoritarismo e a opressão da ditadura. O

acontecimento “crise da instituição psicanalítica” metaforiza acontecimentos políticos, utilizando-os como alicerce de discursos, por exemplo, “pró-democráticos”.

Da mesma forma, a afirmação de Pellegrino (1982, p.31), de que “pelo dedo se conhece o gigante”, ao abordar a “crise” institucional como uma espécie de reflexo de uma crise maior, que estaria instalada nos setores administrativos nacionais, aponta para um acontecimento discursivo – lembrando que nos interessa aqui o acontecimento midiático em seu viés discursivo – que vai além de um simples apontamento político de esquerda, mas envolve toda uma rede de memória que interliga acontecimentos institucionais, de política nacional, individuais dos psicanalistas envolvidos e, indiretamente, dos pacientes.

Por isso, Coelho Júnior (1999, p.1) discute que havia na comunidade de psicanalistas uma resistência em aceitar “convites” da mídia. Há, neste momento, uma tentativa de separação entre os psicanalistas que se expunham publicamente, que seriam considerados “charlatães” entregues à vaidade e os demais, que seriam confiáveis. Neste momento, o acontecimento discursivo da “crise” influi tanto na imagem do psicanalista propriamente, como também, na imagem que este profissional tem da mídia. Neste ponto, o acontecimento e a memória discursiva do psicanalista, na imprensa, apontam para o apagamento de outros discursos sobre a “crise”, a partir da centralização das críticas nas figuras opostas de “Pellegrino e Mascarenhas X SPRJ”.

Além disso, é preciso ressaltar que as entrevistas publicadas nos jornais são apenas narrativas de personagens da época e os enunciados destacados em suas falas apontam para alguns discursos entre muitos outros. Não há, portanto, um discurso único sobre a “crise” institucional psicanalítica ou sobre o “caso Amilcar Lobo”. E nem apenas discursos opostos, que se apresentam numa dicotomia simplificada acerca dos temas, como seria, por exemplo, se tivéssemos simplesmente “discurso da SPRJ” e “discurso dos psicanalistas dissidentes”.

Nossa questão vai além das matrizes de sentido indicadas nas falas dos psicanalistas. É preciso compreender também como a mídia traz os discursos e de que forma se estabelece como aquela que decide qual voz é, ou não, autorizada. Dessa forma, buscamos compreender como a mídia se coloca na posição de legitimadora de vozes, sentidos e saberes acerca da “crise” da psicanálise e de discursos sobre/de psicanalistas.

## 2.5. DISCURSO, MÍDIA E PSICANÁLISE

Apresentadas as noções discursivas que fundamentam este trabalho, passamos a apresentação de conceitos, não só relativos à Análise de Discurso, mas que também estabelecem a relação entre imprensa, psicanálise e poder.

### 2.5.1. Mídia e discurso: alguns conceitos

Nosso olhar sobre as matérias coletadas dos jornais será, neste trabalho, discursivo. Para isso, apontaremos, nesta seção, alguns conceitos próprios da Análise de Discurso, com base em autores como Orlandi (2005, 2007), Alves (2007) e Gregolin (2005).

Primeiramente, é preciso ressaltar que, a AD trabalha com a noção de discurso que considera a relação entre os elementos “língua, sujeito e história” de forma a alcançar a produção de sentidos (ORLANDI, 2005, 2007). Assim, “na análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (ORLANDI, 2005, p.15).

O sentido, portanto, não existe em si, mas depende de posições ideológicas que se estabelecem a partir de determinadas condições sócio-históricas, ou seja, das relações constituídas nas/pelas Formações Discursivas (ORLANDI, 2005, p.42-43). Essas Formações Discursivas (FDs) estabelecem relações de força e de sentido e são consideradas pela AD como materialidades da ideologia<sup>5</sup> e são, por sua vez, materializadas nas textualidades dos jornais analisados.

Além da relação própria da Análise de Discurso como disciplina, podemos pensar na relação desta com a mídia. É Alves (2007) quem nos traz esta reflexão.

Quando diante do objeto mídia, a AD poderá, portanto, nos trazer o modo do funcionamento discursivo dele, como ela, a mídia, opera sobre outros sentidos sociais, como se dão seus gestos de interpretação e, diante de seu amplo papel de referência social, como estes vão desencadear gesticulações e/ou gestualizações na produção e na leitura (ALVES, 2007, p.28-29).

---

<sup>5</sup>O conceito de ideologia para a Análise de Discurso é percebido, não como o convencional para as ciências sociais e humanas – com sentido de “ocultação”, de “verdadeiros sentidos do discurso, que estariam escondidos” –, mas como um processo de produção “de uma interpretação particular” (ORLANDI, 2007, p.96), produzindo efeitos de “evidência” que se sustentam sobre sentidos já institucionalizados e admitidos por todos como “natural” (ORLANDI, 2007, p.96).

Partimos, portanto, dos gestos de interpretação<sup>6</sup> materializados nos textos dos jornais para identificar as diferentes FDs – em outras palavras, as diferentes matrizes de sentido e lugares de interpretação, a partir dos quais os sujeitos se identificam e significam (ORLANDI, 2005).

Os gestos de interpretação chamam-nos a atenção para a questão da metáfora discursiva ou “efeito metafórico”, que corresponde à “transferência” ou ao deslizamento de sentidos, conforme aborda Orlandi (2004, 2005).

O efeito metafórico, segundo M. Pêcheux, é o fenômeno semântico produzido por uma substituição. O deslizamento de sentidos produzido por um efeito metafórico entre *a* e *b*, é constitutivo tanto de *a* quanto de *b*. Como este efeito é característico das línguas naturais (por oposição aos códigos e línguas artificiais) considero que não há sentido sem essa possibilidade de deslize (ORLANDI, 2004, p.22).

Dessa forma, consideramos os discursos materializados nos jornais marcados por esses deslizamentos possíveis que fazem com que o dizer possa se identificar com diferentes Formações Discursivas.

Neste momento, é preciso ressaltar que a heterogeneidade é uma marca do discurso e, portanto, um enunciado pode se enquadrar em mais de uma FD (ORLANDI, 2005). Observar isso é importante na medida em que o trabalho de análise deve atentar para discursos concorrentes. Então, neste trabalho, buscamos realizar o mapeamento das vozes e dos sentidos identificados nas matérias de jornais do início da década de 1980, apontando para aqueles sentidos predominantes e, em alguns momentos, mais realçados, no entanto, sem ignorar que haverá sempre outros sentidos possíveis.

Identificadas as conceituações, da AD, importantes para a compreensão dos sentidos, vamos à questão da identificação das vozes – que, evidentemente, não deixam de se relacionar aos sentidos.

A análise discursiva trabalha com o conceito de “projeção”, que se dá quando o efeito de sentido de determinado discurso é antecipado pelo interlocutor. Essa projeção pode ser, por exemplo, a que a mídia produz sobre a instituição como lugar de saber e seus membros como sujeitos de saber, posicionando especialistas como “autoridades discursivas”.

Ao encarar os psicanalistas como um grupo de pessoas que produzia interpretações sobre a sociedade brasileira, na mídia, é possível pensá-los, portanto, como uma comunidade interpretativa. O conceito de comunidades interpretativas é de Stanley Fish

---

<sup>6</sup> O conceito de “gestos de interpretação” aponta para “atos ao nível simbólico. Assim, quando falamos em gestos de interpretação consideramos a interpretação como uma prática discursiva que intervém no mundo, no real do sentido” (ORLANDI, 2004, p.23).

(1980). Para Fish, a forma de atividade interpretativa é determinada pela instituição literária que autoriza apenas um número limitado de estratégias de interpretação. Isso se dá porque a atividade interpretativa é como

um jogo literário do qual participam indivíduos institucionalizados, dentro do campo profissional definido como o da literatura, indivíduos que compartilham regras que, embora dinâmicas, determinam o que é ou não aceitável dentro da comunidade, em um dado contexto histórico ou sócio-cultural. (FISH, 1980, p. 342)

Apesar de Fish estar se debruçando sobre o campo literário, a noção de comunidade interpretativa também pode ser usada em outras áreas. Numa outra concepção mais próxima do jornalismo, que é a teoria da recepção, o conceito é trabalhado por Jensen (1987). Para ele, comunidades interpretativas caracterizam-se por “comunhão de propósitos e práticas no uso da mídia. Elas estruturam respostas ao conteúdo midiático, que correspondem a sistemas de sentido e esquemas narrativos específicos” (SRHAMM, 2005, p. 8).

Lindolf (1985, 1988) também aborda o conceito de comunidades interpretativas. O autor defende que os integrantes de uma comunidade interpretativa compartilham certos sentidos e ideologias comuns “[...] que estruturam as interações da comunidade e a recepção de textos midiáticos. O horizonte de interpretação está nas fronteiras do pertencimento à comunidade” (SCHRAMM, 2005, p. 10).

É possível dizer que, discursivamente, uma comunidade interpretativa se forma na medida em que uma instituição, um saber e seus praticantes são reconhecidos socialmente (ou pela imprensa) como "autoridades discursivas". O que está em jogo é, portanto, como a mídia produz uma projeção imaginária sobre a instituição como lugar de saber, e sobre os seus membros como sujeitos de saber. Isso ocorre porque, para a formação de uma comunidade interpretativa é preciso que haja um discurso de força institucional. No caso aqui estudado, este discurso apareceria tanto por parte da mídia como por parte dos membros da instituição psicanalítica.

De certa forma, a noção de comunidade interpretativa ligada à exposição do psicanalista na mídia nos remete ao que Morin (2002) chamou de “olimpianos modernos”. Trata-se da utilização da imagem de determinadas figuras tomadas como célebres (não só astros de cinema, mas também campeões, exploradores, intelectuais príncipes, chefes de Estado e seus familiares), que se caracterizam por ter uma vida bastante pública, com suas intimidades expostas pela imprensa. Os olímpianos adquirem, portanto, uma dupla natureza: uma humana, real, e outra sobre-humana, fundada no imaginário (MORIN, 2002, p.107). Esta

duplicidade presente na imagem midiática de alguns psicanalistas (neste caso, Pellegrino e Mascarenhas nos servem de exemplo) fornece um modo de compreensão do lugar que estes profissionais da saúde mental ocuparam na mídia, em determinado momento da história do país.

Ainda com uma abordagem discursiva, mas do ponto de vista foucaultiano, os psicanalistas podem ser compreendidos como vozes autorizadas na mídia, a partir da relação “saber-poder”. Para Foucault (1996, 2012), o discurso de saber está ligado à vontade de verdade, que se exerce por meio do “modo como o saber é aplicado à sociedade, como ele é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído” (FOUCAULT, 1996, p.17). Além disso, a vontade de verdade exerce um “poder de coerção” sobre outros discursos, que recorrem a ela para conseguir legitimação (FOUCAULT, 1996, p.18). Em nosso caso, os discursos de/sobre os saberes psi são marcados por vontades de verdade (que se diferem de discursos verdadeiros) e, à medida que se tornam discursos legitimados e autorizados pela mídia, estabelecem relações de poder.

No entanto, é preciso compreender que, para Foucault, “não existe um único poder exclusivo e centralizado no Estado, mas uma série de poderes específicos, como as instituições, que se articulariam numa rede capilar de instâncias de poder” (MACHADO, 2012, p.17). Os muitos saberes específicos, como a medicina, a psiquiatria, a criminologia se referem justamente à existência desses poderes capilares. Trata-se de uma dinâmica do “micropoder”, que se estende por toda a sociedade e suas instituições, atingindo o indivíduo em seu próprio corpo. Foucault (2012) trata a psicanálise também como um saber que conteria um dispositivo de controle, que é a técnica de “fazer falar”, que se equipara ao mecanismo da confissão.

Há, portanto, no campo da psicanálise, como em qualquer outro, saberes que suscitam a relação de poder como esta é entendida por Foucault. E, ainda para o autor, “estas relações de poder-saber promovem estratégias de produção de verdades e ao mesmo tempo possibilitam sua reformulação em novas verdades que são constituídas historicamente” (MACHADO, 2012, p.24).

O que Foucault não discute é como, na sociedade atual, a mídia funciona como lugar de deslocamento das relações de poder e é isso que nos leva a questionar de que maneira, ao longo do percurso histórico de 1980 até a atualidade, os psicanalistas foram levados a discutir relações de poder, por meio de discursos que circulam no espaço midiático.

### 2.5.2. Procedimentos analíticos

Nesta seção, detalharemos os procedimentos de análise que serão utilizados na quarta parte deste trabalho e as justificativas para a determinação e o recorte do *corpus*.

Trabalhamos, ao longo da análise, com o conceito de “enunciado”. Devemos, para isso, compreender que, para a AD,

todo enunciado, toda sequência de enunciados, é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a Análise de Discurso” (PÉCHEUX, 2008, p.53).

Uma distinção conceitual é necessária entre “enunciado” e “segmento de texto”. Das matérias analisadas recortamos diversos segmentos – dentre eles, frases ou períodos – que comportam enunciados de um discurso. Ou seja, enquanto “enunciado” refere-se ao discurso, “segmento de texto” refere-se à materialidade do discurso. Para diferenciação, destacamos em negrito os enunciados que serão analisados.

Outro cuidado analítico deve ser destacado. Apontamos a todo o momento para gestos de leitura possíveis, evitando uma leitura formal com base em uma lógica de implicação direta, do tipo “p então q”. Dessa forma, evidenciamos que as Formações Discursivas, bem como os sentidos encontrados, são apenas algumas das possibilidades de leitura.

Dentre o *corpus*, optamos por jornais de grande circulação da época, *Jornal do Brasil* e *O Globo*, nos restringindo àqueles publicados no Rio de Janeiro, devido ao nosso interesse temático pela “crise” institucional psicanalítica no contexto carioca.

O recorte temporal abrangeu um período de 16 meses: de setembro de 1980, data de publicação da reportagem inicial sobre a “crise” – “Os Barões da Psicanálise”, no *Jornal do Brasil* do dia 23 de setembro de 1980 – a dezembro de 1981, ano seguinte da deflagração da “crise” da SPRJ. Com este recorte, pretendemos dar conta do acompanhamento da repercussão imediata da denúncia de Pellegrino e Mascarenhas, dentro da viabilidade de execução desse projeto. Além disso, nossa análise limitou-se às textualidades verbais publicadas nos jornais.

No entanto, a determinação de um período mais extenso de publicações analisadas ou uma busca por termos relacionados à “crise” que se somassem à combinação dos nomes de “Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas”, assim como o aprofundamento da análise

discursiva de materialidades não-verbais que acompanham as reportagens poderia ampliar as compreensões e apontar para outros discursos realçados nas matérias.

É importante evidenciar que as questões que buscamos responder com a análise discursiva do material coletado dos jornais *O Globo* e *Jornal do Brasil*, de 1980 e 1981, são: a) como a imprensa se apropria das vozes dos psicanalistas a partir de duas situações: a “crise institucional” desencadeada pela denúncia de Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas e o “caso Amílcar Lobo” e b) quais são os sentidos sobre a psicanálise e o psicanalista, presentes em matérias de jornais *O Globo* e *Jornal do Brasil* que trouxeram a público e repercutiram situações internas da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro.

As duas situações abordadas, além de terem sido marcos da historiografia da psicanálise no Brasil, nos interessam por terem tido cobertura e repercussão midiática. Tanto a “crise” quanto a denúncia do médico, apesar de questões internas às Sociedades Psicanalíticas, trouxeram à mídia a figura do psicanalista como aquele que, além das suas funções clínicas, estaria autorizado a diagnosticar a sociedade da época e que poderia emitir pareceres sobre determinadas questões não só institucionais, mas também políticas. Configurar-se-ia, neste caso, um exemplo típico da capacidade dos meios de comunicação e em particular da imprensa de autorizar e desautorizar vozes e comunidades interpretativas.

A maior parte das matérias que compõem nosso *corpus* apresenta temática restrita ao desenrolar da crise interna das entidades psicanalíticas do Rio de Janeiro: da denúncia à expulsão de Mascarenhas e Pellegrino, passando pelo arquivamento do processo, por amplos debates críticos ao que os psicanalistas envolvidos no caso apontam como arbitrariedade das decisões da diretoria da Sociedade e pelo fechamento da sede da SPRJ ao Fórum de Debates.



### 3 DISCURSOS DA/SOBRE A “CRISE” INSTITUCIONAL PSICANALÍTICA

Neste capítulo, apresentaremos o desenvolvimento da análise discursiva das matérias dos jornais, partindo, na primeira seção, de uma descrição detalhada do material coletado e passando, a seguir, para a aplicação dos procedimentos de análise descritos no capítulo anterior.

#### 3.1 DESCRIÇÃO

Os nomes “Hélio Pellegrino” e “Eduardo Mascarenhas”, no *Jornal do Brasil* e em *O Globo* dos anos de 1980 e 1981, de acordo com o mecanismo de busca nos acervos online dos jornais, apontou para 41 resultados. Descartamos, portanto, as aparições desses nomes que não estivessem relacionadas aos psicanalistas e, também, um dos resultados que se tratava de um cartaz de divulgação de uma palestra da qual os analistas iriam participar. Restaram-nos 38 resultados de matérias, conforme apresentadas nos quadros a seguir:

Quadro 1: Indicação de seção das matérias coletadas: *Jornal do Brasil*

<b>JORNAL DO BRASIL</b>	
<b>Título</b>	<b>Seção/Página</b>
Os barões da psicanálise	Caderno B/p.4
O processo da psicanálise	1º caderno - Informe JB/p.6
Hélio Pellegrino anuncia a sua expulsão e a de Eduardo Mascarenhas da Sociedade Psicanalítica do RJ	Caderno B/p.1
A sociedade Psicanalítica diz que ainda não expulsou Pellegrino e Mascarenhas	Caderno B/p.1
Psicanalistas se entendem	1º caderno – chamada de capa/p.1
A crise está arquivada	Caderno B/p.6
Retratção	1º caderno - Informe JB/p.6
Sociedade pune Pellegrino e Mascarenhas	1º caderno - chamada de capa/p.1
Pellegrino e Mascarenhas são expulsos de vez	Caderno B/ p.1
Lenha na fogueira	Caderno B - Zózimo/p.3
“Psicorrenda”	1º caderno - Informe JB/p.6
Médico confirma que socorreu presa política em Petrópolis	1º caderno - Nacional/p.9
Psicanálise	Caderno B- cartas/p.2
O comércio da psicanálise (Nelson Senise)	1º caderno - Opinião/p.11
Autocracia psicanalítica (Nelson Senise)	1º caderno - Opinião/p.11

Pellegrino e Mascarenhas, expulsão mantida, novo recurso: “a imparcialidade da sociedade psicanalítica estava comprometida”	Caderno B- p.10
Paranóico	1º caderno - Política e governo/p.4
Psicanálise em questão	1º caderno - Informe JB/p.6
A guerra da psicanálise está nas ruas	Caderno B – p.1
Psicossindicância	1º caderno - Informe JB/p.6
Lá é diferente	Caderno B - Zózimo/p.3
Diplomados	1º caderno - Informe JB/p.6
Justiça recusa ação de psicanalistas que queriam anular expulsão	1º caderno – p.7

Fonte: próprio autor.

Quadro 2: Indicação de seção das matérias coletadas: *O Globo*

<b>O GLOBO</b>	
<b>Título</b>	<b>Seção/Página</b>
Psicanalistas pedem extinção do cargo de analista-didata	Rio/p.10
Boca do inferno (Otto Lara Resende)	O País/p.6
Psicanalistas contra expulsão de Pellegrino e Mascarenhas	Rio/p.14
Psicanalistas: recuo da entidade é histórico	Rio/p.10
Expulsão de psicanalistas provoca protesto	Rio/p.25
Ação na Justiça contra expulsão do psicanalista	Rio/p.10
Afirmar é sempre melhor que explicar (Artur da Távola)	Cultura/p.36
Intervenção impede CRM de julgar o médico de Inês	Rio/p.12
Psicanalistas expulsos voltam a criticar SPRJ	Rio/p.7
Psicanalistas discutem ação judicial contra SPRJ	Rio/p.20
Fórum de debates de psicanalistas: Andrade não quer Pellegrino e Mascarenhas na reunião	Rio/p.8
Em livro, os textos de conferências sobre psicanálise	Cultura/p.31
Pellegrino e Mascarenhas abrem simpósio na PUC	Rio/p.18
Comissão da IPA começa a ouvir psicanalistas	Rio/p.12
Comissão da IPA cancela reunião sobre psicanalistas	Rio/p.9

Fonte: próprio autor.

Nas seções a seguir, faremos a descrição detalhada de cada um dos jornais analisados, separadamente.

### 3.1.1 Jornal do Brasil

A busca pelos nomes “Hélio Pellegrino” e “Eduardo Mascarenhas”, conjuntamente, no acervo digitalizado do *Jornal do Brasil* (JB)<sup>7</sup> apresentou, no total, 22 resultados no período de 1980 a 1981.

Dentre as 22 matérias, dez se encontram no “Caderno B”, parte do jornal voltada ao jornalismo cultural; seis são pequenas notas dispostas na seção “Informe JB”, no Primeiro Caderno; e o restante é distribuído entre outras seções do Primeiro Caderno, como “Política e Governo” (1), “Nacional” (1), “Opinião” (2) e chamadas de matérias situadas na capa (2).

O *Jornal do Brasil*, que tornou pública a crise interna das Sociedades Psicanalíticas do Rio de Janeiro filiadas à IPA (SPRJ e SBPRJ), dedicou uma página inteira do Caderno B para a primeira reportagem sobre o tema, “Os Barões da Psicanálise”, publicada no dia 23 de setembro de 1980. Esta matéria teve texto bastante extenso e apresentou como fontes três psicanalistas sócios da SPRJ: Hélio Pellegrino, Eduardo Mascarenhas e Wilson Chebabi. Estes nomes são trazidos já no lead.

Cada um dos entrevistados teve uma foto legendada com um trecho de sua fala, disposta na parte inferior da página. Na parte superior há, à esquerda, um texto de apresentação do tema, com um resumo das críticas feitas às instituições psicanalíticas e uma foto do simpósio de Psicanálise e Política, realizado na PUC e, à direita, uma ilustração, não legendada, de um rosto de um homem no qual a boca seria uma guilhotina. É assim que o JB apresenta o tema da crise institucional psicanalítica.

Além desta reportagem, há outras quatro que ocupam uma página inteira do Caderno B e que, no entanto, recebem ainda mais destaque, por terem sido publicadas na primeira página desta parte do jornal. São elas: “Hélio Pellegrino anuncia a sua expulsão e a de Eduardo Mascarenhas da Sociedade Psicanalítica do RJ”; “A sociedade Psicanalítica diz que ainda não expulsou Pellegrino e Mascarenhas”; “Reaberta a crise na Sociedade Psicanalítica: Pellegrino e Mascarenhas são expulsos de vez”; “Sede fechada, reuniões nas calçadas: a guerra da psicanálise está nas ruas”. Nota-se, portanto, que o uso dos nomes dos psicanalistas Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas nos títulos das reportagens de maior destaque é recorrente.

Algumas das matérias maiores têm antetítulos que situam as matérias no tema relativo à psicanálise. São exemplos de antetítulos: “A psicanálise em pé de guerra” (em

<sup>7</sup> Disponibilizado pela Biblioteca Nacional no site <http://hemerotecadigital.bn.br>.

15/10/1980), “A crise na psicanálise” (em 16/10/1980), “Sociedade psicanalítica X Pellegrino e Mascarenhas” (em 23/10/1980), “Reaberta a crise na Sociedade Psicanalítica” (em 29/01/1981) e “Sede fechada, reuniões nas calçadas” (em 21/08/1981).

Apenas nove das 22 matérias trazem alguma ilustração. Dentre as nove, cinco apresentam fotos de pelo menos um dos psicanalistas envolvidos na denúncia – duas de Mascarenhas, três de Victor Manuel de Andrade (presidente da SPRJ) e quatro de Pellegrino, sendo que uma delas, em que o psicanalista aparece com o dedo indicador próximo à boca sinalizando silêncio, se repete em duas reportagens. Três matérias trazem, além das figuras dos psicanalistas, fotografias de reuniões e conferências de membros da Sociedade. Além dessas, três reportagens contêm apenas ilustrações, sem fotografias, que podem ser descritas brevemente como: 1) uma caricatura de Freud diante de um lobo; 2) um cifrão sobre o divã; e 3) a estátua da deusa grega Têmis, símbolo de justiça, segurando uma balança na qual dois homens estariam dando manutenção.

Das 22 matérias, quatro são de opinião. Duas – “O comércio da psicanálise” e “Autocracia psicanalítica” – do médico Nelson Senise, que defende os psicanalistas, sendo contrário à expulsão deles da Sociedade; uma do jornalista Zózimo Barrozo do Amaral; e outra se encontra na seção de “cartas” e é assinada pelo médico e psicanalista (embora o jornal não indique sua profissão, apenas o nome) Luiz Py M. da Silva. Apenas sete dos textos coletados (todos do Caderno B) são assinados pelos repórteres, sendo eles: Roberto Mello (2), que, além das reportagens, assina a retranca “O que é uma Sociedade idônea”; Ciléia Gropillo (3); Fritz Utzeri (1); Deborah Dumar (1). O restante não indica a autoria.

Não é comum nas matérias coletadas do JB o uso de entretítulos para a divisão dos blocos de texto ou de retrancas e sub-retrancas. Apenas duas matérias das reportagens de página inteira – “A crise na psicanálise: A sociedade Psicanalítica diz que ainda não expulsou Pellegrino e Mascarenhas” e “Sede fechada, reuniões nas calçadas: a guerra da psicanálise está nas ruas” – utilizam esse recurso textual, cada uma delas com duas retrancas, contendo os títulos sempre em capitular. A primeira tem os entretítulos: “Os nove grupos do Rio” e “O que é uma Sociedade idônea”, sendo que esta última está inserida dentro de um quadro. A segunda apresenta as retrancas intituladas “A palavra da SPRJ” e “... E seus números”. Ambas são pequenas, de dois e um parágrafos, respectivamente, e, portanto, ocupam pouco espaço na página.

Das matérias menores, também duas utilizam entretítulos: “Médico confirma que socorreu presa política em Petrópolis” e “Justiça recusa ação de psicanalistas que queriam anular expulsão”. As notas e informes, diferentemente, são subdivididas por três quadrados,

sem a utilização de subtítulos. Os textos “Lenha na fogueira”, “Lá é diferente” são dispostos na forma de tópicos. Além disso, dois dos textos da seção “Informe JB” trazem neologismos no título, fazendo referência às profissões “psi”. É o caso das notas “Psicossindicância” e “Psicorrenda”.

Os psicanalistas são as principais fontes ouvidas nas matérias coletadas. Nelas, evidentemente, predominam os nomes Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas. A voz do presidente da SPRJ, Victor Manuel de Andrade, que representa a oposição aos dois psicanalistas expulsos, também recebe bastante destaque. Outros psicanalistas são chamados a depor, como é o caso de Wilson Chebabi, Carlos Alberto Barreto, Roberto Mussachio, Alfredo José Macedo Dias e Castelar Pinto.

Além dos analistas, são apresentadas como fontes duas advogadas – Eny Moreira, na reportagem de 21 de agosto de 1981, que se posiciona contra a punição do psicanalista didata da SPRJ Ernesto La Porta e Helena Bekhor, apresentada no lead como “Juíza da 25ª Vara Cível”, na reportagem de cinco de dezembro do mesmo ano, que defende a posição da diretoria da Sociedade – um médico (Nelson Senise) e a atriz Christiane Torloni.

Em geral, o JB tenta se colocar de maneira distanciada dos acontecimentos, inserindo muitas falas das fontes entre aspas ou utilizando travessão. Em matérias com fotografias, mais de uma vez são usadas as de Pellegrino e Andrade, uma ao lado da outra, do mesmo tamanho e com características semelhantes, buscando sugerir uma neutralidade do jornal em relação ao caso. No entanto, aparecem também matérias com traços opinativos no texto do repórter.

Como parte da crise interna das instituições psicanalíticas do Rio de Janeiro no início da década de 80 há, além da denúncia de Pellegrino e Mascarenhas, a repercussão do caso Amilcar Lobo. Três das matérias coletadas do JB mencionam o nome do médico. Uma delas, brevemente, relembra a denúncia de Rômulo Noronha de Albuquerque, ex-presos político, contra Lobo, durante uma mesa-redonda na PUC em que Pellegrino participava. A outra trata o caso com mais profundidade e tem o próprio Amilcar Lobo como fonte. Trata-se de uma matéria sobre a denúncia contra o médico feita pela também ex-presos política Inês Etienne Romeu. A terceira, por fim, é uma nota da seção “Informe JB” e lista os problemas que a comissão da IPA iria apurar na Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro. O terceiro item desta lista apontado na nota, em seguida da expulsão de Pellegrino e Mascarenhas e da punição de La Porta, seria “o caso Amilcar Lobo, médico que participou da equipe de

torturadores do DOI-CODI, no quartel da Barão de Mesquita, e durante muito tempo candidato em formação psicanalítica na SPRJ”.

### 3.1.2 O Globo

A mesma busca realizada no jornal *O Globo*<sup>8</sup> apresentou 15 resultados, também nos anos de 1980 e 1981.

Entre as seções de publicação predominou a intitulada “Rio”, à qual 12 matérias pertencem. As demais foram publicadas em “Cultura” (2) e “O País” (1).

Após a reportagem do *Jornal do Brasil* que deu início à aparição da crise institucional da psicanálise no Rio de Janeiro na imprensa, publicada no dia 23 de setembro de 1980, o jornal *O Globo* levou 24 dias para publicar a primeira matéria sobre o tema. A essa altura, o JB já havia feito quatro matérias, sendo três delas de grande destaque.

Intitulada “Psicanalistas pedem extinção do cargo de analista-didata”, a primeira publicação de *O Globo* abordou a denúncia de Pellegrino e Mascarenhas por um viés bastante diferente do *Jornal do Brasil*. No lead, *O Globo* trouxe apenas uma das críticas à instituição, focando na questão do sistema de formação profissional do psicanalista.

Ao contrário do JB, *O Globo* não deu grande destaque ao caso. As matérias são, em geral, pequenas. Nenhuma chegou a ocupar uma página inteira. A maior delas, “Psicanalistas discutem ação judicial contra SPRJ”, divide uma página com a seção “Tempo” e não possui imagens. Por conta disso, a crise nas entidades psicanalíticas não apareceu (nem em forma de chamada) na capa do jornal.

Apenas duas matérias de *O Globo* apresentam ilustração. Em “Psicanalistas contra expulsão de Pellegrino e Mascarenhas”, há uma fotografia espontânea dos dois analistas mencionados e, “Em livro, os textos de conferências sobre a psicanálise” há uma figura simples, desenhada com poucos traços, de um divã, à esquerda do título.

O jornal *O Globo* utiliza entretítulos na maioria das matérias. Eles são curtos, geralmente compostos por uma ou duas palavras, e grafados em letra maiúscula. Alguns deles são postos entre aspas, como, por exemplo, “Ética discutível”, “Processo injusto”, “Ventos democráticos”.

Em apenas três matérias *O Globo* utilizou os nomes Pellegrino e Mascarenhas no título. Esse jornal preferiu referir-se a eles, nos títulos, como “os psicanalistas” (como por exemplo, em “Psicanalistas expulsos voltam a criticar SPRJ” e “Expulsão de psicanalistas

---

<sup>8</sup> Acervo digital disponível para assinantes, no site <http://acervo.oglobo.globo.com>

provoca protesto”). A palavra “psicanalista”, também na sua forma plural, apareceu em dez títulos dentre as 15 matérias coletadas.

Psicanalistas são as únicas fontes ouvidas por *O Globo*. Além de Pellegrino, Mascarenhas e Andrade, o jornal dá voz a psicanalistas como Carlos Castelar e Sérgio Terra. No entanto, ao contrário do JB, *O Globo* não usa depoimentos dos advogados envolvidos na situação e nem do médico Amilcar Lobo, apesar de mencioná-los nos textos.

Há, dentre as matérias coletadas, duas que são assinadas por colunistas de *O Globo*: Artur da Távola (pseudônimo do jornalista Paulo Alberto Moretzsohn Monteiro de Barros) e Otto Lara Resende. O primeiro, em “Afirmar é sempre melhor que explicar”, analisa a participação de Pellegrino e Mascarenhas em um programa de televisão da Rede Globo enquanto o segundo, em “Boca do Inferno”, apenas menciona o caso de maneira superficial, ao dizer que “perdemos a capacidade de espantar-nos”. O autor, então, cita vários acontecimentos da época que deveriam causar espanto, dentre eles, a expulsão dos psicanalistas da SPRJ. As demais matérias publicadas, que buscam apresentar caráter mais informativo, não levam o nome do jornalista/repórter.

O “caso Amilcar Lobo” em *O Globo* é mencionado em três matérias entre as coletadas e, em comparação com o JB, a cobertura do caso é feita de maneira diferenciada entre os jornais. *O Globo* relaciona mais intimamente a questão da denúncia contra Lobo com a crise da SPRJ, inclusive, ouvindo como fonte, em “Intervenção impede CRM de julgar o médico de Inês”, o psicanalista Hélio Pellegrino, que avalia a gravidade das acusações contra o Amilcar Lobo.

É importante observar as datas de publicação das matérias do JB e de *O Globo*. Coincidem apenas três dias de os dois jornais publicarem sobre o tema analisado, o que indica menos para uma cobertura dos fatos como notícias quentes do que para uma repercussão “fria” dos acontecimentos sobre a crise interna das instituições psicanalíticas do Rio de Janeiro.

### **3.1.3 Recorte e análise do *corpus***

Por se tratar de um número bastante extenso de matérias e, portanto, inviável para a realização de uma análise discursiva suficientemente detalhada, fizemos um novo recorte. Optamos por trabalhar com as textualidades que receberam maior destaque nos jornais – pelos critérios de: a) tamanho da reportagem que, por ocupar mais espaço na página, indica que lhe

foi atribuído maior importância; e/ou b) uso de imagens como recurso gráfico para atração do leitor – e, com isso, descartamos as que eram apenas pequenas notas informativas. Das que continham figura, não levamos à análise a matéria “Em livro, os textos de conferências sobre a psicanálise”, pois, apesar da ilustração de um divã, o texto apenas indicava para o lançamento de um livro, citando o Fórum de Debates do qual Pellegrino e Mascarenhas fizeram parte. Descartamos também os textos opinativos (mesmo o que atendia aos critérios indicados de tamanho e imagem), pois nosso interesse é identificar os discursos nos textos preponderantemente informativos. Trabalharemos, portanto, com quinze matérias, sendo oito do JB e sete de *O Globo*.

Para realizar a análise, extrairemos segmentos de texto de cada matéria, nos quais destacaremos enunciados. No processo de indexação, os segmentos serão representados da seguinte forma: SXTY, sendo X o número do enunciado de acordo com a sua ordem de aparecimento no texto e Y, o código da matéria, em ordem cronológica de publicação, conforme o quadro a seguir:

Quadro 3: Matérias selecionadas para análise: *Jornal do Brasil*

<b>JORNAL DO BRASIL</b>		
<b>Código</b>	<b>Título</b>	<b>Publicado em</b>
<b>T1</b>	Os barões da psicanálise	23/09/1980
<b>T2</b>	A psicanálise em pé de guerra	15/10/1980
<b>T3</b>	A crise na psicanálise	16/10/1980
<b>T4</b>	A crise está arquivada	23/10/1980
<b>T5</b>	Pellegrino e Mascarenhas são expulsos de vez	29/01/1981
<b>T6</b>	Médico confirma que socorreu presa política em Petrópolis	06/02/1981
<b>T7</b>	Pellegrino e Mascarenhas, expulsão mantida, novo recurso: “a imparcialidade da sociedade psicanalítica estava comprometida”	26/05/1981
<b>T8</b>	A guerra da psicanálise está nas ruas	21/08/1981

Fonte: próprio autor.

Quadro 4: Matérias selecionadas para análise: *O Globo*

<b>O GLOBO</b>		
<b>Código</b>	<b>Título</b>	<b>Publicado em</b>
<b>T9</b>	Psicanalistas pedem extinção do cargo de analista-didata	17/10/1980
<b>T10</b>	Psicanalistas contra expulsão de Pellegrino e Mascarenhas	22/10/1980
<b>T11</b>	Intervenção impede CRM de julgar o médico de Inês	07/02/1981
<b>T12</b>	Psicanalistas expulsos voltam a criticar SPRJ	13/04/1981
<b>T13</b>	Psicanalistas discutem ação judicial contra SPRJ	20/08/1981
<b>T14</b>	Fórum de debates de psicanalistas: Andrade não quer Pellegrino e Mascarenhas na reunião	21/08/1981
<b>T15</b>	Comissão da IPA começa a ouvir psicanalistas	28/10/1981

Fonte: próprio autor.



### 3.2 VOZES (NA MÍDIA) SOBRE A “CRISE” DA PSICANÁLISE

Nos veículos escolhidos para esta análise, dentre as 15 matérias selecionadas, 13 (seis do JB e sete de *O Globo*) trouxeram, com trechos entre aspas, falas de Pellegrino e/ou Mascarenhas evidentemente favoráveis à denúncia e 10 (seis do JB e quatro de *O Globo*) apresentaram depoimentos da oposição. Importante notar que a voz de “oposição” foi apresentada, nas matérias de maior destaque, apenas na fala do presidente da SPRJ, Victor Manuel de Andrade.

Das matérias selecionadas para análise, duas fontes entrevistadas não são da área de saúde – nem médicas, nem psicólogas, nem psicanalistas. Uma delas, cujo depoimento ocupa um longo parágrafo em T8, é a atriz Christiane Torloni, que tem uma fala afirmativa em relação à crise (“o Hélio tem toda razão”), o que reafirma o discurso favorável à denúncia.

A segunda, presente tanto em *O Globo* quanto no JB, é a advogada que participou da reunião do Fórum de Debates que ocorreu na calçada devido ao fechamento da sede da SPRJ. Há, no entanto, uma diferença marcante, entre os dois jornais, na forma de inserir a participação da fonte no tema. Enquanto o JB apresenta, em T8, a fonte como “a advogada Eny Moreira (fundadora do Comitê Brasileiro Pela Anistia)” e fecha a fala dela com os dizeres “é ilegal e ilegítimo o papel policial administrativo da diretoria cerceando esse direito”, além de acrescentar, em outro parágrafo, a opinião da advogada sobre a punição de La Porta: “Parece-me um desrespeito”, *O Globo* a apresenta apenas como “advogada” e insere suas falas de maneira a apresentar menos parcialidade: “desse modo, é ilegítima a decisão da diretoria – concluiu ela, acrescentando que havia um precedente importante: o fato de a 38ª Vara Cível do Rio ter concedido ao psicanalista Ernesto La Porta – que fora suspenso – o direito de reintegração total à entidade” (T13).

*O Globo* apresenta uma peculiaridade que se destaca em S1T9 e S1T10. O jornal utiliza fala dos psicanalistas Pellegrino e Mascarenhas como se estes fossem uma única pessoa, sem especificar qual deles elaborou o depoimento. É o caso dos segmentos textuais:

(S1T9) Quanto à exclusão dos dois – que é negada pelo presidente da SPRJ, Victor de Andrade – o advogado Sérgio Bermudez notificou judicialmente a SPRJ, no sentido de que “produza por escrito” a decisão, que, segundo Pellegrino e Mascarenhas, já foi tomada em “reunião sigilosa”: “a presidência da SPRJ nega-se a confirmar que a decisão já foi tomada e, no entanto, tenho uma carta me convocando para ser comunicado a decisão do Conselho Consultivo [...]. Na democracia, roupa suja não se lava em casa” – finalizou.

(S1T10) Na reunião, que não tinha caráter deliberativo, Pellegrino e Mascarenhas sustentaram que “é preciso ultrapassar, em termos limpidamente democráticos e institucionais, o clima punitivo, minorizante e atemorizante que tem caracterizado o exercício do poder na Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro”.

Em T9, o jornal *O Globo* não especifica com clareza qual dos dois psicanalistas que serviram de fonte para a matéria – Pellegrino ou Mascarenhas – fez a afirmação publicada, como se eles fossem um único entrevistado.

Identificamos, portanto, nas matérias analisadas, vozes marcadas por extremos opostos: I- favoráveis à denúncia ou críticos à SPRJ; e II- contrários à denúncia ou críticos aos psicanalistas Pellegrino e Mascarenhas (e demais dissidentes da SPRJ, como La Porta).

Além disso, é necessário observar que os jornais, buscaram não se posicionar, pelo menos de forma evidente, em relação às questões abordadas – tanto à “crise institucional” quanto ao “caso Amílcar Lobo”. No entanto, acabaram por usar as aspas de forma demasiada, como que para colocar no entrevistado a responsabilidade do que foi dito. Por conta disso, os jornais parecem ter assumido um discurso próprio dos personagens envolvidos e, portanto, não se divergiram destes quanto às vozes. Temos, então, uma clara divisão entre vozes que se colocam como extremos opostos, que são identificadas pelos discursos das fontes e aderidos pelo *Jornal do Brasil*, bem como por *O Globo*.

### 3.3 A PSICANÁLISE, O PSICANALISTA E A SPRJ, NA IMPRENSA

Ao longo desta subseção, apresentaremos os sentidos identificados, nas materialidades discursivas nas matérias de *O Globo* e *Jornal do Brasil*, sobre a psicanálise em si (como saber), a figura do psicanalista e a instituição psicanalítica, exemplificada pela Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro.

#### 3.3.1 A psicanálise

Muitos foram os sentidos sobre/da psicanálise identificados nas matérias sobre a crise institucional das Sociedades Psicanalíticas do Rio de Janeiro, filiadas à IPA. Nesta seção trabalharemos apenas com aqueles que se destacaram pela repetição, ou seja, que puderam ser lidos em mais de um enunciado.

Um dos sentidos possíveis que identificamos foi o de afirmação, mesmo que de forma indireta, de que a psicanálise se enquadra como ciência – afirmação esta sempre feita por psicanalistas. É o que podemos ver em S1T3 e S2T3:

(S1T3) “**A psicanálise é ciência ou religião?** Se for religião, tudo bem, o Sr. Victor Manuel de Andrade tem razão de usar o critério burocrático de aferir a idoneidade de uma sociedade psicanalítica por sua filiação à IPA, fundada por Freud. Essa história dos herdeiros de Freud parece com a definição do Papa como legítimo sucesso de São Pedro. **A psicanálise poderia ser uma herança de sangue, uma herança genética**, transmissível por cromossomos? Se é assim, tudo bem, não há o que discutir”.

(S2T3) O psicanalista Luiz Fernando de Melo Campos, do Ibrapsi (Instituto Brasileiro de Psicanálise, Grupos e Instituições), ao responder à afirmação do presidente da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro, segundo a qual só são idôneas as sociedades filiadas à IPA (a exceção aberta foi para o Instituto de Medicina Psicológica), sustenta que **a situação muda, se a psicanálise for entendida como ciência**.

Ambos os enunciados acima tratam da mesma questão, a de que se a psicanálise for entendida como ciência, o presidente da SPRJ, Victor Manuel de Andrade, estaria errado quanto à forma de definir o que seria uma Sociedade Psicanalítica idônea, levando em conta apenas a filiação à IPA. Assim, em S1T3, o entrevistado utiliza da ironia como recurso para discordar de Andrade e sugere, numa brincadeira, que a psicanálise seria então, não uma ciência, mas uma religião, ou ainda, uma herança genética. Em S2T3, o trecho “a situação muda, se a psicanálise for entendida como ciência” pode ser entendido também como uma discordância de Andrade, o que pode nos levar à compreensão de que o entrevistado acredita que o saber psicanalítico seja um saber científico.

O exemplo S3T3, a seguir, nos traz outra questão: a psicanálise se enquadra ou não como parte de um saber médico? (S3T3) “**As leis são omissas até para a definição do que seja psicanálise**, nem se sabe ainda se ela é em termos legais, uma especialidade médica [Luiz Paiva de Castro, membro da SEPLA]”.

O enunciado S3T3 nos remete a uma discussão que vinha desde 1978, em que foi apresentado na Câmara dos Deputados o projeto de lei do deputado Salvador Julianelli que pretendia submeter todas as profissões de saúde, dentre elas a psicologia e a psicanálise, ao domínio médico (LIMA, CAPONI, MINELLA, 2010, p.53).

Em alguns momentos, os jornais (principalmente o *Jornal do Brasil*) inseriram, nos textos das matérias, trechos da história da psicanálise no país, explicando ao leitor, por exemplo, como surgiu a formação psicanalítica e porque as Sociedades se dividiram, como pode ser visto em S4T3:

(S4T3) Os nove grupos que congregam os psicanalistas do Rio de Janeiro nasceram a partir do trabalho implantado aqui por Werner Kemper e Mark Burk, em 1949. Incumbidos de estabelecer a formação psicanalítica no Rio, eles optaram pela base freudiana, que até hoje vigora, embora algumas instituições apresentem divergências

quanto à formação de seus seguidores, não estando muitos grupos representados nessas instituições, por motivos considerados “psicopolíticos”, vistos pelo Dr. Horus Vital Brasil, membro didata do Instituto de Medicina Psicológica do Rio de Janeiro, “como um obstáculo ao desenvolvimento da psicanálise como ciência, uma medíocre política de dissensão menor e divisão do movimento psicanalítico”.

Em S4T3, particularmente, a informação histórica é seguida de uma explicação que acusa a psicanálise de ser perpassada por questões políticas, algo que abordamos, mais detalhadamente, a seguir.

### 3.3.1.1 *Psicanálise e política*

As metáforas políticas, ou seja, os deslizamentos de sentido (ORLANDI, 2007) que correspondem à temática “política”, de forma geral, foram um traço marcante nas matérias selecionadas para esta análise, conforme podemos ver nos segmentos de texto a seguir: (S1T1) “De projeto revolucionário, a psicanálise converteu-se numa técnica adaptativa. ‘Ela pega um bom neurótico e o transforma num alienado, isto é, piora o neurótico. Tudo por **falta de visão política**’”; (S2T1) “‘Claro que há **razões políticas** para a **evitação da política**. Trata-se de evitar o questionamento, para domesticar a consciência crítica, herança maior da obra de Freud’”.

Tanto em S1T1 quanto em S2T1 são feitas críticas à psicanálise e, conseqüentemente, ao psicanalista, por sua “alienação” em relação a questões políticas. No entanto, os sentidos são diferentes. O primeiro enunciado, parte destacada em negrito, indica para a leitura de que a psicanálise como saber seria, segundo a fala do entrevistado, prejudicado pela “falta de visão” de outro saber: o político. É possível, portanto, a interpretação de que a psicanálise é tomada no lugar de um saber que não dá conta do todo e, por isso, pode acabar por piorar a condição do analisando. Já o enunciado destacado em S2T1 sugere uma falta de debate sobre questões da política, sejam elas internas ou externas às instituições psicanalíticas.

Em outros sintagmas das matérias selecionadas, o termo “política” aparece relacionado especificamente a questões do modo de pensar do psicanalista, como se este tivesse uma política própria de sua profissão, o que podemos compreender a partir do exemplo S3T1: (S3T1) “‘Essa é a **política do psicanalista**. Ele, assim, contesta uma ordem que lhe dá privilégios. Esse apoliticismo é um artefato ideológico de má fé, essa omissão só serve aos interesses do *status quo*’”.

S3T1, assim como S2T1, aponta para uma crítica à falta de envolvimento da psicanálise (e do psicanalista) com a política e traz a expressão “artefato ideológico”. Chama-

nos a atenção, neste momento, o uso dessa variação do termo “ideologia”, que é comum nas textualidades analisadas, principalmente nas falas dos psicanalistas entrevistados. O uso deste termo, em uma das várias leituras possíveis, pode remeter a uma matriz de sentido esquerdista, que atravessa o discurso sobre a psicanálise. A partir dessa interpretação, podemos observar os seguintes segmentos: (S4T1) “O resultado é que a psicanálise se converte numa **ideologia** para satisfazer impulsos destrutivos, isso é o que a gente vê mais por aí”; (S5T3) “Que os responsáveis pela SPRJ assumam a sua **ideologia**. Agir segundo ela é legítimo, toda instituição tem **ideologia**. A instituição não deve envergonhar-se de agir segundo sua definição própria e não pedir aos discordantes que o façam em seu nome”.

Uma leitura possível é a de que o termo “ideologia” tenha sido utilizado, como em S4T1, com o sentido de “conjunto de ideias”, enquanto em S5T3, tenha apontado fortemente para valores e princípios. Há, no entanto, uma memória discursiva que possibilita a interpretação de que, por conta do momento político em que o país se encontrava – últimos anos do regime militar, período de abertura – havia uma dicotomia entre os posicionamentos políticos de esquerda, revolucionários, e de direita, reacionários. Neste cenário, o conceito de ideologia utilizado nos jornais pode nos remeter à visão de esquerda, a partir da qual podemos compreender o conceito de ideologia enquanto “consciência falsa, equivocada, da realidade”<sup>9</sup>.

Esta possibilidade de entendimento de uma visão política esquerdista é sugerida também por enunciados que criticam abertamente a atitude da direita e inserem a psicanálise numa posição que seria necessariamente revolucionária, como pode ser visto nos exemplos S5T1 e S1T5: (S5T1) “Para mim, **o psicanalista de direita deve voltar a fazer análise. Enquanto ficamos ouvindo a verdade do desejo, a direita ataca com bombas**”;

(S1T5) O tom da circular, principalmente nos itens 2 e 3, após ser chamado de “bacteriológico” – numa referência a **expressões como “germe da desagregação”** – é qualificada por Pellegrino e Mascarenhas como “**exalando a distância o inconfundível mau hálito peculiar às manifestações da direita mais reacionária**, seja no campo do pensamento político, seja no terreno da vida institucional e societária”.

Além disso, os jornais teriam tornado pública a opinião de psicanalistas de esquerda também na medida em que inseriram trechos da fala dos entrevistados criticando as instituições que, segundo eles, negavam a participação e a formação de analistas comunistas, marxistas ou apenas que se colocavam contra o autoritarismo do regime militar. S6T1, a

---

<sup>9</sup> Sobre o conceito de ideologia, ver MARX & ENGELS, 2001, p.22.

seguir, reclama a diferença no tratamento, dentro das instituições psicanalíticas, de analistas, de acordo com o partido ao qual se filia ou apóia:

(S6T1) Pellegrino afirma que a psicanálise se diluiu em instituições pachecais, com seus modos graves e ridículos, ao recusar entre outros, o analista que tiver posição política de esquerda. “Nós sabemos que isso acontece. Se o cara é do PDS, pode. O PTB da Ivete também pode. O do Brizola, nem tanto”.

Outros sentidos que abordam “Psicanálise e Política” podem ser identificados ao longo dos jornais analisados, sendo que alguns deles são críticas à instituição psicanalítica e outros à política do país. Destacamos, portanto, duas matrizes de sentido identificadas nas textualidades analisadas, resultando em duas Formações Discursivas (FDs). São elas: FD1) crítica ao capitalismo (matriz de sentido anti-capitalismo); FD2) valorização da democracia como forma de governo (matriz de sentido pró-democracia) e pró-abertura política.

#### FD1: Anti-capitalismo

A matriz de sentido anti-capitalista foi a predominante na primeira reportagem sobre a crise das Sociedades Psicanalíticas do Rio de Janeiro, na qual a opinião dos psicanalistas que realizaram a denúncia contra as entidades de psicanálise filiadas à IPA foi exposta pelo *Jornal do Brasil*. A crítica, nesta matéria, é dirigida à relação entre a psicanálise e este sistema de produção, o que faz a articulação direta do saber com a política, como podemos ler em S7T1:

(S7T1) Mascarenhas se apóia no **materialismo histórico** para entender essa crise [da instituição psicanalítica]. O **capitalismo** foi visto por Marx como uma formação social não necessariamente má nos seus primórdios, diz ele. Não tinha sentido pejorativo, era progressista, resolvia os problemas da época. Só mais tarde é que adquiriu a feição reacionária. Como num sistema social, acrescenta Mascarenhas, ele não é homogêneo. Nele coexistem feudos e escravagismos. A **psicanálise é um desses feudos**, em que várias ideologias se encastelam.

Uma das leituras possíveis de S7T1 é a de que a visão de esquerda entre os psicanalistas envolvidos na denúncia tem base no discurso do materialismo histórico e, por conseguinte, nas teorias marxistas. Neste trecho, a crítica começa sendo dirigida ao capitalismo em si e, só ao final, é redirecionada para a relação do sistema de produção com a psicanálise, como se este último tema não fosse o principal na crítica do psicanalista, mas como se o entrevistado se utilizasse da posição que ocupa, como especialista, para expor sua opinião, de forma mais ampla do que apenas quanto à sua formação, no jornal.

No entanto, há outros enunciados que abordam diretamente a problemática relação da psicanálise com o capitalismo. É o caso de S8T1 e S9T1:

(S8T1) Mas a prática clínica, como toda prática social, é política. E a **psicanálise se insere no modelo capitalista** por um dado que nada tem de psicanalítico: o preço. “Operário só entra no meu consultório como bombeiro ou pintor de paredes, jamais como cliente. Só entra quem paga o meu preço, e o preço é a nossa linha de partilha severa, o leão-de-chácara na porta do consultório, que tem a arrogância de barrar a maioria do povo brasileiro. **O preço é uma determinação do mercado, o ponto em que a psicanálise se articula com a política**”, diz Pellegrino.

(S9T1) Críticas à **psicanálise como atividade que abriga profissionais ávidos de lucros**, ou como projeto elitista não chegam a ser novidade. O dado novo é que os três analistas se incluíram entre os beneficiários do “**capitalismo selvagem brasileiro**”, numa severa autocritica. Tentando apelar seu “sentimento de culpa” admitiram a validade de trabalhar de graça em sociedades alternativas ao *establishment* analítico, como a Clínica Social de Psicanálise, embora sem abandonar seus **altos lucros** nos consultórios privados.

Tanto S8T1 quanto S9T1, apontam para a recriminação de uma diferença sócio-econômica. O primeiro, ao tocar na questão do preço das consultas e ao afirmar que o operário (mais uma vez, a memória discursiva nos sugere, como uma possibilidade de interpretação, um atravessamento do discurso marxista) não pode ocupar o lugar de analisando. O segundo aborda o problema do elitismo da atividade da clínica psicanalítica, que também seria consequência da diferença de classes, que favorece alguns e prejudica outros.

Embora ambos os segmentos acima denunciem que os psicanalistas alimentam o sistema capitalista ao cobrar preços elevados pelas consultas, S9T1 insere, na voz do próprio jornal (não corresponde à fala de um entrevistado), o esclarecimento de que há exceções a este pensamento. Estas exceções seriam os psicanalistas entrevistados na reportagem: Hélio Pellegrino, Eduardo Mascarenhas e Wilson Chebabi. Neste momento, os três são tomados como figuras exemplares, “olimpianos modernos” (MORIN, 2002, p.105).

Outra questão se destaca na relação entre psicanálise e anti-capitalismo, em discursos na imprensa. Há a tentativa de realizar um “diagnóstico” da sociedade, ou seja, de entender ou explicar o mal estar, principalmente social, por meio de termos psicanalíticos, algo que é comum nas matérias que compõem nosso *corpus*.

(S10T1) Para ele, há uma equivalência entre os conceitos freudianos e os da sociologia materialista. Assim, compulsão à repetição corresponderia à produção industrial, repetição numérica, e padronização social: recalque equivaleria à plutocracia, tirania dos meios de produção, onde o dinheiro não tem valor de troca, mas é valor em si mesmo, como no sistema bancário [...]

O segmento textual S10T1 nos serve de exemplo, pois nele o psicanalista entrevistado busca atingir uma compreensão do modo de produção capitalista a partir da

psicanálise (utilizando-se, inclusive de termos próprios deste saber, como “recalque” ou “compulsão à repetição”), indicando que a sociedade, como um todo, poderia ocupar a posição de analisanda. Ao mesmo tempo, utiliza de expressões como “produção industrial”, “plutocracia”, “tirania dos meios de produção”, todos eles referentes ao “capitalismo selvagem”, como já abordado em S9T1. Assim, a forma de lidar com o mal estar individual seria aplicada, de forma equivalente, ao social. O contrário também foi identificado nas matérias, como podemos observar a seguir: (S1T2) “Socialismo não no sentido econômico, mas psicológico. Meu trabalho é uma condenação explícita do **capitalismo**, que é **uma distorção psicológica. O capitalismo é um sistema narcisista**. E hoje assistimos a uma prevalência do social sobre o individual”.

Uma compreensão possível de S1T2 é aquela que aponta para o modo de compreensão do social a partir do individual, na tentativa de avaliar como o sistema de produção capitalista pode interferir nas condições psicológicas dos sujeitos, o que é marcado pelo apontamento de que o capitalismo implicaria numa injunção psicológica a um modelo narcisista.

## FD2: Pró-democracia

Esta segunda FD apresenta-se de duas formas: uma delas centrada no significante “democracia” (I) e outra, no significante “abertura política” (II), conforme detalharemos a seguir.

(I) A referência à “democracia” foi bastante recorrente nas textualidades analisadas. Na maioria dos casos, psicanalistas (principalmente Pellegrino e Mascarenhas) destacam a importância de se ter uma instituição psicanalítica nos moldes democráticos. Eles criticam, no geral, o alto poder de decisão da diretoria da SPRJ em relação aos demais membros da Sociedade, o que, segundo os psicanalistas envolvidos na denúncia, teria levado à expulsão deles da instituição.

S2T9, S1T15 e S2T10, todos estes segmentos extraídos de *O Globo*, são exemplos que apontam, dentre as possíveis leituras, para o desejo de alguns psicanalistas de que a democracia fosse implementada dentro das instituições: (S2T9) “No entender de Pellegrino – que é sócio da SPRJ há 25 anos –, a proposta é que ‘os **ventos democráticos** penetrem pelas janelas das instituições psicanalíticas”.

(S2T10) Propuseram, então, para **democratizar a entidade**, três medidas: convocação pela diretoria de uma assembléia geral, com poderes para reformular os estatutos da sociedade; extensão do direito de votar e ser votado aos membros



associados (atualmente, apenas 23 associados são eleitores nas assembléias); extensão do mesmo direito aos 70 membros candidatos ao ingresso na sociedade.

Em S2T9, a expressão “ventos democráticos” que, segundo Pellegrino, podem penetrar pelas janelas das Sociedades, sugere uma descrença do psicanalista com relação à própria entidade. Isso pode ser compreendido a partir da ideia de que os ventos que penetram pela janela vêm de fora da instituição, são externos a ela, ou seja, uma possível leitura é que o psicanalista não acredita que a democracia possa surgir de dentro da instituição, por exemplo, partindo da diretoria. Diferentemente desse pensamento, S2T10 apresenta uma vontade interna de democracia, que levaria os membros da SPRJ a lutar pelo direito e pela igualdade de voto.

O desejo de democracia nas instituições psicanalíticas do Rio de Janeiro ficou evidente também em enunciados que relacionam a SPRJ a outras instituições, principalmente à IPA, da qual é filiada, conforme pode ser visto no segmento de texto a seguir: (S1T15) “[...] Pellegrino estava otimista antes da reunião: **‘É claro que a IPA pode fazer alguma coisa. Através dela a SPRJ pode democratizar-se. É por isso que estamos aqui’**”.

Em alguns momentos, destacaram-se frases que mencionam a democracia, entendendo-a como algo importante à instituição psicanalítica, mas que não define, sozinha, o ideal da instituição. S3T10, abaixo, pode nos servir de exemplo ao tratar “termos democráticos” e “termos institucionais” como igualmente importantes, mas que não têm o mesmo significado:

(S3T10) Na reunião, que não tinha caráter deliberativo, Pellegrino e Mascarenhas sustentaram que “é preciso ultrapassar, em **termos limpidamente democráticos e institucionais**, o clima punitivo, minorizante e atemorizante que tem caracterizado o exercício do poder na Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro”.

Ainda com este sentido, alguns segmentos de texto de reportagens questionam a idoneidade de uma entidade psicanalítica que não seja democrática, como é o caso de S2T5, e outros consideram, dentro de uma possibilidade específica de leitura que propomos, que a democracia é benéfica à psicanálise, como pode ser visto no exemplo S1T7. (S1T7) “Para Alfredo José Macedo Dias, o que acontece reflete a estrutura antipsicanalítica da Sociedade Psicanalítica. ‘O princípio da Psicanálise é o de busca da verdade. E a **sociedade democrática** faz bem ao analista e ao analisando’”.

(S2T5) “**Instituições verdadeiramente psicanalíticas são instituições democráticas** e instituições democráticas não se caracterizam pelo segredo ou sigilo, mais próprios do despotismo ou do arbítrio. Instituições verdadeiramente psicanalíticas não têm a temer frente à opinião pública e, por consequência, só

podem acolher com serenidade e simpatia a presença da justiça ou da imprensa. Como dizia recentemente pelos jornais, numa democracia roupa suja não se lava somente em casa”;

Em S1T7 é preciso atentar-se. Embora a reportagem aborde questões internas das instituições psicanalíticas, a palavra “sociedade” em “sociedade psicanalítica” foi grafada com inicial minúscula, dando a entender que não se tratava da SPRJ, mas, possivelmente, da sociedade em geral. Apesar de este detalhe de grafia poder indicar um sentido diferenciado, não é possível afirmar com certeza de que foi algo intencional e que não se trata de um erro tipográfico.

Além das formas de abordagem da “democracia” em relação às Sociedades Psicanalíticas, nas matérias analisadas, há outra, marcada pela utilização de termos próprios do saber psicanalítico, como pode ser observado em S11T1:

(S11T1) “Totem e Tabu é o mito central da psicanálise, o que descreve o parricídio primitivo. O Pai autocrata que possuía todas as mulheres é morto pela horda e seus privilégios cedem lugar à lei. A interdição do incesto se manteve, quando os irmãos assumem o poder. É uma lei que transcende a todos, é o **germe da democracia**, uma **revolução** que significa o começo da cultura.

Em S11T1, o texto traz uma explicação ao leitor, na fala de um dos psicanalistas entrevistados (Pellegrino), sobre o “mito central da psicanálise”. Dessa forma, é possível interpretar que o jornal se coloca na posição de porta-voz do saber psicanalítico, que seria capaz de explicar complexas questões que perpassam a sociedade e a política (esta última, evidenciada pelos termos, mais uma vez, advindos aparentemente de uma posição ideológica à esquerda, como o “germe da democracia” e a “revolução”).

O mesmo acontece S12T1, em que a teoria freudiana da libido foi usada como argumento contra diversos aspectos da política da época, dentre eles, o fascismo e as ditaduras, que são opostos à democracia.

(S12T1) “A Teoria da Libido, por sua vez, faz com que sejam inaceitáveis para um psicanalista tanto o capitalismo, quanto as ditaduras, o terrorismo, as bombas (e não me refiro, agora, a qualquer fantasia anal). Sabemos que a criança passa do autoerotismo, quando ela só se relaciona com seu corpo, ao homoerotismo (a imagem no espelho, segundo Lacan), e finalmente ao heteroerotismo, quando a libido dirige para o outro. Se a sexualidade tende para o outro só podemos considerá-lo investido de sua dignidade e integridade. Por isso, **não pode haver psicanalista fascista**, é algo incompatível com o pensamento de Freud”.

Em T1, a matriz de sentido pró-democracia apareceu de forma mais geral, ligada mais à política do país do que à política organizacional das entidades. E13T1 nos serve de exemplo: (S13T1) “A História é isso. A melhor coisa, então, é assumir, participar do comando da cabina da locomotiva, através, por exemplo, de **eleições diretas**”.

Apesar de o segmento não trazer explicitamente a palavra “democracia”, a expressão “eleições diretas” aponta, possivelmente, para uma vontade de poder de decisão de todos pela política nacional, indicando a relação com a política democrática.

(II) Quanto ao significante “abertura”, é importante explicitar que durante o período analisado, o Brasil passava por um momento de “abertura política” que havia começado na segunda metade da década de 1970 (CIAMBARELLA, 2009, p.2). Da mesma forma como a matriz de sentido pró-democracia se estendeu, nas matérias analisadas, à política interna das Sociedades Psicanalíticas, a formação discursiva que denominamos “pró-abertura” é deslocada para questões internas da psicanálise e das entidades psicanalíticas.

S1T4 e S1T13, a seguir, são exemplos de sintagmas que fazem referência à abertura: (S1T4) “Hélio Pellegrino, tenso, mas satisfeito, acredita que o momento é de **abertura também na psicanálise**”; (S1T13) “O que queremos desde que criamos o Fórum de Debates (reuniões que vêm sendo feitas há três meses, às quartas-feiras) é a **abertura** científica e o estabelecimento do jogo democrático dentro da Sociedade”.

Em S1T4, é possível interpretar que o uso do termo “também” faz a ligação entre a política interna da instituição e a política nacional, ou seja, apesar de o psicanalista expor, na matéria, suas opiniões e conhecimento acerca da situação da Sociedade – algo que é evidente que é de seu domínio –, coloca-se que ele está a par do que acontece na política em âmbito nacional. Dessa forma, a figura do psicanalista como “conhecedor geral” que se legitima a falar sobre determinados temas através da psicanálise seria estabelecida.

Há, no entanto, um deslizamento do sentido de “abertura” e de seu oposto, o “fechamento” nas reportagens analisadas. Expressões como “aberta”, “fechado”, “fechado a cadeado”, “trancado” foram usados inúmeras vezes, para fazer referência a diversos termos que não são do campo da política, como “sede”, “portas”, “portão”, “congressos”, “trabalhos”, conforme pode ser observado a seguir:

(S2T13) A crise interna da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro – tornada pública em outubro do ano passado, com a expulsão de Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas – foi reaberta ontem com a decisão do presidente Victor Manuel de Andrade de **fechar** a sede da entidade, em Botafogo, e impedir, com isso, a reunião semanal do “Fórum de Debates”, um grupo de cerca de 40 associados que se opõe à atual diretoria e que defende a **abertura** da instituição a todas as correntes psicanalíticas.

(S3T13) “Finalmente, num encerramento que não agradou a todos, os participantes votaram pela suspensão da assembléia e o reinício da discussão, ‘com mais calma e informações mais precisas’, para a próxima quarta-feira, ‘esteja aberta ou não a

sede””; (S1T8) “[...] ‘Temos de aceitar o fato. Estamos em guerra. O fechamento das portas, com tudo de simbólico que representa, é uma forma de agressão’”.

Apesar disso, há uma repetição do sentido que caracteriza a SPRJ como fechada, algo que sugere uma relação, mesmo que implícita, com o “fechamento” oposto a uma “abertura política”, como pôde ser lido em E1T8, a partir da expressão “com tudo de simbólico que representa”.

### 3.3.2 O psicanalista

Os sentidos discursivos sobre a figura do psicanalista que identificamos como mais recorrentes nas matérias que compõem nosso *corpus* são aqueles que elogiam esse especialista. No entanto, esses elogios são, no geral, direcionados especificamente aos dois psicanalistas envolvidos na denúncia, Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas, como no exemplo S2T7: (S2T7) “‘E é isso que faz de Hélio e Eduardo pessoas fundamentais. Não apenas por serem agradáveis, de rara inteligência e cultura, mas por serem permanentemente inquietos e insatisfeitos com o crescimento obtido’ [...]”.

É notável em S2T7 que o texto refira-se aos psicanalistas chamando-os pelo primeiro nome, o que demonstra proximidade e intimidade do entrevistado – e, possivelmente, do leitor que viesse acompanhando a série de reportagens sobre a “crise” –, mesmo que, em outro trecho da mesma matéria, o jornal tivesse apresentado os nomes completos. No geral, tanto os textos quanto os títulos das matérias que não utilizam os nomes completos, referem-se aos psicanalistas apenas pelo sobrenome, o que pode indicar distanciamento e, de certa forma, respeito pelos especialistas.

O nome de Hélio Pellegrino foi utilizado, em algumas matérias sobre a crise institucional da SPRJ, sem que estivesse na posição de entrevistado ou que tivesse relatando alguma ação favorável ou não à Sociedade, mas para fazer referência a atos irrelevantes para a situação relatada na reportagem. Por exemplo, em T8, matéria que aborda o fechamento da sede da instituição para as reuniões do Fórum de Debates, o nome de Pellegrino é mencionado da seguinte forma:

(S2T8) Do alto de um banquinho trazido por Hélio Pellegrino, Carlos Alberto Barreto, usando um megafone que serviu à vacinação em massa contra a poliomielite convocou os psicanalistas Wilson Chebabi, Nilo Ramos de Assis e Fábio Lacombe a ocuparem seus lugares “à mesa”, isto é, em volta do banquinho, a fim de que fossem iniciados os trabalhos.

É possível considerar que em S2T8 o nome do psicanalista, naquele momento, já fosse bem conhecido – afinal, esta era a 19ª matéria do *Jornal do Brasil* que mencionava os nomes de Pellegrino e Mascarenhas relacionados à crise institucional psicanalítica. Isso sem contar os demais jornais impressos, os telejornais e outros programas televisivos ou radiofônicos sobre o tema. Por isso, talvez tenha sido usado como recurso, pelo jornal, para atrair a atenção do leitor. O trecho destacado, além de apontar para uma descrição de como era precário o ambiente da reunião e reforçar a ideia de que nem a precariedade abalou a força do grupo dissidente da SPRJ, ganha relevância no momento que utiliza o nome de Pellegrino, como se dissesse: não foi um banquinho trazido por uma pessoa qualquer, nem por um psicanalista qualquer; quem o trouxe foi Hélio Pellegrino.

A utilização de listas de nomes de psicanalistas famosos da época que tinham participação em algum evento ou reunião foi bastante recorrente nas matérias, como pode ser observado em S2T15 e S3T9, de *O Globo*: (S2T15) “Às 15h, esperavam no saguão do Hotel Pellegrino, Mascarenhas, Castelar, Barreto e La Porta; a mesa diretora do Fórum, Argemiro Villela e Nilo de Assis Ramos; Fábio Lacombe, membro efetivo da SPRJ; e a Intérprete Maria Celina Hahn”.

(S3T9) Participaram da proposta de “democratização das instituições psicanalíticas”, entre outros, Fábio Leite Lobo, Ernesto La Porta, Galine Schneider, Carlos Castelar, Fábio Lacombe, da SPRJ, e Manoel Thomas Lyra, Yara Lansac, Walderedo Ismael Oliveira e Zenaira Aranha, da SBPRJ, informou Mascarenhas.

Dentre os nomes citados em todas as listas das matérias analisadas, alguns se repetem como Fábio Lacombe, Carlos Castelar e Ernesto La Porta – que, eventualmente, foram entrevistados ou citados em outras situações. No entanto, alguns psicanalistas apareceram uma única vez, apenas completando o espaço da “lista”. S2T4, a seguir, também nos serve de exemplo:

(S2T4) Apenas os Drs. Hélio Pellegrino, Eduardo Mascarenhas, Inês Besouchet, Fábio Lacombe, Carlos César Castellar Pinto, Rubens Molina e Wilson Chebabi preferiram dar uma esticada “para relaxar”. O local escolhido foi a Taberna Atlântida. O relaxante, alguns chopinhos.

Em S2T4, a sequência de nomes (iniciada pela expressão de respeito “Drs.”) foi seguida da informação de que os psicanalistas, após uma longa reunião – segundo o que diz o texto da matéria – seguiram juntos para o bar. Nesse caso, os nomes citados podem ser entendidos com o sentido de indicar “união” do grupo, de forma a evidenciar quem são os profissionais que apóiam a crítica à SPRJ.

De certa forma, esta exposição dos nomes pelos jornais pode interferir não só na imagem que o público tem da figura do psicanalista em geral – como um profissional humanizado que, como qualquer pessoa, tem direito a ir para um bar ou restaurante para relaxar; ou como elitizado, dependendo da imagem que o local escolhido, a Taberna Atlântida, tinha na época – mas também especificamente dos psicanalistas citados, que podem ter passado a ter mais ou menos procura em seus consultórios, de acordo com a alusão aos seus nomes na imprensa.

Além dos nomes de psicanalistas, em alguns casos, há outros que são relacionados, como ocorre em S4T13:

(S4T13) Além dos integrantes da mesa diretora do Fórum de Debates (Carlos Alberto Barreto, Wilson Chebabi, Fábio Lacombe, Heládio Miziane e Nilo Ramos de Assis) participavam da reunião Iracema Pinto Amaral, do Conselho Superior de Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, o psicanalista Hélio Pellegrino – que trouxe uma cadeira de madeira – e seu colega Eduardo Mascarenhas – acompanhado pela atriz Christiane Torloni.

Aqui, assim como em S2T8, Hélio Pellegrino traz uma cadeira de madeira, indicando, possivelmente, sua proatividade e o que se destaca, neste caso, é que ao final da lista de nomes de psicanalistas, foi acrescentado o da atriz Christiane Torloni, que acompanhava Mascarenhas, com quem ela viria a se casar alguns anos mais tarde. O segmento de texto, além de trazer sugestões do envolvimento do psicanalista com a atriz, o que poderia atrair a atenção de um leitor interessado em outras questões que não a crise institucional, utiliza a voz dela, uma pessoa famosa na época, para dar força à fala dos dissidentes da SPRJ, assim como ocorre no segmento a seguir:

(S3T8) Abraçado pelos colegas, Pellegrino é surpreendido pela atriz Cristiane Torloni, que acha importante sua participação, não como analista (que não é) nem como atriz, e sim como brasileira: “**O Hélio tem toda razão.** A sociedade está vivendo um momento muito importante, em tudo semelhante ao que nós todos vivemos. O Brasil pleiteia a expressão da vontade brasileira e **o Fórum está querendo reformar uma instituição por dentro, da mesma maneira que nós brasileiros pleiteamos as nossas reformas na Constituição.** O Brasil vive o mesmo drama e está lutando por iguais ideais e ninguém pode ficar alheio a uma luta que é mais nacional do que institucional”.

Em S3T8, a possibilidade de interpretação do uso da figura da atriz como forma de legitimação do posicionamento de Pellegrino e Mascarenhas em relação à SPRJ fica ainda mais evidente. Além disso, a última frase de S3T8 estabelece um paralelismo entre o que está acontecendo na Sociedade e no país, o que, de certa forma, serve como uma justificativa para que o jornal dedique espaço a uma questão institucional.

### 3.3.3 A instituição psicanalítica (SPRJ)

Além das questões específicas da psicanálise, há, nos jornais, segmentos que apresentam ao leitor como é o funcionamento de uma instituição psicanalítica filiada à IPA, como a SPRJ:

(S4T9) O analista-didata é, segundo regulamento da SPRJ, o responsável pela preparação dos candidatos a analista, através de análise, com duração média de cinco anos, a um custo mensal de cerca de Cr\$ 50 mil. A abolição deste cargo – no qual só têm acesso os próprios membros efetivos com atividade docente na SPRJ – é apoiada, segundo os dois, por vários colegas da SPRJ e da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro, ambas ligadas à *International Psychoanalytical Association* (IPA), fundada por Freud.

(S2T2) Para ser aceito na SPRJ, o candidato deverá ser médico ou psicólogo com 500 horas e estágio em hospital psiquiátrico. Apresenta-se para exame ante uma junta de analistas didatas e, se aprovado, torna-se membro associado, com direito a voz nas assembleias. Com dois anos de estudo, pode postular a condição de efetivo (direito a voz e voto). Para isso, terá que fazer trabalhos científicos publicados, para contagem de pontos. Quando completar 80 pontos (contados a partir de participação em conferências) terá autorização de apresentar trabalho científico. Se o trabalho não for aceito, o candidato será convidado a reformulá-lo. O Sr. Andrade não conhece caso de candidato que tenha sido rejeitado. O ponto máximo da carreira é o nível de didata, que prepara os candidatos para que se tornem analistas. Só se torna didata quem for membro efetivo e tiver atividade docente na Sociedade. A formação de um psicanalista é, portanto, longa (dura cinco anos) e custa em torno de Cr\$ 50 mil por mês, atualmente.

Ao trazer longos segmentos de texto informativos sobre o funcionamento interno da SPRJ e a formação do psicanalista (sem que fosse parte de uma entrevista) o jornal se coloca como voz do saber psicanalítico, com um papel quase pedagógico, de ensinar ao leitor sobre a psicanálise. Considera-se, portanto, que não há um conhecimento prévio do público em relação ao tema, ou seja, que não há memória discursiva do saber psicanalítico ou institucional.

### 3.4 SENTIDOS SOBRE A “CRISE” E O “CASO AMILCAR LOBO”

Nesta subseção apontaremos, com base em segmentos de texto e enunciados discursivos deles extraídos, os sentidos antagônicos favoráveis e os desfavoráveis à denúncia realizada por Pellegrino e Mascarenhas.

### 3.4.1 Sobre a “crise institucional” e o “caso Amilcar Lobo” na imprensa

Nos jornais analisados, a “crise” (nesse termo mesmo) é tomada como algo “sadio” (T7) e necessário ao amadurecimento da SPRJ, como é apontado em S3T7 e S4T8, a seguir:

(S3T7) Roberto Mussachio vê com bons olhos a atual crise da SPRJ. “Em termos institucionais, é uma crise de crescimento. Como tal, envolve tensões diferentes e concomitantes. No caso da crise atual, a agressividade não foi contida nos planos das divergências e transformou-se em violência, de ambas as partes. Uma instituição não é a sede em que está instalada, nem os estatutos que a regem: é o conjunto de membros que a compõem”.

(S4T8) “A crise não é da diretoria ou do estatuto. É de todos. Por isso pedimos uma análise institucional quando o Pellegrino e o Mascarenhas foram expulsos. Este é o momento em que lutamos contra quaisquer manifestações narcísicas ou individualismos que na verdade acobertam o autoritarismo. [...] Nossa luta é contra a acomodação de todos nós, a favor de uma mudança em bloco dentro da SPRJ, já que uma crise institucional não é produzida por uma pessoa, ou uma diretoria. Ela se instala a partir do comportamento dos membros dessa sociedade”.

Além da visão positiva da “crise”, também se repete nas frases de S3T7 e S4T8 o sentido de que há uma necessidade de se trabalhar os membros que compõem a Sociedade, pois, segundo os entrevistados nas orações aqui citadas, o problema não está na instituição em si, mas nos indivíduos que fazem parte dela. Possivelmente, essa visão pode ser entendida como psicanalítica, pois apresenta uma preocupação com o indivíduo que compõe um grupo e não apenas com o grupo, que seria uma visão sociológica ou com o indivíduo isolado, que poderia ser uma questão da psiquiatria organicista, por exemplo.

Em algumas matérias dentre as analisadas, o termo “crise” faz referência também ao “caso Amilcar Lobo”, como, por exemplo, em S1T11:

(S1T11) **“Esta crise é política, em toda a sua linha, e sua fisionomia se define a partir da apatia com que a instituição, desde 1973, aceitou, acobertou, dando-lhe impunidade, um médico densamente suspeito de ter participado de aparelho de tortura política no início da década de 1970”.**

S1T11, extraído do jornal *O Globo*, estabelece uma relação entre a crise institucional desencadeada a partir da denúncia feita por Pellegrino e Mascarenhas no *Jornal do Brasil* e a denúncia contra Lobo, que havia sido feita em 1973, pela psicanalista Helena Besserman Vianna. Além disso, o enunciado lembra a relação entre psicanálise e política (no caso, o regime militar que dispunha de aparelho de tortura a presos políticos).

Em S2T11, o caso Amilcar Lobo é novamente apontado como um dos fatores relevantes da “crise” da SPRJ: (S2T11) “Acredito que agora, com o surgimento da evidência



culposa, com respeito ao dr. Amilcar Lobo, se coloque, em toda a sua profundidade, a crise institucional da SPRJ”.

Outras matérias também fazem apontamentos que interligam o “caso Amilcar Lobo” aos psicanalistas Pellegrino e Mascarenhas: (S3T15) “Na pauta dos psicanalistas brasileiros, dois assuntos: as punições arbitrárias e o Caso Amilcar Lobo, psicanalista em formação na SPRJ acusado de participar de torturas”;

(S3T12) Entre as críticas feitas pelo psicanalista [Hélio Pellegrino] está a que os dirigentes da Sociedade “tanto podem simplesmente não aprovar um candidato por critérios subjetivos, como também serem benevolentes em casos inexplicáveis”, como a aceitação do psicanalista Amilcar Lobo Moreira da Silva, “que confessou ter pertencido aos quadros de torturadores”.

Em S3T12, Pellegrino menciona o caso do médico em meio a outras críticas à SPRJ, diferentemente do que ocorre em T11, em que o psicanalista é o entrevistado convidado para comentar o caso numa retransmissão intitulada “Crise”.

No segmento de texto S3T15 cabe-nos ressaltar que “as punições arbitrárias” não precisaram ser seguidas de explicação, indicando que o jornal assume que seu público já está suficientemente familiarizado com a questão que envolve Pellegrino e Mascarenhas; no entanto, o “caso Amilcar Lobo” recebeu um complemento informativo, ou seja, mesmo já tendo sido noticiado anteriormente pelo mesmo jornal, parece não ter sido tomado como conhecido pelo leitor.

### **3.4.2 Sentidos favoráveis à denúncia ou contrários à SPRJ**

Dentre todos os sentidos possíveis encontrados nas matérias analisadas, podemos destacar o de crítica à Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro, marcado, muitas vezes, por ataques diretos à SPRJ, após a expulsão dos psicanalistas Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas. S6T3, por exemplo, representa uma das repreensões à entidade, de um psicanalista representante da Ibrapsi, direcionada à SPRJ após a decisão tomada a partir da denúncia: (S6T3) “[...] ‘é curioso que os dois analistas, Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas, que têm produção científica publicada, sejam expulsos de sua sociedade”’.

Embora tenha havido outros profissionais da área da psicanálise que tenham exposto opinião, nos jornais, contrária à punição de Pellegrino e Mascarenhas, na maioria das vezes as críticas feitas à SPRJ partiram dos psicanalistas envolvidos na denúncia, que reclamam de atitudes tomadas pela instituição, como é o caso de S4T10 e S3T5: (S4T10)

“Pellegrino, entretanto, afirmou que ainda está à espera de uma comunicação por escrito da posição da Sociedade. ‘Me canso das coisas que são ditas e não escritas’, disse ele”.

(S3T5) Mascarenhas, durante a reunião plenária, reafirmou suas críticas, dentro e fora da Sociedade, ressaltou – em tom sarcástico – suas divergências e as de Hélio Pellegrino com os detentores do poder na Sociedade: “Nossos conflitos com os detentores do poder institucional e desses conosco, além de políticos, também são estéticos, literários, eróticos, poéticos e até coreográficos”.

Em muitos dos casos analisados, a crítica à SPRJ não se estende a todos os membros da SPRJ e nem sempre se trata de uma questão institucional, mas dirige-se especificamente à diretoria – aos “detentores do poder na Sociedade”, como são chamados em S3T5. Isso pode ser visto também nos exemplos a seguir:

(S4T15) “No dia 23, sexta-feira passada, o senhor Victor Andrade, **do alto de seu poderio, decidiu sozinho** que a entrevista seria hoje (ontem) das 15 às 17h, mas só para mim e para Mascarenhas. Ora, como ele pode selecionar assim um pedido feito por escrito por vários psicanalistas? [...]”

(S1T12) Eduardo Mascarenhas chegou a classificar o conselho de um “sistema de baronato, semelhante ao que existe na sucessão dos cartórios. É um **Conselho de Barões** que distribui à sua vontade suas glebas aos novos senhores feudais que caem em suas graças”.

Tanto S4T15 quanto S1T12 chamam a atenção para o excesso de poder de decisão da diretoria da SPRJ em detrimento dos demais associados. No primeiro, o ataque é voltado especificamente para o presidente da Sociedade, enquanto no segundo a crítica é direcionada a todo o Conselho.

No entanto, nem sempre o ataque aos dirigentes da Sociedade se deu por crítica a uma decisão ou atitude do grupo. Em alguns momentos, os diretores foram acusados de terem pouco conhecimento de psicanálise: (S2T12) “‘E quando dissemos isso’, explicou Mascarenhas, ‘não quisemos dizer que nunca tenham aberto um livro de Freud ou tomado contato com a sua obra, mas não assimilaram o conteúdo dos textos, **principalmente os integrantes da cúpula da SPRJ**’”.

A voz do psicanalista Pellegrino, trazendo críticas contundentes à SPRJ, é recorrente, destacando-se em enunciados destacados em segmentos de matérias do *Jornal do Brasil*, conforme pode ser visto a seguir:

(S4T5) Na mesma reunião, **Hélio Pellegrino diagnosticava**: “o que houve, e está havendo, afinal, na SPRJ? Uma crise institucional grave – era a resposta – reveladora de uma patologia institucional cujo sintoma consiste no exercício de um poder que é antidemocrático e fere as regras básicas da boa convivência societária”.

(S5T5) **Pellegrino recebeu o repórter em seu consultório** e batendo na almofada do divã sentenciou: “o que parece estar acontecendo é que a onipotência, tão

duramente questionada aqui, está aparecendo na instituição, que se torna assim uma forma de resistência ou de doença do analista. Há um sintoma no espaço da psicanálise que tem de ser resolvido”.

Alguns detalhes devem ser observados nos segmentos textuais acima. Em S4T5, são utilizados termos comuns ao discurso médico e ao psicanalítico – como “diagnóstico”, “patologia” e “sintoma”, sendo que este último se repete em S5T5 – mesmo que estes possam ter significados diferentes para cada um desses saberes.

Em S5T5, o texto reforça a típica imagem do psicanalista em seu consultório que parece sempre conter um divã ao descrever a cena do repórter sendo recebido no consultório de Hélio Pellegrino enquanto este bate na almofada não de uma poltrona, não de um sofá, mas de um divã.

Além dos apontamentos realizados, há uma marca importante nesta FD. Em alguns momentos, o próprio jornal se posicionou contra a SPRJ, apresentando críticas à Sociedade direto no texto, sem que utilizasse a opinião de algum entrevistado. Isso ocorreu de maneira clara em T2, em que o *Jornal do Brasil* publicou uma entrevista pingue-pongue com o então presidente da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro, Victor Manuel de Andrade, na qual o repórter parecia atacar por meio das perguntas sobre a punição de Pellegrino e Mascarenhas, como pode ser visto a seguir: (S3T2) “Por que a resposta drástica, de exclusão dos dois analistas, após terem exercido seu direito de crítica? Por que a exclusão, se não há incompatibilidade de princípio com as idéias do presidente da Instituição?”.

Nas orações acima, o repórter encaminha, de uma só vez, duas perguntas sem esperar que o entrevistado tenha respondido à primeira. Além disso, na mesma entrevista, o repórter continua:

(S4T2) Repórter: Parece que a crítica é mais profunda. Na França, por exemplo, o analista é titulado com trabalho teórico e supervisão. A análise pessoal é sigilosa. Jacques Lacan, por exemplo, questionou a didática e foi expulso da Sociedade Psicanalítica de Paris. E parece que, de acordo com o Artigo 11 dos Estatutos da SPRJ, o didata deverá informar ao Instituto de Ensino de Psicanálise (órgão da sociedade) sobre a movimentação do candidato na análise pessoal. É verdade isso?

Entrevistado: Absolutamente, em hipótese alguma. Há o relato da supervisão, apenas, mas da análise pessoal, em hipótese alguma. Só há uma exceção: em caso de patologia grave do candidato.

O Artigo 11, página 45, do Regulamento da Formação de Psicanalistas do IEP (Instituto de Ensino de Psicanálise, órgão do SPRJ) diz textualmente o seguinte: “Didatas e supervisores deverão comunicar ao IEP em formulário próprio a ser fornecido pelo Instituto a movimentação do candidato na análise pessoal e nas supervisões, os quais deverão ser arquivados na pasta do candidato”.

O *Jornal do Brasil*, então, insere em seguida da resposta do presidente da SPRJ uma explicação, que pode ser entendida como uma “prestação de contas” aos leitores, sugerindo a possível leitura de que o entrevistado havia mentido e enganado a população. O esclarecimento pode também indicar que houve um erro por parte da fonte, que ela se enganou, mas que o jornal foi cuidadoso o suficiente para buscar por mais informações e corrigir a tempo. No entanto, o tom de ataque à Sociedade pode ser captado, sutilmente, em outros trechos da mesma entrevista, o que justifica nossa opção por esta leitura, dentre as demais possíveis.

### 3.4.3 Sentidos contrários à denúncia ou aos psicanalistas Pellegrino e Mascarenhas

Dentre os sentidos contrários à denúncia, nas matérias analisadas, houve uma repetição do que defende que é preciso preservar a imagem pública da SPRJ, a fim de não prejudicar os analisandos, como podemos ver nos seguintes segmentos: (S5T8) “[...] ‘Por acharmos o assunto da maior seriedade, pretendemos tratá-lo internamente. Um escândalo com a participação do público só viria prejudicar a Psicanálise e os pacientes’”; (S1T14) “‘Uma série de outras normas terão que ser cumpridas, mas não vou falar delas porque não gosto de levar a público esses assuntos. Fica mal para os pacientes’”; (S5T2) “‘Devemos criticar a Sociedade, mas lá dentro’, explicou [Sr. Victor Manuel de Andrade]. ‘A Sociedade é rigorosa, mas lá dentro se fala o que quiser; aqui fora não se admite que se fale uma coisa dessas; houve choque, espanto, horror’”;

(S4T7) Victor Manuel de Andrade gentilmente impediu o acesso da imprensa àquela assembleia, bem como recusou-se a fornecer em nome da Sociedade, qualquer declaração a respeito do assunto: “para não prejudicar os clientes e pelo desejo de resolver a questão internamente”.

É importante notar que, em alguns momentos (S5T8 e S1T14, por exemplo), o entrevistado refere-se aos analisandos utilizando a palavra “paciente” e, em outro (S4T7), “cliente”. Recuperando uma memória discursiva dos termos utilizados, podemos identificar que “paciente” tem relação com o discurso médico, enquanto “cliente”, pode remeter a um discurso comercial, que lembra uma relação com o financeiro.

Ainda em posição contrária à denúncia, o *Jornal do Brasil* apresentou, em T5, em vez de falas de entrevistados, trechos de documentos como cartas e circulares enviados aos psicanalistas da SPRJ que apresentavam contrariedade à denúncia:

(S6T5) “Observar aos Drs. Eduardo Mascarenhas e Hélio Pellegrino que, não só as primeiras declarações, deflagradoras do processo, mas também outras manifestações posteriores pela imprensa, constituem ato merecedor de irrestrita desaprovação por conterem o germe da desagregação [...]”.

Embora todos os enunciados e segmentos apresentados nessa seção (S5T8, S1T14, S4T7, S5T2 e S6T5) enfatizem que a questão deve ser resolvida internamente – o que é ainda mais reforçado em S4T7, que menciona o impedimento da participação da imprensa na cobertura de uma reunião da SPRJ realizada após a denúncia – apenas S5T2 não recrimina a denúncia, apenas a maneira como ela foi feita. Neste caso, defende-se que a Sociedade pode ser criticada, desde que internamente.

O mesmo sentido aparece nas matérias sobre o “caso Amilcar Lobo”, em que há um desejo, por parte da SPRJ, de manter em sigilo – e, portanto, longe da imprensa – os acontecimentos, como pode ser visto em S3T11 e S4T11: (S3T11) “Não vamos dar entrevista enquanto estiver correndo o caso do Hélio Pellegrino e do Eduardo Mascarenhas (analistas expulsos da entidade). O caso deste médico [Amilcar Lobo] é um caso delicado e pretendemos mantê-lo internamente”; (S4T11) “De qualquer modo, devemos ouvir o médico. Temos de ter provas concretas para tomar qualquer atitude. Temos de ir com cautela porque nem tudo o que sai da imprensa é verdadeiro. Ele [Amilcar Lobo] tem de admitir à gente, e não à imprensa”.

Em S6T5, a imprensa é mencionada, como meio de dispersar manifestações internas da entidade psicanalítica do Rio de Janeiro. A ideia de que a mídia teve importância na deflagração da “crise institucional” foi apresentada por mais de um psicanalista, como pode ser visto, por exemplo, em S7T3 e, de forma ainda mais direta, em S3T4:

(S7T3) “Sobre a exclusão dos colegas, a Sociedade não se pronunciou ainda. **Estamos a par dos acontecimentos, como todo mundo, pela imprensa.** Por enquanto, prefiro não comentar os motivos que nos levaram a convocar essa reunião. Também não gostaria de divulgar o nome dos colegas do Conselho, pois não estou autorizado a tanto. **O noticiário veiculado pela imprensa cria um clima muito desagradável dentro da Sociedade,** porque temos como princípio, em primeiro lugar, comunicar à Sociedade todas as resoluções tomadas pelo Conselho Consultivo. Como as coisas estão correndo, os colegas ficam desorientados”.

(S3T4) Nem mesmo os Drs. Castellar Pinto, Rubens Molina e Wilson Chebabi, conhecidos por suas posições mais abertas, atenderam ao pedido dos repórteres. Já distante do portão – e **responsabilizando a Imprensa pela crise deflagrada dentro da Sociedade** – o Dr. Jorge Ernesto Cunha foi o primeiro psicanalista a fornecer uma ideia do que aconteceu na reunião sigilosa.

Além do sentido de culpa atribuído à imprensa devido à divulgação de questões internas à SPRJ, foi encontrada também a desconfiança em relação aos jornalistas, como fica evidente em S8T3:

(S8T3) Poucos, muito poucos, comentavam – veladamente e olhando para os lados – a exclusão de Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas da Sociedade, e sem citá-los os nomes. **Desconfiados de que poderiam estar sendo ouvidos por pessoa estranha – “acho que tem um repórter aí”, disse um deles** – os psicanalistas que formavam o grupo de estudo do caso clínico resolveram fechar a janela que dá para o corredor de entrada.

Tal leitura possível de que os jornais tiveram intensa participação na “crise” interna das sociedades psicanalíticas pode ser pensada a partir de uma relação de saber e poder entre a psicanálise e a mídia. Neste momento, podemos compreender a psicanálise tanto como um saber que se coloca e se divulga (mesmo que através de uma imagem negativa de si, como aparece na fala do presidente da SPRJ, que acredita que a denúncia “prejudica os pacientes”) por meio da imprensa como também como um poder que se estabelece, através do saber, pelo uso de terminologias e de um modo de pensar próprios da psicanálise.

Além disso, estes últimos segmentos de texto apresentados evidenciam a imagem da imprensa diante da comunidade interpretativa dos psicanalistas. Ao mesmo tempo em que há uma resistência à midiaticização por parte da SPRJ – que aparece, por exemplo, ao responsabilizar a imprensa pelo desencadeamento da “crise” e de um mal estar interno na Sociedade – há uma visão da mídia como utilidade, que serve como uma ferramenta para tornar algo público, por parte de psicanalistas como Pellegrino e Mascarenhas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise de matérias do *Jornal do Brasil* e de *O Globo* sobre a “crise” institucional da psicanálise, foi possível verificar que imprensa se apropria – no início da década de 1980 – das vozes de psicanalistas, compreendendo-os como uma comunidade interpretativa autorizada a emitir pareceres sobre a sociedade e, principalmente, sobre a política nacional.

Este entendimento evidencia o lugar da mídia na divulgação de um conflito interno das instituições psicanalíticas cariocas filiadas à IPA, pois, ao relatar, a imprensa desloca os sentidos da “crise”, construindo um acontecimento discursivo midiático que se insere na possibilidade de já-ditos (interdiscurso) e, ao mesmo tempo, acrescenta sentidos à rede de memórias. Dessa forma, acaba por alterar toda uma complexa relação em que estão envolvidos imprensa, público, psicanalistas e as Sociedades das quais fazem parte, sendo que estes últimos travam relações também tanto com os jornais como com pacientes. É importante observar que, neste cenário, os psicanalistas se inserem, por isso, numa relação de disputa de poder ao terem seu saber legitimado e tomado como “verdade” e, portanto, serem eleitos como voz autorizada a depor na mídia.

Ao lançarmos o olhar sobre os psicanalistas, chamam-nos a atenção os resultados das análises das vozes. Receberam destaque em matérias sobre a “crise” e, dentre elas, também sobre o “caso Amilcar Lobo”, a voz de psicanalistas críticos à Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro, representados nas figuras de Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas. Estes dois nomes apareceram, muitas vezes, como referência simbólica da crítica ao autoritarismo – o que é reafirmado pela Formação Discursiva pró-democracia, que se desdobrou no sentido de pró-abertura política, devido ao momento histórico que o país enfrentava.

O sentido favorável à denúncia da SPRJ foi contestado, em alguns momentos, pelo discurso de defesa da Sociedade, embora este tenha recebido menor destaque e tenha se restringido a voz oficial do presidente da instituição. Foi recorrente, em depoimentos contrários à denúncia, a atribuição, à mídia, da culpa pela deflagração da “crise”. Dessa forma, afirmar que a voz do psicanalista é predominante, na mídia, não significa que haja unanimidade de pensamento entre todos os profissionais da área.

Os psicanalistas, de uma forma geral, adquiriram, na mídia um status de avaliadores da política nacional, embora de forma indireta, pois faziam referências à situação

interna da instituição psicanalítica, produzindo interpretações que se adequavam à situação política nacional.

Ainda quanto à relação dos psicanalistas com a imprensa, foi perceptível, em algumas matérias, o tom pedagógico, o que indica que os jornais não consideram que haja uma memória discursiva em relação à psicanálise – apesar da inserção da “crise” psicanalítica como memória e acontecimento –, à formação do psicanalista e ao funcionamento das instituições psicanalíticas. Considera-se que se trata de um discurso não disponível e que a mídia se autoriza a explicar.

Uma comparação entre a cobertura dos dois jornais sobre a “crise” da psicanálise aponta para diferenças no enquadramento das notícias e reportagens. *O Globo*, com textos mais breves e sucintos, parece demonstrar preocupação em manter maior neutralidade, apresentando as opiniões majoritariamente nas vozes dos entrevistados. O JB, ao contrário, em textos mais longos deixa evidente a posição editorial do jornal, principalmente ao apresentar, em entrevistas, perguntas provocativas às fontes contrárias à denúncia ou favoráveis à SPRJ.

A partir dessa pesquisa nasceu o interesse em buscar, no mestrado, compreender como os sentidos sobre a comunidade interpretativa dos psicanalistas se modifica, na mídia, desde a “crise” institucional. Nossa proposta é, portanto, dar continuidade, de forma mais aprofundada, a este estudo, observando discursivamente, como se dá a passagem da voz do psicanalista – um “olimpiano” da década de 1980, capaz de explicar fenômenos sociais e políticos – e de seu saber para a voz do psiquiatra e do neurocientista, convocado pela mídia, nos dias atuais, como um saber capaz de “diagnosticar” o mal estar da/na contemporaneidade.



## REFERÊNCIAS

- ALVES, Wedencley. **A mediação das (neuro) ciências: discurso, sujeito e ideologia**. 2007. Tese de Doutorado em Linguística, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000414151>>. Acesso em: 08 jul. 2014.
- ARAÚJO, Inesita Soares de; CARDOSO, Janine Miranda; **Comunicação e Saúde**. 1a.ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.
- BARRETO, Carlos Alberto. Fórum de Debates: praça política da psicanálise. In: **Crise da psicanálise**, Rio de Janeiro: Graal, 1982. p.169-178.
- BIRMAN, Joel. Casa de ferreiro, espeto de pau. In: **Crise da psicanálise**, Rio de Janeiro: Graal, 1982. p.137-152.
- CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **Crise da psicanálise**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- CIAMBARELLA, Alessandra. Anistia ampla, geral e irrestrita: as relações Estado e sociedade na campanha pela anistia no Brasil (1977-1979). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. Disponível em <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0050.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2014.
- COELHO JÚNIOR, Nelson Ernesto. A imagem da imagem: questões sobre as relações entre Psicanálise e Mídia. In: CONGRESSO INTERAMERICANO DE PSICOLOGIA, 27., 1999, Caracas. Disponível em: <<http://www.oocities.org/hotsprings/villa/3170/Nelson.htm>>. Acesso em: 12 abr. 2014.
- COIMBRA, Cecília Maria Bouças. **Guardiães da ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do “milagre”**. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 1995.
- \_\_\_\_\_. Helena Besserman Vianna: a que não abriu mão da dignidade e da ética (1932 – 2002). **Mnemosine**: Revista do Programa de Estudos e Pesquisas em História da Psicologia, Rio de Janeiro: Ed. UERJ, v.1, n.1, p. 315-318, junho. 2005. Disponível em: <[http://www.mnemosine.com.br/ojs/index.php/mnemosine/article/viewFile/59/pdf\\_45](http://www.mnemosine.com.br/ojs/index.php/mnemosine/article/viewFile/59/pdf_45)>. Acesso em: 08 jul. 2014.
- FACCHINETTI, Cristiana; PONTE, Carlos Fidélis da. Da “profissão que não existe” no Brasil. In: ENCONTRO MUNDIAL DOS ESTADOS GERAIS DA PSICANÁLISE, 2., 2003, Rio de Janeiro. Disponível em: <[http://www.egp.dreamhosters.com/encontros/mundial\\_rj/download/1\\_Facchinetti\\_46110903\\_port.pdf](http://www.egp.dreamhosters.com/encontros/mundial_rj/download/1_Facchinetti_46110903_port.pdf)>. Acesso em: 27 mai. 2014.
- FIGUEIREDO, Ana Cristina. A psicanálise dos psicólogos no Rio de Janeiro dos anos 1970. **Culturas psi**: Revista do Instituto de Desarrollo Económico y Social, Buenos Aires: Ed. IDES, v.0, p.85-99, 2012. Disponível em:

<<http://ppct.caicyt.gov.ar/index.php/culturaspsi/article/download/3890/pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2014.

FISH, Stanley. **Is there a text in this class?** The authority of interpretive communities. Cambridge: Harvard University Press, 1980.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2012.

\_\_\_\_\_. **Os Anormais**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2005.

FRANCO, José Luiz de Andrade. **A construção do silêncio**: o caso Amilcar Lobo e a Psicanálise. 1994. Dissertação de Mestrado em História, Universidade de Brasília, Brasília, 1994.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Formação discursiva, redes de memória e trajetos sociais de sentido**: mídia e produção de identidades. In: SEMINÁRIO DE ANÁLISE DO DISCURSO, 2., 2005, Porto Alegre. Disponível em:

<<http://www.uems.br/na/discursividade/Arquivos/edicao02/pdf/Maria%20do%20Rosario%20Gregolin.pdf>>. Acesso em: 30 dez. 2014.

JENSEN, Klaus Bruhn. Qualitative Audience Research: Toward an Integrative Approach to Reception. **Critical Studies in Mass Communication**, Revista da National Communication Association, Ed. EBSCO Publishing, v.4, n.1, p. 21-36, março. 1987.

*JORNAL DO BRASIL*. Rio de Janeiro: Editora JB, ano 90, n. 168, 23 set. 1980. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 23 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: Editora JB, ano 90, n. 186, 11 out. 1980. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 23 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: Editora JB, ano 90, n. 190, 15 out. 1980. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 23 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: Editora JB, ano 90, n. 191, 16 out. 1980. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 23 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: Editora JB, ano 90, n. 198, 23 out. 1980. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 23 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: Editora JB, ano 90, n. 279, 14 jan. 1981. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 23 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: Editora JB, ano 90, n. 294, 29 jan. 1981. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 23 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: Editora JB, ano 90, n. 297, 01 fev. 1981. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 23 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: Editora JB, ano 90, n. 298, 02 fev. 1981. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 23 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: Editora JB, ano 90, n. 303, 06 fev. 1981. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 23 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: Editora JB, ano 90, n. 307, 11 fev. 1981. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 23 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: Editora JB, ano 90, n. 315, 19 fev. 1981. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 23 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: Editora JB, ano 91, n. 47, 25 mai. 1981. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 23 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: Editora JB, ano 91, n. 48, 26 mai. 1981. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 23 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: Editora JB, ano 91, n. 121, 07 ago. 1981. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 23 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: Editora JB, ano 91, n. 124, 10 ago. 1981. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 23 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: Editora JB, ano 91, n. 135, 21 ago. 1981. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 23 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: Editora JB, ano 91, n. 182, 07 out. 1981. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 23 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: Editora JB, ano 91, n. 183, 08 out. 1981. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 23 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: Editora JB, ano 91, n. 193, 18 out. 1981. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 23 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: Editora JB, ano 91, n. 241, 05 dez. 1981. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 23 set. 2014.

LACERDA JÚNIOR, Fernando. Capitalismo dependente e a psicologia crítica no Brasil: das alternativas à psicologia crítica. **Teoría y crítica de la psicología**: Revista da Facultad de Psicología de la Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo, Morelia, Mexico, v.3, p. 216-263. 2013. Disponível em: <<http://teocripsi.com/documents/3LACERDA.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2014.

Langer, M.; Bauleo, A. (1973). **Algo más sobre tortura**. In M. Langer (org.). *Cuestionamos* 2. Buenos Aires: Granica.

LIMA, Ana Cristina Costa; CAPONI, Sandra; MINELLA, Luzinete Simões. Reflexões sobre as disputas das comunidades científicas pela regulação do campo psi. **Revista Mal-estar e Subjetividade**: Universidade de Fortaleza, Fortaleza, v.X, n.1, p. 37-60. Mar. 2010. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/malestar/v10n1/v10n1a03.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2014.

MACHADO, Roberto. **A ciência e o saber**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

\_\_\_\_\_. Por uma genealogia do poder. In: **Microfísica do Poder**, Rio de Janeiro: Graal, 2012. p.7-34.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Coleção Clássicos – Filosofia e Ciências Sociais. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MOREIRA, Luiz Eduardo de Vasconcelos; BULAMAH, Lucas Charafeddine; KUPERMANN, Daniel. Entre barões e porões: Amilcar Lobo e a psicanálise no Rio de Janeiro durante a ditadura militar. **Analytica**: Revista de Psicanálise do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Psicanálise (Nupep) da Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei: v.3, n.4, p.173-200. jan/jun. 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/analytica/article/viewFile/629/561>>. Acesso em 01 out. 2014.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX**: O espírito do tempo. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2002.

OLIVEIRA, Carmen Lucia Montechi Valladares de. A historiografia sobre o movimento psicanalítico no Brasil. **Revista Latino-Americana de Psicopatologia Fundamental**, v.5, n. 3, p.144-153, set.2002.

*O GLOBO*. Rio de Janeiro: Editora Globo, ano 61, n. 17.161, 17 out. 1980. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em 02 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: Editora Globo, ano 61, n. 17.163, 19 out. 1980. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em 02 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: Editora Globo, ano 61, n. 17.166, 22 out. 1980. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em 02 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: Editora Globo, ano 61, n. 17.167, 23 out. 1980. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em 02 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: Editora Globo, ano 61, n. 17.265, 31 jan. 1981. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em 03 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: Editora Globo, ano 61, n. 17.266, 01 fev. 1981. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em 03 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: Editora Globo, ano 61, n. 17.268, 03 fev. 1981. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em 03 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: Editora Globo, ano 61, n. 17.272, 07 fev. 1981. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em 03 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: Editora Globo, ano 61, n. 17.335, 13 abr. 1981. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em 03 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: Editora Globo, ano 61, n. 17.464, 20 ago. 1981. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em 03 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: Editora Globo, ano 61, n. 17.465, 21 ago. 1981. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em 03 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: Editora Globo, ano 61, n. 17.500, 25 set. 1981. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em 03 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: Editora Globo, ano 61, n. 17.506, 01 out. 1981. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em 03 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: Editora Globo, ano 61, n. 17.533, 28 out. 1981. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em 03 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: Editora Globo, ano 61, n. 17.535, 30 out. 1981. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em 03 set. 2014.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do Discurso: Princípios e Procedimentos**. Campinas: Pontes, 2005.

\_\_\_\_\_. **As formas do silêncio: No movimento dos sentidos**. Campinas: Unicamp, 2007.

\_\_\_\_\_. **Cidade dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2004.

\_\_\_\_\_. **Discurso em análise: Sujeito, sentido e ideologia**. Campinas: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, Michel. **Discurso: estrutura e acontecimento**. Campinas: Pontes, 2008.

PELLEGRINO, Hélio. Análise da Instituição Psicanalítica: um caso clínico. In: **Crise da psicanálise**, Rio de Janeiro: Graal, 1982. p.31-51.

PONTE, Carlos Fidélis da. **Médicos, psicanalistas e loucos: uma contribuição à história da psicanálise no Brasil**. 1999. Dissertação de Mestrado em Saúde Pública, Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1999. Disponível em <<http://portalteses.icict.fiocruz.br/pdf/FIOCRUZ/1999/pontecfm/capa.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2014.

SANTOS, Tânia Coelho dos. O movimento psicanalítico e a difusão da psicanálise no Brasil. **Tempo Psicanalítico: Revista da Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle**, Rio de Janeiro: Ed: SPID-RJ, n.29, p. 171-189. 1997. Disponível em: <[http://www.isepol.com/bibliotecavirtual/17difusao\\_psicanalise.pdf](http://www.isepol.com/bibliotecavirtual/17difusao_psicanalise.pdf)>. Acesso em: 27 nov. 2014.

SCHRAMM, Luanda. Comunidades interpretativas e estudos de recepção: Das utilidades e inconveniências de um conceito. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO - COMPÓS, XIV, 2005, Niterói/Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. Estudos literários e práticas de recepção midiática. **Contracampo**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFF, Rio de Janeiro: Ed. Imos, v.18, n.1, p. 225-250. jan./jun. 2008.

SILVEIRA, Fernando de Almeida; SIMANKE, Richard Theisen. **Discursos selvagens-disciplinados**: os saberes psis na arqueologia de Foucault. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Revista do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, v.26, n. 3, p. 571-578, jul-set. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v26n3/a21v26n3.pdf>>. Acesso em: 09 ago. 2014.

VELOSO, Fernando; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fabio. Determinantes do “Milagre” Econômico Brasileiro (1968-1973): Uma Análise Empírica. **Revista Brasileira de Economia (RBE)**: Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro: Ed. FGV, v.62, n.2, p.221-246, abr-jun. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbe/v62n2/06.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2014.

VIANNA, Helena Besserman. **Não Conte a Ninguém...**: Contribuição à história das Sociedades psicanalíticas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

ZELIZER, Barbie. Journalists as interpretive communities. **Critical studies in mass communication**: Revista da National Communication Association, Ed. EBSCO Publishing, v.10, n.2, p. 209-237, setembro.1993.

## ANEXOS

ANEXO A – MATÉRIAS DE O GLOBO

# Psicanalistas pedem extinção do cargo de analista-didata

Os psicanalistas Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas — que asseguraram ter sido expulsos da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (SPRJ), por declarações contrárias aos "privilégios feudais" nas instituições psicanalíticas — reafirmaram ontem suas críticas ao sistema de formação profissional do psicanalista e pediram, entre outras alterações, a extinção do cargo de analista-didata.

O analista-didata é, segundo regulamento da SPRJ, o responsável pela preparação dos candidatos a analista, através de análise, com duração média de cinco anos, a um custo mensal de cerca de Cr\$ 50 mil. A abolição deste cargo — ao qual só têm acesso os próprios membros efetivos com atividade docente na SPRJ — é apoiada, segundo os dois, por vários colegas da SPRJ e da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro, ambas ligadas à International Psychoanalytical Association (IPA), fundada por Freud.

## "VENTOS DEMOCRÁTICOS"

No entender de Pellegrino — que é sócio da SPRJ há 25 anos —, a proposta é que "os ventos democráticos penetrem pelas janelas das instituições psicanalíticas":

— A análise didática, por ser pessoal e, ao mesmo tempo, técnica, se torna viciada e se transforma em análise oficial. Toda pessoa que pretende ser aceita pela

SPRJ tem de se submeter a esta análise e, deste modo, o analista-didata tem clientela garantida e emprego "vitalício". É também uma questão de mercado de trabalho.

Eduardo Mascarenhas lembrou que, por ano, saem das faculdades 700 psicólogos, só no Rio:

— Nesta escala, no ano 2.000, teremos 20 mil psicólogos, uma verdadeira cidade psicológica, talvez com prefeitos, regiões administrativas e representantes no Congresso. Na verdade — acrescentou — estes psicólogos são a principal fonte de clientes dos psicanalistas. Os que não quiserem se submeter à formação oficial são classificados como delinquentes e psicopatas pela SPRJ.

Os dois psicanalistas afirmam que na atual estrutura da SPRJ, apenas o Conselho Consultivo — que congrega 23 presidentes e dois nomeados por estes 23 — tem o poder de decisão pela categoria associada. Eles defendem a participação dos candidatos à SPRJ nas assembleias-gerais e a rotatividade no Conselho Consultivo da entidade. Quanto à exclusão dos dois — que é negada pelo presidente da SPRJ, Victor de Andrade — o advogado Sérgio Bermudes notificou judicialmente a SPRJ, no sentido de que "produza por escrito" a decisão, que, segundo Pellegrino e Mascarenhas, já foi tomada em "reunião sigilosa":

— A Presidência da SPRJ nega-se a confirmar que a decisão já foi tomada e, no entanto, tenho uma carta me convocando para ser comunicado a decisão do

Conselho Consultivo. Só se foi para comunicar que decidiram não decidir. O que lamento é que quando discutimos abertamente os problemas da instituição psicanalítica estamos a serviço da própria instituição e da ciência psicanalítica. Na democracia, roupa suja não se lava em casa — finalizou.

## "EM DISCUSSÃO"

O presidente da SPRJ, Victor Manoel Andrade, disse ontem à noite ao GLOBO que o processo que julga os psicanalistas Pellegrino e Mascarenhas por "declarações aéticas" ainda está em discussão e que os dois, até receberem uma eventual comunicação, ainda são considerados sócios da entidade. A exclusão da SPRJ em nada interfere no exercício profissional dos psicanalistas, garantido pela formação médica e pela específica, pela própria SPRJ.

Sobre as propostas dos psicanalistas, Victor Andrade disse que ainda não vai se pronunciar a respeito:

— Só dou entrevistas em circunstâncias extraordinárias.

Participam da proposta de "democratização das instituições psicanalíticas", entre outros, Fábio Leite Lobo, Ernesto Laporta, Galina Schneider, Carlos Castelar, Fábio Lacombe, da SPRJ, e Manoel Thomaz Lyra, Yara Linsac, Waldenildo Ismael Oliveira e Zenaira Aranha, da SBPRJ, informou Eduardo Mascarenhas.

# Boca do Inferno

OTTO LARA RESENDE

*"There is no thing on earth I want to possess."*

Czeslaw Milosz.

Consulto a Enciclopédia de Política Mundial, de Walter Theimer, velha de trinta anos, na sua edição revista e aumentada por Peter Campbell, a qual ganhei de Antonio Callado, quando, em 1970, ele ia viver em Paris e logo teve de voltar, porque o homem põe e Deus dispõe. Lá está, na Enciclopédia Política, que também em inglês radical vem do latim, *radix*, raiz, e aplica-se a quem reclama reformas extensas. Na Inglaterra, a palavra foi usada pela primeira vez em 1796, pelo liberal Charles James Fox, para classificar a ala extremada de seu Partido. A mesma palavra recorreu o movimento Ação Radical, adotado por um grupo de liberais de esquerda, durante a II Guerra Mundial. E acaba aí o verbete, com a agravante de que não se registra radicalismo, ou porque a palavra não estava na moda, nos idos de 1950, ou porque os ingleses são o povo menos radical e por isto mesmo mais civilizado do mundo.

No Brasil, a despeito de nossa decantada cordialidade, que é cada vez mais da boca para fora, a intolerância e a inflexibilidade frequentemente se juntam, e quase sempre do lado errado, ou em torno de causa duvidosa, para erguer a muralha granítica, ou o paredón moral que hoje conhecemos como radicalismo. Anda muito bem, a meu ver, um homem público que se recuse a radicalizar, como é o caso de Leonel Brizola, gato escaldado numa experiência que lhe valeu a pena de um exílio compulsório mais longo do que o de Washington Luis, que podia ter voltado em 1945, após quinze anos de desterro, mas que só voltou em 1947, com o mesmo altivo desempenho. No caso do Brasil de 1980, o radicalismo rema contra o

Num coloquial cheio de sabor, e que por isto mesmo podia dispensar erros palmares (sem trocadilho) de linguagem, Alfredo Syrkis narra o que foi o itinerário de um adolescente que marchava inexoravelmente para o desastre e a morte, como tantos de seus companheiros. De tudo fica a lição da esterilidade de tal experiência, do ponto-de-vista político, mas ainda assim fascinante, como leitura que agarra o leitor e o enriquece do ponto-de-vista humano.

Sempre se disse desde Heródoto, que a História se repete, e nem sempre, muito pelo contrário, em forma de farsa, como quer o conhecido aforismo. Prova eloqüente de que assim está na obsessão com que dia a dia tememos a assombração de um retrocesso. Na ausência de uma ordem jurídica, substituída pelo vácuo de remendos e curativos de ocasião, casuísticos, a violência explode por toda parte e tenta entrar em nosso cotidiano com a máscara rotineira do café-da-manhã. Perdemos a capacidade de espantar-nos. Assaltos e homicídios incorporam-se à sombra de cada um de nós, onipresentes. Um menino de quatorze anos mata um menino de dez anos numa briga de mão, como personagens, estes de ficção, de um velho livro — "Boca do Inferno". A Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro quer expulsar de seu convívio os médicos Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas. Pela omissão de sua maioria, contra o caráter exemplar de Célio Borja, o Congresso Nacional expulsa as suas próprias prerrogativas, enquanto um avião da Varig é expulso de sua rota natural, para apeiar a caprichosa onipotência de um passageiro.

Continua na página seguinte.



processo de abertura, que, enalçado ou não, merecedor ou não de crítica, esta aí e vai andando como Deus é servido. A quem duvidar recomendo que volte os olhos para o passado recente, que nem precisa remontar a 1964; basta, por exemplo, lembrar-se de 1968 e do cortejo sinistro de equívocos que abriram espaço para a funesta aterragem do A1-5, que há de ficar em nossa História como a mais densa cota de arbítrio e radicalismo que jamais conhecemos.

O grande número de depoimentos que têm aparecido de uns tempos para cá, e sempre com larga aceitação do público ávido de matar a sua fome de curiosidade, depois de tantos anos de jejum, parece testemunhar que vamos ganhando distância para o indispensável exame de consciência do que se tem feito nestes últimos três lustros. Uma fratura histórica desencadeia, e é bom que o faça, esse gênero de livros, que já são hoje numerosos. Cito três do lado dos generais, de autores desaparecidos — Mourão Filho, Luis Carlos Guedes e Hugo de Abreu. Do lado dos que sofreram ou hostilizaram 1964, a estrela dos best-sellers, por merecimento, é Fernando Gabeira, com seus dois livros prenhes de questionamentos. Mas há outro, cuja leitura considero indispensável — é "Os Carbonários — memórias da guerrilha perdida", de Alfredo Syrkis.

Hoje com 29 anos, sendo que nove passados no exílio, Syrkis era em 1968 o que no tempo de Mário de Andrade se chamava de preparatoriano e, no meu tempo, de ginasião. Na sua geração, trata-se de um secundarista, aluno do Colégio de Aplicação, do Rio. Filho de pais poloneses anticomunistas, e naturalmente de curto enraizamento social, Syrkis foi cooptado pelos grupuscules radicais da esquerda, até entrar de corpo e alma na VAR-Palmares e na guerrilha urbana, que o levou a conviver com Carlos Lamarca, em companhia de quem, arma em punho, num aparelho estanquizado, por ocasião do seqüestro do embaixador suíço Bucher, completou em silêncio e solidão a prolecta idade de vinte anos.

Não quero nem devo entrar no mérito digamos jurídico de outra expulsão, esta de repercussão nacional e internacional — a do padre Vito Miracapillo. Como tantos estrangeiros missionários, o padre Vito, que tem a cristianíssima idade de 33 anos, estava há cinco anos no Brasil, vigário de Sant'Ana do Ribeirão, em Pernambuco. A exposição de motivos assinada pelo ministro da Justiça, que tem o nome vernáculo de Ibrahim Abi-Ackel, trata o padre Vito de "referido ádvena", o que não deixa de ser curioso, no mesmo ano em que outro ádvena foi beatificado pelo Santo Padre e pode vir a tornar-se o primeiro santo do Brasil — José de Anchieta, colega de tantos e tantos outros ádvenas, a começar pelo Frei Henrique de Coimbra, que celebrou direitinho a missa da invasão de outros ádvenas, que mataram cerca de cinco milhões de aborígenes que aqui viviam, a crer no que diz o número de "Newsweek" desta semana, em sua chocante reportagem "Drums Along the Xingu".

O ato de expulsão do padre Vito baseou-se no recente Estatuto dos Estrangeiros, exatamente aquele que passou no Congresso por decurso de prazo e que não ia ser usado, porque seria substituído por outro, para atender a tantos apelos, entre os quais se conta o do ádvena João Paulo II. Do ponto-de-vista político, o ato é desastrado, à medida que exprime um conflito entre a Igreja e o Estado, constitucionalmente separados desde 1889. Sinceramente desejoso de fazer deste país uma democracia, "com a bênção de Deus", como ainda sexta-feira declarou em São Luís do Maranhão, o presidente Figueiredo, que é canhoto, deve ter assinado a expulsão do padre Vito com a mão direita, que não é a do coração. Numa época em que se diz que tudo é internacional, ou supra-nacional, a começar da economia, o chauvinismo e a xenofobia são uma triste demonstração de jacobinismo, isto é, do pior radicalismo, nutrido daquela intolerância, daquele horror ao convívio, que até de dois meninos faz uma vítima e um assassino.

## Psicanalistas contra expulsão de Pellegrino e Mascarenhas

Após quatro horas de sessão plenária sigilosa, com a presença da quase totalidade de seus 100 associados, a Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro propôs para decisão do seu Conselho Consultivo o arquivamento do processo de expulsão dos psicanalistas Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas.

O presidente da Sociedade, Victor de Andrade, informou ao final da reunião que o Conselho Consultivo será convocado dentro de dez dias para dar a palavra final. Mas vários psicanalistas garantiram que há um consenso para a reintegração de Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas, processados por terem feito críticas à prática elitista da psicanálise.

Pellegrino, entretanto, afirmou que ainda está à espera de uma comunicação por escrito da posição da sociedade.

— Me canso das coisas que são ditas e não escritas — disse ele.

Queixou-se Pellegrino de que em reunião do dia 8 deste mês foi informado pela diretoria da Sociedade de que fora punido, juntamente com Mascarenhas, com a pena de exclusão, em rito sumário, sem direito a defesa. Não recebeu, entretanto, documento oficial da expulsão. Agora, na sessão plenária que se iniciou às 21 horas de ontem e terminou a 1h30m de hoje, o presidente da sociedade informou que a expulsão "existe, mas está entre parênteses, existe em estado de potência, mas não em forma de ato".



Mascarenhas (esquerda) e Pellegrino conseguiram o apoio de seus colegas

Para ser desencadeada, seria necessário examinar os aspectos jurídicos, já que os próprios acusados haviam recorrido à Justiça, através do advogado Sérgio Bermudes, com intenção de obrigar a sociedade a produzir por escrito a decisão de expulsão.

Na reunião, que não tinha caráter deliberativo, Pellegrino e Mascarenhas sustentaram que "é preciso ultrapassar, em termos limpidamente democráticos e institucionais, o clima punitivo, minorizante e atemorizante que tem caracteri-

zado o exercício do poder na Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro".

Propuseram, então, para democratizar a entidade, três medidas: convocação pela diretoria de uma assembleia geral, com poderes para reformular os estatutos da sociedade; extensão do direito de votar e ser votado aos membros associados (atualmente, apenas 23 associados são eleitores nas assembleias); extensão do mesmo direito aos 70 membros candidatos ao ingresso na sociedade.

# Psicanalistas: recuo da entidade é histórico

Os psicanalistas Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas definiram ontem a reunião da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro, que decidiu pelo arquivamento de seus processos de expulsão, como uma "reunião histórica".

— Pela primeira vez em muitos anos, se abre na SPRJ um espaço de liberdade para a discussão franca, desassombrada e, por vezes, apaixonada, de temas e problemas que até agora têm ficado na sombra — afirmou Hélio Pellegrino. — Ninguém saiu empobrecido ou destruído da reunião. Isto prova que a ausência de salutar hábitos democráticos deve-se não somente a interesses anti-societários dos que, encastelados na cúpula da SPRJ, pretendem sobreviver à custa do silêncio e da intimidação de todos.

O presidente da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro, Vitor Manuel de Andrade, não quis comentar a reunião, que terminou na madrugada de ontem. Ele informou que convocará hoje uma reunião do Conselho Consultivo da Sociedade para a semana que vem, quando será analisada a proposta aprovada na reunião dos sócios e que pede o arquivamento dos processos de expulsão.

## **EXCLUSÃO**

Baseado em entrevista dada pelos psicanalistas Hélio Pellegrino e Eduardo

Mascarenhas em 23 de setembro, a um jornal do Rio, o Conselho Consultivo da SPRJ resolveu, em reunião realizada no dia 30 de setembro, excluí-los da sociedade. Esta decisão foi comunicada verbalmente aos dois analistas no dia 8 pelo presidente da Sociedade, Vitor Manuel de Andrade. Revoltados com a decisão, Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas definiram o procedimento do Conselho como antidemocrático (porque não lhes deu o direito de defesa) e o advogado Sérgio Bermudes, contratado pelos dois, solicitou, judicialmente, que a decisão fosse concretizada por escrito.

Para o psicanalista Eduardo Mascarenhas, a decisão da sessão plenária — que aprovou, por aclamação, o arquivamento dos processos — demonstra "que a cúpula dirigente e o Conselho Consultivo da Sociedade está muito distanciada da realidade".

Além de propor o arquivamento dos processos, a reunião plenária dos membros da Sociedade decidiu rever os estatutos da SPRJ, instituir o sufrágio universal, extinguir os cargos vitalícios e impor a rotatividade no Conselho Consultivo. Estas medidas dependerão de aprovação do Conselho Consultivo, do qual só participam os 23 psicanalistas-díditas.

## Expulsão de psicanalistas provoca protesto

Quatorze psicanalistas filiados à Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro pediram, em carta ao presidente da entidade, Victor Manoel Andrade, o arquivamento das punições impostas a Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas e a convocação de uma assembléia geral extraordinária, "para que se possa abrir um diálogo sem o qual estará ameaçada a própria sobrevivência da instituição". O documento, encaminhado sexta-feira à SPRJ, foi provocado pela expulsão de Pellegrino e Mascarenhas dos quadros da entidade.

Os dois psicanalistas foram punidos por terem criticado, em entrevista, o caráter das sociedades psicanalíticas e o que qualificam de "baronato da psicanálise". A solidariedade dos 14 psicanalistas a seus dois colegas expulsos se reforçou, segundo afirmam, depois que a direção da Sociedade Psicanalítica divulgou que ambos haviam se retratado perante o plenário da entidade.

Pellegrino e Mascarenhas exibiram cópias dos discursos que fizeram na ocasião para provar que reafirmaram suas declarações.

## **Ação na Justiça contra expulsão do psicanalista**

O advogado Sérgio Bermudez entrou ontem na Justiça com ação que pretende anular a expulsão dos psicanalistas Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas, determinada pela Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro, por causa de uma re-

portagem em que os dois criticavam a instituição.

Só na segunda-feira a petição inicial deverá ser distribuída. São 18 páginas datilografadas em que o advogado relata minuciosamente o processo de expulsão, tentando demonstrar que Pellegrino e Mascarenhas não tiveram "um mínimo direito de defesa".

Os problemas dos psicanalistas com a Sociedade começaram no dia 17 de setembro, quando, numa conferência realizada na PUC, fizeram duras críticas às sociedades analíticas e psicanalíticas.

# ARTUR DA TÁVOLA

## *Afirmar é sempre melhor que explicar*

Neste mês de férias das televisões os assuntos frescos escasseiam. Muitos filmes, no máximo as notícias para a próxima temporada a começar em março e abril, a revisão de novelas antigas (a meu ver importantíssima) como *Duas Vidas* recém-finda e bastante bem compactada, a mostrar como isso de novelas quilométricas exclusivamente ainda está para ser questionado e reexaminado (creio poder haver produções mais baratas de duração menor nas quais o resultado econômico não seja deficitário) e uma ou outra estréia como a de *Rosa Briana* de Lauro Cesar Muniz a dar-se segunda-feira que vem.

De atual, vivo, palpitante, a rigor só se tem o telejornalismo principalmente o da Rede Globo pela amplitude e os entrevistados do Canal Livre.

Com a repercussão da expulsão de Helio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas da Sociedade Brasileira de Psicanálise a entrevista do jovem e talentoso médico no Canal Livre ficou sendo o assunto do domingo.

É impossível analisar e sintetizar programa tão variado, intenso e rico. Dá para algumas observações esparsas que vão em gotas para facilitar a leitura.

Todas as vezes em que Eduardo Mascarenhas "explicou" ele ficou na defensiva. Todas as vezes em que afirmou (ainda que afirmando dúvidas naturais num homem inteligente), ele cresceu e brilhou muito.

● Observando Carlinhos de Oliveira dá para sentir com muita clareza como funciona o pensamento criativo: ele nega-se a seguir o fluxo imposto pelo grupo ou pelo interlocutor. É um pensamento que introduz um dado novo, inesperado, relacionado com o que vem sendo dito porém não submisso a ele e contendo uma visão de mundo definida.

Ao dizer que por ser psicanalista ninguém pode determinar "quem é e como é o outro", Carlinhos de Oliveira defendeu com profundidade a liberdade de criação e de pensamento, por exemplo do escritor: este também é um tipo de pessoa que mercê de sua função vive de procurar e tentar saber quem é o outro. Mas sem a pretensão da verdade oficial sobre o próximo. Brilhantíssimo.

● Helio Pellegrino jogou papel decisivo no programa. Enquanto envolvia em afeto e admiração paternas (sem o menor paternalismo) o "enfant terrible" no qual (se) vê e admira a intrepidez e coragem, ao mesmo tempo como "pai", corrigia o rumo, dava uns apertos, mas sobretudo crescia quando realizava através de sínteses magníficas o que Eduardo Mascarenhas, no afã de ter que responder a tanta coisa, às vezes por excesso de brilho e ardor de "puro sangue", não conseguia deixar claro para o público. Muito bonito ver o Helio Pellegrino nessa sua atual fase de mistura de talento com maturidade, na qual se mantém (ainda bem), teimoso, um certo brilho travesso nos olhos.

● A grande dificuldade de se falar de psicanálise

Continua na página seguinte.

... e explicou muito.

● Explicar ou explicar-se, sempre toma um tempo para um inútil resultado. Afirmar é avançar e operar o novo da mente em permanente fluxo.

● Programas de televisão rápidos, urgentes, misturando pessoas no vídeo e na platéia (pessoas estas que não têm os mesmos códigos) exigem do entrevistado um exercício difficilimo de clareza. Esta, só é obtida quando o entrevistado afirma, diz, avança. Raramente é obtida quando ele procura "explicar" o que quis dizer ou o que está pretendendo dizer. Televisão não dá tempo para "querer dizer" ou "tentar dizer". Ou se diz na hora, ou nunca mais.

● Duas fases distintas, portanto, na entrevista de Eduardo Mascarenhas. A primeira, na qual o fizeram explicar uma entrevista da revista Playboy muito lida mas certamente não por 80% dos telespectadores, logo era explicação sobre algo que não se conhecia. E a segunda, na qual o jovem médico pode esplender os seus conceitos, ocasião na qual, já não "explicando", alardeou o talento que a essa altura ninguém lhe nega.

Carlinhos de Oliveira encontrou a forma perfeita de perguntar nesse tipo de programa: perguntas secas, diretas, sem muito "querer dizer", "isto é", "assim", todas elas de uma densidade transfiguradora e desconcertante.

... e explicou muito.

● A grande dificuldade de se falar de psicanálise em Tv consiste no seguinte: quem tem o código da ciência em questão, seja como paciente ou terapeuta, entende tudo de um jeito totalmente diferente de quem não tem. Não há conciliação semântica possível. O sentido das palavras e frases muda para os iniciados e para os não iniciados.

● Como a decodificação da linguagem e da visão de mundo psicoanalíticas é lenta e muito complexa, ou os programas reduzem-se em extensão e brilho e fazem o didatismo para iniciar os demais nos códigos usados; ou ignoram esse fato e partem para a discussão rasgada, na suposição de que só se interessará quem possuir o código em questão.

● Diante de tal complexidade, embora se sabendo que psicanálise é assunto profundo, demorado, lento, amplo, não deixa de ser transfigurador, ousado e interessante que a televisão sacuda tudo isso, ainda que deixando as pessoas médias mais confusas do que entraram. Se se interessarem, gradativamente elas se esforçarão para conhecer o assunto e ordenar dentro delas tudo o que lhes parece tão difuso e impalpável.

● Tanto quanto terapeutica, a psicanálise é hoje um aporte cultural tão do século XX quanto o motor a jato. Por isso deve estar na Tv, ainda que como espetáculo.

# Intervenção impede CRM de julgar o médico de Inês

O médico Amílcar Lobo Moreira da Silva, que atendeu a ex-presa política Inês Etienne Romeu em 1971, quando ela esteve detida, e sofreu maus tratos numa casa da Rua Artur Barbosa, em Petrópolis, não poderá ser julgado, por enquanto, por sua conduta profissional: o Conselho Regional de Medicina, único órgão com poderes para julgá-lo, está sob intervenção federal desde 1978, e nos últimos dois anos não decidiu sobre qualquer processo de ordem ética.

O Sindicato dos Médicos do Rio distribuiu uma nota exigindo que a Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro — à qual Amílcar Lobo pertenceria, segundo informações de psicanalistas daquela instituição — se manifestasse a respeito e pedindo "a verdade dos fatos" a fim de que sejam "punidos os culpados para que o bom nome da categoria médica seja mantido". A mesma nota é a Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro lamentam a intervenção no CRM, a qual impede o julgamento do caso.

O presidente da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro, Vítor Manuel de Andrade, negou ontem que Amílcar Lobo

Rio de Janeiro, Eduardo Bordinallo, informou que o caso será analisado pela diretoria da Sociedade na próxima quinta-feira. Caso Amílcar Lobo seja sócio da entidade, ele poderá ser convidado a expor seus pontos de vista, e se for comprovada sua participação em práticas de tortura ou omissão na denúncia destas práticas, poderá ser expulso da Sociedade.

— A Sociedade não tem poder para intimidar ninguém nem força para punir profissionalmente. Quem tem estes poderes é o CRM, que está sob intervenção e não pode se manifestar. De qualquer modo, devemos ouvir o médico. Temos de ter provas concretas para tomar qualquer atitude. Temos de ir com cautela porque nem tudo o que sai da imprensa é verdadeiro. Ele tem de admitir à gente, e não à imprensa.

Na opinião de Eduardo Bordinallo, no momento em que ficar comprovada a participação de Amílcar Lobo nos fatos denunciados pela ex-presa política Inês Etienne Romeu, ele deverá ser punido até com a cassação de seu registro profissional e impedido de exercer a medicina.

que foram submetidas a torturas, sem denunciar estes fatos ao C.R.M., a obediência a ordens que um médico não deve cumprir sem a aquiescência de seu Conselho de Ética, são uma confissão explícita de sua participação no esquema da tortura institucionalizada. Por outro lado, estas mesmas declarações confirmam ter a Sociedade Psicanalítica conhecimento dos fatos."

## CRISE

O psicanalista Hélio Pellegrino, que em 1980 relatou em carta ao presidente da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro, Vítor Manuel de Andrade, a denúncia contra o médico Amílcar Lobo Moreira feita durante simpósio realizado na PUC, afirmou ontem:

— As acusações que pesam sobre o dr. Amílcar Lobo Moreira da Silva, bem como suas confissões à imprensa, constituem matéria terrível. Por sua gravidade, estão a exigir um tribunal ético e jurídico que seja capaz de julgá-la, para que a comunidade brasileira seja respeitada, nas regras de cidadania que a ordenam, e para que a consciência ética de médicos e psicanalistas brasileiros

Continua na página seguinte.



seja membro da Sociedade. Ele recusou-se a comentar o caso:

— Não vamos dar entrevista enquanto estiver correndo o caso do Hélio Pellegrino e do Eduardo Mascarenhas (analistas expulsos da entidade). O caso deste médico é um caso delicado e pretendemos mantê-lo internamente.

— Mas ele pertence à Sociedade? — perguntou o repórter.

— Ele não pertence à Sociedade. Esteve com a sua formação suspensa na época em que se apurava seu envolvimento.

— E agora?

— Preferimos não comentar o caso porque é muito delicado — repetiu. Não posso afirmar quando ele se desligou da Sociedade. Enquanto o processo dos doutores Mascarenhas e Pellegrino não estiver na Justiça, não vamos nos pronunciar. Só nos pronunciaremos na Justiça.

## PUNIÇÃO

O secretário geral da Sociedade de Medicina e Cirurgia do

— A ética e a moral — disse — estão acima dos deveres. Ele não pode alegar que cumpriu ordens militares porque elas infringiam a ética médica. Nós sabemos que existem muitos médicos metidos neste tipo de prática. Em São Paulo, o médico Harry Shibata foi punido pelo Conselho Regional de Medicina. Mas aqui o CRM está, infelizmente, sob intervenção. Ninguém pode fazer nada.

## NOTA

Diz a nota do Sindicato dos Médicos:

"O Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro, ao tomar conhecimento de que a Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro abriga em seu quadro social a presença de um médico envolvido em tortura, dr. Amílcar Lobo Moreira da Silva, vem de público solicitar que a referida sociedade científica explique à categoria médica e à sociedade em geral, tão estranho procedimento.

"As declarações fornecidas à imprensa pelo referido médico, de que realizou atendimentos em cárcere privado de pessoas

dicos e psicanalistas brasileiros receba uma satisfação.

— Este homem está acusado desde 1973, sem que qualquer providência conhecida tenha sido tomada pela SPRJ, instituição psicanalítica à qual pertence. Em 1980, foi publicamente acusado, em simpósio realizado na PUC, de ter participado de uma equipe de torturadores. Escrevi, em outubro de 1980, uma carta ao presidente da SPRJ, relatando a denúncia. Nada me foi respondido; Nenhuma providência institucional foi tomada. A denúncia recente caiu no vazio, tanto quanto a denúncia antiga.

— Acredito que agora, com o surgimento da evidência culpada, com respeito ao dr. Amílcar Lobo, se coloque, em toda a sua profundidade, a crise institucional da SPRJ. Esta crise é política, em toda a linha, e sua filsonomia se define a partir da apatia com que a instituição, desde 1973, aceitou e cobertou, dando-lhe impunidade, um médico densamente suspeito de ter participado de aparelho de tortura política no início da década de 1970.

## Psicanalistas expulsos voltam a criticar SPRJ

Os psicanalistas Eduardo Mascarenhas e Hélio Pellegrino reabriram ontem a polémica que provocou a crise em que se encontra a Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (SPRJ) desde setembro do ano passado, e que culminou com a expulsão de ambos do quadro de associados da entidade. Falando em tom irônico, e não evitando críticas diretas aos dirigentes da SPRJ, eles reeditaram, na sessão de encerramento do Simpósio Internacional de Indagação sobre o Inconsciente, no teatro da Uerj, a mesa-redonda que desencadeou a crise, feita no auditório da PUC, no ano passado.

As exposições de Mascarenhas e Pellegrino, que foram os debatedores da mesa-redonda que encerrou o simpósio, sob o tema "A crise na instituição psicanalítica", pela reação do público presente antecipam o clima emocional que deverá envolver a assembleia-geral da SPRJ que examinará, amanhã, o processo de expulsão de ambos. A validade da própria assembleia de amanhã foi posta em dúvida por Eduardo Mascarenhas, em sua exposição.

Segundo ele, a instituição tem cerca de 150 membros, "dos quais apenas mais ou menos 20 têm direito a votar e ser votados". Para anular a expulsão, ocorrida

— E quando dissemos isso — explicou Mascarenhas — não quisemos dizer que nunca tenham aberto um livro de Freud, ou tomado contato com a sua obra, mas que não assimilaram o conteúdo dos textos, principalmente os integrantes da cúpula da SPRJ.

Mascarenhas criticou duramente os dirigentes da entidade, reclamando, principalmente, da vitaliciedade dos cargos, do que classificou de "Conselho dos Anciãos" e de "geronto-burocracia" que, "contrariando os princípios libertários da psicanálise usam a instituição para oprimir e tirar proveitos materiais".

Eduardo Mascarenhas chegou a classificar o conselho de um "sistema de baronato, semelhante ao que existe na sucessão dos cartórios".

— É um Conselho de Barões que distribui à sua vontade suas glebas aos novos senhores feudais que caem em suas graças.

### "PROCESSO INJUSTO"

Uma boa parte de sua exposição foi dedicada ao que chamou de "processo injusto de formação de novos profissionais, que dependem de uma pequena oligarquia" para decidir seu futuro profissional":

Continua na página seguinte.

dos". Para anular a expulsão, ocorrida em outubro, explicou o psicanalista, eles terão que obter o voto favorável de três quartos dos 20 membros votantes. E entre os votantes, ressaltou Mascarenhas, estão incluídos os seis integrantes do Conselho Consultivo da entidade que decidiram pela expulsão.

Além deles, falou o psicanalista Wilson Chebabi, que preferiu não comentar a crise em si, limitando-se ao tema "Psicanálise e Política", um estudo científico que culminou com a proposta de se desenvolver uma "psicanálise da política". Um estudo que, "se lhe couber alguma coisa de essencial" — afirmou ele — "há de ser a tarefa de libertar a autoridade política dos entraves que a inconsciência impõe à vida em comum".

A exposição de Mascarenhas começou com um relato minucioso dos motivos que levaram a SPRJ a expulsá-lo e a Pellegrino, lembrando, também, as principais críticas por eles feitas na mesa-redonda que abriu a crise, realizada em setembro. Entre essas críticas, que ontem eles reafirmaram, está a de que "a maioria dos psicanalistas não leu a obra de Freud".

nal":

— Um excelente aluno que concluiu seu curso está inteiramente na dependência desses senhores para decidir sua sorte, à revelia de toda a sua formação profissional. Se não estiver nas graças deles, pode simplesmente estar impedido de exercer sua profissão por não ser "eticamente aprovado" por critérios que não admitem qualquer discussão,

### "ÉTICA DISCUTIVEL"

O psicanalista Hélio Pellegrino, depois de fazer uma introdução concordando inteiramente com Mascarenhas, concentrou sua conferência na discussão dos "critérios éticos" pelos quais, disse, os dirigentes da SPRJ julgam os novos profissionais que surgem.

Entre as críticas feitas pelo psicanalista está a que os dirigentes da Sociedade "tanto podem simplesmente não aprovar um candidato por critérios subjetivos, como também serem benevolentes em casos inexplicáveis", como a aceitação do psicanalista Amílcar Lobo Moreira da Silva, "que confessou ter pertencido aos quadros de torturadores".

2.º CLICHÊ

# Psicanalistas discutem ação judicial contra SPRJ

A crise interna da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro — tornada pública em outubro do ano passado, com a expulsão de Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas — foi reaberta ontem com a decisão do presidente Victor Manoel Andrade de fechar a sede da entidade, em Botafogo, e impedir, com isso, a reunião semanal do "Fórum de Debates" — um grupo de cerca de 40 associados que se opõe à atual diretoria e que defende a abertura da instituição a todas as correntes psicanalíticas.

Mesmo com o portão da sede fechado a cadeado, cerca de 30 psicanalistas improvisaram uma reunião, utilizando-se de um megafone para discutir com a advogada Eny Raymundo Moreira as possibilidades de uma ação judicial coletiva contra a diretoria. Durante uma hora, os debates se sucederam, com a participação de Hélio Pellegrino e Eduardo Mascare-

nhas, entre outros. No final da reunião, os psicanalistas adiarão a decisão sobre a liminar para quarta-feira próxima no mesmo local, "dentro ou fora da sede".

## CADEADO

As 21 horas de ontem — trinta minutos antes da hora marcada para a reunião do "Fórum de Debates" — apenas o porteiro da sede da SPRJ havia permanecido no interior da casa de dois andares situada no número 92 da rua Fernando Guimarães, em Botafogo. Uma repórter tentou confirmar a realização do encontro, mas o porteiro disse que a sede estava fechada e que não haveria qualquer reunião. Posteriormente, o psicanalista Carlos Castelar explicaria.

— As 19 horas — disse ele — tive uma conversa telefônica com o presidente Victor Manoel Andrade e, ao saber que a sede estava trancada, ponderei com ele que aquela atitude nos colocaria no meio da rua e serviria como uma declaração de guerra. Ele concordou que se tratava de uma guerra, dizendo que nós é que a tínhamos declarado. Solicitei ponderação de sua parte e ele disse que ia pensar,

mas acabou mantendo a sede fechada para nós. Está declarada a guerra.

O psicanalista Sérgio Terra, que chegou à sede quase ao mesmo tempo que seu colega José Nazar, disse que também havia conversado com Victor Manoel Andrade e que este dissera que a sede não seria aberta. Sérgio Terra disse ainda que a crise antecede à expulsão de Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas (processados por terem feito pronunciamentos públicos criticando a prática elitista da psicanálise):

— Há um jogo e uma luta política deflagrada há cerca de dois anos e meio, quando o grupo que forma hoje o Fórum de Debates se bateu em assembléia pelo direito de voto dos associados, juntamente com os didatas, cujo poder absoluto criava e cria até hoje um monopólio ideológico-científico que despreza as correntes contrárias ou diversas da psicanálise oficial e acaba criando, também, um controle do mercado de trabalho. O que queremos, desde que criamos o Fórum de Debates (reuniões que vêm sendo feitas há três meses, sempre às quartas-feiras) é a abertura científica e o estabelecimento do jogo democrático dentro da Sociedade.

## A REUNIAO

Continua na página seguinte.

# TEMPO



**PRAIAS CARIÓCAS**  
Tempo bom, névoa úmida pela manhã. Céu parcialmente encoberto. Mar com ondas de 1,5 a 1,0m. A temperatura da água dentro da baía está a 20,4 graus e fora a 20,0.



**MARENO RIO**  
Preamar  
05h 38m ..... 1,2m  
17h 58m ..... 1,0m  
Baixamar  
13h 20m ..... 0,6m  
22h 31m ..... 0,6m  
● A visibilidade pela manhã será de 2 a 4 km e à tarde de 4 a 10 km da costa.  
● Os ventos sopram de Sueste e a velocidade de 15 a 10 nós.



● Os aeroportos deverão funcionar normalmente para pouso e decolagem.

## PREVISÃO PARA HOJE



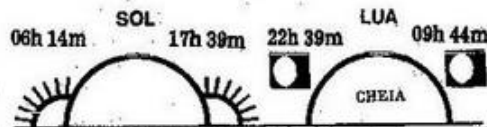
No Norte e Nordeste o tempo estará parcialmente nublado. Devido à frente fria que vai do Amazonas até enfraquecer no Sudoeste da Bahia, Salvador terá um dia de nebulosidade e chuvas esparsas.

Na região Sul e Central o tempo está claro e a temperatura entra em declínio no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, podendo ocorrer geadas nas regiões serranas. Nesta madrugada a temperatura entra em declínio acentuado também em Curitiba e São Paulo.

A máxima nacional registrada ontem foi de 37,2 graus em Teresina e a mínima de 5,3 em Curitiba.

O Rio terá um dia de c.e.u parcialmente nublado com névoa seca no final do período.

Os ventos sopram de fracas e moderados.



## A REUNIAO

As 21h30m, cerca de 30 psicanalistas já estavam reunidos em frente ao portão trancado da entidade. Além dos integrantes da mesa diretora do Fórum de Debates (Carlos Alberto Barreto, Wilson Chababi, Fábio Lacombe, Heládio Miziane e Nilo Ramos de Assis) participavam da reunião Iracema Pinto Amaral, do Conselho Superior de Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, o psicanalista Hélio Pellegrino — que trouxe uma cadeira de madeira — e seu colega Eduardo Mascarenhas — acompanhado pela atriz Christiane Torloni. Hélio afirmou que sua expulsão da entidade não pode ser considerada o principal problema da crise e Eduardo explicou:

— A primeira proposta do Fórum de Debates é a aprovação do direito de voto para os associados (e não apenas para os 21 didatas). Lutamos para que seja estabelecida a democracia, sem patentes.

A participação da advogada Eny Raymond Moreira foi decisiva: ao ser indagada sobre a possibilidade de uma ação judicial contra a diretoria, ela explicou que o próprio estatuto da SPRJ garante a permanência dos Associados, desde que seja do interesse da instituição.

— Desse modo, é ilegítima a decisão da diretoria — concluiu ela, acrescentando que havia um precedente importante: o fato de a 3ª Vara Cível do Rio ter concedido ao psicanalista Ernesto La Porto — que fora suspenso — o direito de reintegração total à entidade.

Seguiu-se um debate sobre a conveniência de uma ação judicial imediata. Hélio Pellegrino e alguns outros foram contra a ação judicial "sem antes aguardar a repercussão do ato de violência junto à opinião pública". Outros mostravam-se favoráveis a uma votação sobre a medida liminar. Finalmente, num encerramento que não agradou a todos, os participantes votaram pela suspensão da assembléia e o reinício da discussão, "com mais calma e informações mais precisas", para a próxima quarta-feira, "esteja aberta ou não a sede".

## ADVERTÊNCIA

Durante uma intervenção na assembléia, o psicanalista Carlos Castelar fez um lembrete:

— Temos que nos lembrar que este ato de violência pode ser uma provocação do presidente Victor Manoel, no sentido de nos colocar como estudantes indisciplinados fazendo confusão na rua, principalmente agora, quando se aproxima a visita (em setembro) da comissão de inquérito da Associação Internacional de Psicanalistas (à qual a SPRJ é filiada), que vem ao Rio justamente para examinar a crise de nossa entidade. Precisamos agir com segurança e ponderação.

## Forum de debates de psicanalistas

# Andrade não quer Pellegrino e Mascarenhas na reunião

O presidente da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro, Victor Manoel Andrade, confirmou ontem que a participação de Eduardo Mascarenhas e Hélio Pellegrino no grupo chamado "Forum de Debates" foi um dos motivos pelos quais ele não abriu as portas da sede, na noite de anteontem, quando cerca de 30 psicanalistas improvisaram uma assembléia na rua. Victor Manoel Andrade não quis revelar os outros motivos, mas deu a entender que, se a situação de anteontem se repetir, a sede será trancada novamente.

— Não quero acrescentar lenha ao fogo — disse ele — mas trata-se de reuniões não permitidas, não oficiais, que trazem para dentro da sociedade membros expulsos e que por isso, são totalmente anômalas. Não fechamos a entidade. Ela continua aberta para aqueles que cumprem o regulamento.

— O que o "Forum de Debates" precisaria fazer para ter suas reuniões na sede? — perguntou o repórter.

— Se houver um pedido, de acordo com os estatutos, a sociedade estará aberta para eles.

— Trata-se da não inclusão de Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas?

— Não é só isso. Uma série de outras normas terão que ser cumpridas, mas não vou falar delas porque não gosto de levar a público esses assuntos. Fica mal para os pacientes.

— O pessoal do "Forum" diz que o senhor não aceita correntes diversas da psicanálise oficial — disse o repórter.

— Não se trata disso. Todas as correntes são ensinadas aqui na SPRJ. As reuniões é que têm que cumprir o regulamento.

— Acusam também o senhor de fazer uma provocação, a poucos dias da visita da comissão de Inquérito da Associação Internacional de Psicanalistas que vem ao Rio para examinar problema da SPRJ.

— Não é isso. Repito que se tratava de uma reunião não oficial. Fizemos duas circulares alertando os associados com antecedência.

— Quer dizer que o senhor mantém a proibição?

— Como eu disse, não é uma reunião normal. Mas quero deixar claro que a SPRJ não está fechada. Agora mesmo (ontem à noite), por exemplo, temos cinco turmas aqui, participando de um seminário e de reuniões.

Antes de encerrar a entrevista, Victor Manoel Andrade explicou que o psicanalista Ernesto La Porta "não tem nenhuma garantia da Justiça para participar da SPRJ":

— O que ele conseguiu foi uma medida cautelar para garantir sua participação no Congresso de Helsinque, imaginando que a SPRJ tomaria alguma atitude para impedi-lo. Não faríamos isso.

### PELLEGRINO

Hélio Pellegrino insistiu em que o fechamento da sede também foi por causa da presença no grupo do psicanalista Ernesto La Porta (recentemente suspenso da entidade) e explicou:

— O Mascarenhas, o La Porta e eu vamos participar da reunião pela segunda vez, na noite de ontem (anteontem). Entretanto, apesar do ato de violência da diretoria, vamos continuar com as reuniões, com ou sem a sede, nas salas ou na rua, para debater nossas questões profissionais e também para decidir, se for o caso, sobre uma possível ação judicial contra a diretoria.

O psicanalista Carlos Alberto Barreto, um dos integrantes da mesa diretora do "Fórum de Debates", disse ontem que não pretende rebater as afirmações de Victor Manoel Andrade. Afirmou que pretende aguardar as decisões do grupo, que se reunirá novamente na próxima segunda-feira.



## **Em livro, os textos de conferências sobre a psicanálise**

Exatamente um ano após a publicação da matéria "Os barões da psicanálise" — que tornou pública a crise interna da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro — a Clínica Social de Psicanálise Anna Katrin Kemper lançou ontem, em sua sede de Copacabana, o livro "Simpósio psicanálise e política". O volume foi escrito a partir de textos de conferências realizadas na Pontifícia Universidade Católica do Rio, entre 17 de setembro e 29 de outubro do ano passado, quando os psicanalistas Hélio Pellegrino, Eduardo Mascarenhas

e Wilson Chebabi fizeram a palestra que originou a reportagem.

O livro é prefaçado por Hélio Pellegrino — presidente e membro fundador da clínica — e traz em suas 237 páginas reflexões sobre o fascismo, a tortura, o marxismo, a mulher, a formação psicanalítica e outros assuntos relacionados com a psicanálise. O lançamento do livro coincide, também, com o aniversário de 40 anos da morte de Sigmund Freud e com a comemoração dos dez anos da primeira reunião entre os fundadores da Clínica Social de Psicaná-

lise Anna Katrin Kemper. A instituição foi fundada em outubro de 1973, com o objetivo de prestar assistência psicanalítica à população de baixa renda.

Hélio Pellegrino disse que o "Fórum de Debates" (grupo dissidente da SPRJ) "continua firme e conquistando cada vez mais adesões". Ele anunciou ainda que, na próxima quarta-feira, um novo simpósio será realizado na PUC-Rio. Pellegrino, Eduardo Mascarenhas e Carlos Alberto Barreto iniciarão os debates, com o tema "A crise da instituição psicanalítica".

## Pellegrino e Mascarenhas abrem simpósio na PUC

Com o auditório AQ-5 da Pontifícia Universidade Católica (PUC) completamente lotado por cerca de 500 pessoas, os psicanalistas Hélio Pellegrino, Eduardo Mascarenhas e Carlos Alberto Barreto abriram ontem, com suas palestras, o simpósio "Psicanálise e Instituição", uma série de mesas-redondas patrocinadas pela Clínica Social de Psicanálise Anna Katrim Kemper.

Como no ano passado, quando idêntico simpósio deflagrou uma crise interna que perdura até hoje, na Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro, os psicanalistas fizeram várias críticas contra o "apoliticismo e a alienação de muitos profissionais, que estão preocupados somente com seus interesses fi-

nanceiros e monopolistas". Ao contrário da mesa-redonda de setembro de 1980, quando a SPRJ não foi sequer citada nas palestras, os três convidados fizeram da entidade o principal alvo de suas críticas. Pellegrino e Mascarenhas foram expulsos da SPRJ e atualmente integram o grupo de cerca de 40 psicanalistas que fazem oposição ao presidente Victor Manoel Andrade, denominado "Fórum de Debates". Carlos Alberto Barreto é integrante da mesa-diretora deste grupo. Pouco antes do início dos debates, Hélio Pellegrino disse que existia a possibilidade de a Reitoria da PUC não mais ceder seu auditório para as mesas-redondas restantes do simpósio.



## Comissão da IPA cancela reunião sobre psicanalistas

A comissão da International Psychoanalytical Association (IPA) cancelou a reunião marcada para ontem, no Salão Mar Azul do Olhon Palace Hotel, quando deveria discutir, entre outros temas, a crise na Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (SPRJ). A IPA, à qual a SPRJ é subordinada, decidirá a situação de oito psicanalistas dissidentes, entre eles Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas, expulsos da entidade fluminense.

Segundo o presidente do Fórum de Debates (Oposição à SPRJ), Carlos Alberto Barreto, a reunião foi cancelada pela IPA, porque todos os psicanalistas convidados a prestar informações já tinham sido ouvidos, esgotando-se a fase de entrevistas.

Como a comissão da IPA — Adam Limentani (presidente), Moses Laufer, Mario Montessori, Ramon Gazarain, Irene Auleta e o brasileiro Paulo Gimaldi — voltou a reservar o salão Mar Azul para hoje, acredita-se que a situação dos psicanalistas dissidentes seja conhecida à noite. Alguns psicanalistas não envolvidos na questão admitem até que tenha havido um "encontro secreto" ontem, para "acertar os ponteiros", o que Carlos Alberto Barreto desmente.

# OS BARÕES DA PSICANÁLISE

Roberto Mello

Três psicanalistas — Eduardo Mascarenhas, Wilson Chebabi e Hélio Pellegrino — acabam de denunciar o “baronato” da psicanálise: os altos custos do tratamento, a gerontocracia nas institui-



O simpósio Psicanálise e Política é realizado todas as quartas-feiras, às 21h, na PUC

ções psicanalíticas, as discriminações ideológicas contra candidatos à formação, o falso “apoliticismo”, e até mesmo a ignorância das obras de Freud.

Criticas à psicanálise como atividade que abriga profissionais ávidos de lucros, ou como projeto elitista não chegam a ser novidade. O dado novo é que os três analistas se incluíram entre os beneficiários do “capitalismo selvagem brasileiro”, numa severa autocritica. Tentando aplacar seu “sentimento

de culpa” admitiram a validade de trabalhar de graça em sociedades alternativas ao establishment analítico, como a Clínica Social de Psicanálise, embora sem abandonar seus altos lucros nos consultórios privados.

Pioneira no atendimento a favelados e a pessoas de baixa renda, a Clínica promove um simpósio sobre Psicanálise e Política, no auditório B-2 da PUC, onde essas questões são discutidas todas as quartas-feiras, às 21h. Os participantes acreditam que só pelo debate aberto se pode dar uma resposta à crise da Psicanálise do Brasil.

Acreditam ainda, como Pellegrino, que “é assim que se combate as bombas terroristas, com o diálogo, a conversa fraterna”, como afirmou quarta-feira passada, ao falar sobre o tema Psicanálise e sua inserção no capitalismo. “Não são muitos os analistas que dizem o que foi dito aqui”, reconheceu.



Continua na página seguinte.

“**A** psicanálise está dominada por um baronato. Suas instituições são marcadas por cargos vitalícios, nelas o clima é feudal. O poder é a gerontocracia, prevalecem os padrões do mandarinato. Noventa por cento dos psicanalistas não leram a obra de Freud, contentam-se com uma **Introdução à Obra de Melanie Klein**, de Hanna Segal. Não sabem distinguir uma epistemologia idealista de uma materialista, nem sabem o que é epistemologia. Não conhecem Kant, Hegel, mal ouviram falar de Marx. Mas neles predomina a pretensão de tudo dominar monopolisticamente. A psicanálise está na fase pré-capitalista, inserida num sistema concorrencial não capitalista, ainda.”

A constatação é do psicanalista Eduardo Mascarenhas, para quem existe um mal-estar teórico na psicanálise, uma tensão, um incesto epistemológico que gera abusos como o psicanalismo, já denunciado pelo sociólogo francês Robert Castel. Nessa mistura de teorias, acrescenta,



**Mascarenhas:**  
“A psicanálise ainda está na fase pré-capitalista”

nos seus primórdios, diz ele. Não tinha sentido pejorativo, era progressista, resolvia os problemas da época. Só mais tarde é que adquiriu a feição reacionária. Como um sistema social, acrescenta Mascarenhas, ele não é homogêneo. Nele coexistem feudos e escravagismos. A psicanálise é um desses feudos, em que várias ideologias se encastelam.

O recente Congresso Brasileiro de Psicanálise, na opinião de Mascarenhas, espelhou a crise, sobretudo das instituições ligadas à IPA (International Psychoanalytical Association). Nesse Congresso, foram xingados de “charlatões e psicopatas” todos os analistas que não pertencessem à IPA. Considerado um êxito, o Congresso reuniu apenas 700 psicanalistas. Lembra Mascarenhas que 10% da população brasileira padecem de graves transtornos mentais, de acordo com estatísticas oficiais e conservadoras. “Além da fome física, a fome psíquica, o estado de subnutrição psíquica.” Formam-se no Rio 800 psicólogos por ano. “No ano 2000, teremos 20 mil psicólogos, só no Rio. Uma autêntica cidade psicológica dentro de nossa cidade. Talvez até com prefeitura e capaz de eleger deputados, quem sabe.”

Mas, hoje, assiste-se a um rigoroso estreita-

mento do poder aquisitivo da classe média, a clientela potencial dos analistas. Inflação, recessão ameaçam a instituição psicanalítica monopolista. “Os velhos analistas”, diz Mascarenhas, “já se sentem tão seguros da reeleição indireta, tão automaticamente como antes. Não é mais fácil ser biônico.” Nesse interim, “surge o pitoresco Projeto Julianelli, que quer limitar a prática psicoterápica aos médicos. Está claro que o projeto, retirado, está marcado por inconstitucionalidade. Mas não se trata de uma lei leonina (sem alusão ao analista Leão Cabernite, considerado um dos seus inspiradores). A lei não teria efeitos retroativos. Quem sabe possa haver um acerto com os psicólogos, fechando o exercício da psicoterapia a psicólogos e médicos? Tudo isso são fatores de tensão e concorrência que abalam o feudo da psicanálise.”

“Tomemos, por exemplo, a experiência da psicanálise de grupo, com alcance social mais amplo”, sugere Mascarenhas, especulando com números. “Nove pessoas, numa sala vazia, sem instrumentos, apenas com a presença do terapeuta, por duas horas semanais, onde se espera que ocorra o acontecimento analítico. Se cada terapeuta atender durante seis horas por dia, 30 horas por semana, a um mínimo de 15 grupos, teremos 135 atendimentos, durante quatro anos, em média. Se ele trabalhar de 30 a 60 anos, terá atendido 4 mil pessoas. Se cobrar, no barato, Cr\$ 500 por mês de cada paciente, ganhará Cr\$ 60 mil mensais, um salário razoável nas condições brasileiras. O Brasil, então, teria descoberto a solução para a fome psíquica?”, ironiza o analista. “E qual seria o impacto político na sociedade brasileira? A psicanálise, assim, teria ingressado no nível concorrencial capitalista, saindo do baronato dominante. É a isso a que estamos assistindo com o surgimento de instituições, como o Ibrapsi (Instituto Brasileiro de Psicanálise, Grupo e Instituições), que vem provocando tensões no meio psicanalítico.”

Para Mascarenhas, a liderança intelectual e o ativismo político do psicanalista argentino Gregorio Barenblitt, um dos responsáveis pelo Ibrapsi, muito contribuíram para sacudir o marasmo da instituição psicanalítica tradicional. Desde a época de Peron, e logo no período da abertura argentina, a participação de Barenblitt, segundo Eduardo Mascarenhas, inseriu-se no movimento de vanguarda cultural do país. “A psicoterapia na Argentina era algo assim como o cinema novo no Brasil.” Com base nessa experiência, Barenblitt chegou à conclusão de que a psicanálise com alcance social deveria apoiar-se menos “em palavras bonitas e mais em conseqüências práticas”. Em suma, falar menos e fazer mais, se possível discretamente.

Acontece, lembra Mascarenhas, que se não há “mobilização do narcisismo das pessoas, de sua necessidade de gratificação, a realização desse projeto é difícil”. Por isso, na opinião de Mascarenhas, apelou-se para a gratificação do lucro. “O Ibrapsi é uma instituição em moldes capitalistas, com o espírito de iniciativa do capitalismo. Em dois anos, já formou 300 alunos. E eles passam de sete a oito horas por semana trabalhando na instituição, em seminários, supervisões etc. Isso é mais do que todas as outras instituições ligadas à IPA pode oferecer. Que efeitos isso terá no establishment psicanalítico? Por isso, o Ibrapsi é visto como ameaça, e uma provocação, isto é, um convite a outras instituições falarem, uma convocação à fala”. Não é à toa, conclui Mascarenhas, “que Barenblitt é um dos alvos da Lei dos Estrangeiros”.

Continua na página seguinte.

**“M**AS o que é que o Mascarenhas está dizendo?”, rebate o psicanalista Wilson Chebabi, acertando a provocação. “Isso é psicanálise, ou o produto de um pensamento embalado, rotulado, etiquetado e distribuído pelas sucursais? Sim, porque o modelo capitalista não se refere apenas às trocas econômicas, é também uma maneira de pensar e entender as coisas.”

Para Chebabi, tudo se passa como se a sociedade (a platéia) esperasse das conferencistas um pensamento acabado, porque tudo é investimento — de tempo, de energia, de afeto — e tudo espera recompensa, dividendos. “Vale o preço do sacrifício de platéia? Estamos num sistema bancário em que depositamos o capital pensamento: pinça-se um pouco de Freud, de preferência o da Standard Edition, a edição padrão, bem a gosto da linha de montagem que embala para homogeneizar e evita o questionamento. Acontece, porém, que a herança de Freud é crítica e autocrítica, é justamente libertar-se da Standard Edition, é buscar o que está nas entrelinhas. Ler Freud é reescrevê-lo, é como ler o discurso do paciente, em contínua transformação.”

O coquetel Freud-Melanie Klein-Lacan-critica epistemológica francesa é feito, segundo Chebabi, para atrair os consumidores. “E disso



“A herança de Freud é crítica e autocrítica”, lembra Chebabi

não estamos livres, pois o nosso simpósio é como se fosse uma feira, uma promoção dos produtos de cada psicanalista. O resultado é que a clientela ou não fica, ou fica e não muda. A verdade freudiana seria, antes, entender esse produto como algo que o paciente cria com o analista.”

“Não tenho nada pronto a oferecer”, diz Chebabi, “a não ser certa disposição a partilhar o Nada.” A política de acumulação capitalista seria, no entender do psicanalista, um expediente inútil para tapar o vazio, “para não sofrer a tortura do Nada, pois o produto é a materialização dessa política de acúmulo, uma tentativa de obter garantias de sobrevivência, de status e até de eternidade.”

Chebabi considera, no entanto, que é pertinente, no momento atual, um simpósio como este realizado pela Clínica Social de Psicanálise. “Por que não são estudados esses temas pelos psicanalistas? Claro que há razões políticas para e evitação da política. Trata-se de evitar o questionamento, para domesticar a consciência crítica, herança maior da obra de Freud. O resultado é que a psicanálise se converte numa ideologia para satisfazer impulsos destrutivos, isso é o que a gente vê mais por aí.”

Wilson Chebabi acredita que a sociedade industrial contemporânea, aliada às técnicas de publicidade e propaganda, recalca a consciência desses impulsos destrutivos. “Por isso, é preciso resgatar o exercício da consciência. E, do nosso ponto-de-vista profissional, desenvolver a aptidão de experienciar o Nada, a não-

coisa, no-thing, em inglês, o néant em francês, o nichts, a negativa, o dizer não, em alemão. Temos de desenvolver a aptidão de experienciar a dor do parto, de nascer, para não viver uma existência alienada.”

De acordo com a lógica do sistema, a psicanálise se transformou num banco em que se deposita o capital de idéias, afirma Chebabi. Ela assim se alia à propaganda, que elimina a dúvida ao criar consumidores. “A propaganda só trabalha com certezas: poupe e conquiste o que a vida tem de melhor. Isso é um apeio messiânico, para que não se sofra o martírio da dúvida. Trata-se de anestesiarem consciências, pois a verdade está empacotada em slogans. Mas só a liberdade escapa e se esquia, só ela permanece no espaço do Nada, ela morre se for decretada.”

Eduardo Mascarenhas intervém: “Essa nostalgia heideggeriana leva a isso. Não é verdade que a liberdade morra ao ser decretada. E a anistia?”

Chebabi afirma que existe uma convergência entre o sintoma do indivíduo e a deformação social provocada pela sociedade capitalista. Para ele, há uma equivalência entre os conceitos freudianos e os da sociologia materialista. Assim, compulsão à repetição corresponderia à produção industrial, repetição numérica, e padronização social; recalque equivaleria à plutocracia, tirania dos meios de produção, onde o dinheiro não tem valor de troca, mas é valor em si mesmo, como no sistema bancário; transferência (a reprodução psicanalítica de situações da infância) teria analogia com a imposição de produtos pela propaganda, a criação de falsas necessidades; resistência (do paciente), à atitude reacionária; amor narcísico, ao individualismo, à incapacidade de partilhar amor com outros.

**“É** normal que um ginecologista, dentro do seu consultório, peça à paciente que tire a roupa para exame. Agora, imaginem o absurdo se ele generalizasse essa atitude, fora do do consultório. Claro, do lado de fora o trabalho é outro”.

Em meio aos risos da platéia, o psicanalista Helio Pellegrino propõe uma piada para que se entenda o que ele chama de “marotagem ideológica”, o chamado apoliticismo dos analistas.

“No meu consultório, sou estritamente apolítico, não faço proselitismo das minhas idéias. Fora do consultório, minha posição é nítida e solar: sou militante do PT, socialista histórico, eventualmente histórico, e uso meios democráticos para promover a mudança social. Mas não adianta um paciente me falar de bombas de direita, que eu interpreto, quando estou trabalhando como psicanalista. Geralmente, quando ele fala em atentados à bomba, penso nas suas fantasias anais. E geralmente estou certo. É claro que não interpreto mecanicamente. Quero dizer que procuro exercer honradamente minha profissão, e sei que o paciente está ali para que eu o ajude a ouvir a verdade do seu desejo. Não adianta ele me falar que o Lula é um cara bacana, por exemplo, pois de nada lhe adianta uma doutrinação.”

“Lá, sou apolítico, muito bem”, continua Pellegrino. “O modelo clínico é um artifício, para que possamos ouvir o inconsciente do outro. Temos de colocar a realidade entre parênteses, para que ela não nos perturbe com seu rumor. E como se quiséssemos ouvir estrelas: escolheríamos a noite. Isso não quer dizer que elas não existam de dia. O brilho do Sol nos impede de vê-las.”

A marotagem, segundo Pellegrino, é o analista generalizar sua atitude apolítica, fora do consultório. Hoje em dia é quase caricato o

Continua na página seguinte.

profissional que não diz nada, gravebundo, fleumático, como tantos psicanalistas. "Essa é a política do psicanalista. Ele, assim, coonestra uma ordem que lhe dá privilégios. Esse apoliticismo é um artefato ideológico de má fé, essa omissão só serve aos interesses do status quo".

Na opinião de Pellegrino, a psicanálise, no entanto, é uma atividade essencialmente política, no sentido de preocupação com os interesses da polis, da cidade. "O que se passa num consultório?", pergunta. "Para que eu possa ouvir o desejo inconsciente de quem me procura, peço-lhe que se deite no divã e sem censura, sem ordenação prévia, proponho que diga o que lhe passa na cabeça. E a regra da associação livre. Às vezes, o paciente se deita, às vezes resiste. Quando ele é bom paciente, se deita. Produz, então, um discurso folgado, o enorme material da produção do seu inconsciente. E para que eu possa ouvir a verdade do seu desejo, tenho de ser garimpeiro: uso uma batela e no fundo pode ser que ache algumas pepitas. Assim, o ouro da psicanálise é escasso, ao contrário da Serra Pelada."

Mas a prática clínica, como toda prática social, é política. E a psicanálise se insere no modelo capitalista por um dado que nada tem de psicanalítico: o preço. "Operário só entra no meu consultório como bombeiro ou pintor de paredes, jamais como cliente. Só entra quem paga o meu preço, e o preço é a nossa linha de partilha severa, o leão-de-chacara na porta do consultório, que tem a arrogância de barrar a imensa maioria do povo brasileiro. O preço é uma determinação do mercado, o ponto em que a psicanálise se articula com a política", diz Pellegrino.

Já que sempre se faz política, é melhor que se tenha consciência disso, propõe Pellegrino. "Costumo usar uma metáfora. E como se estivessemos num trem, à velocidade constante em trilhos polidos, e disso não nos damos conta. Parece que estamos parados, e não estamos. Se a Terra tivesse o mau gosto de interromper nossa viagem, em que estamos vertiginosamente precipitados no espaço, se ela desse uma freada, saberíamos do movimento. A História é isso. A melhor coisa, então, é assumir, participar do comando da cabina da locomotiva, através, por exemplo, de eleições diretas."

Pellegrino afirma que a psicanálise se diluiu em instituições pachecais, com seus modos graves e ridículos, ao recusar entre outros, o analista que tiver posição política de esquerda. "Nós sabemos que isso acontece. Se o cara é do PDS, pode. O PTB da Ivete também pode. O do Brizola, nem tanto. Mas a psicanálise é libertária, como o demonstram o mito Totem e Tabu e a Teoria da Libido."

Uma leitura pessoal desses dois temas psicanalíticos faz Hélio Pellegrino afirmar que aí estava o germe do estado de direito. "Totem e Tabu é o mito central da psicanálise, o que descreve o parricídio primitivo. O Pai autocrata que possuía todas as mulheres é morto pela horda e seus privilégios cedem lugar à lei. A interdição do incesto se manteve, quando os irmãos assumem o poder. E uma lei que transcende a todos, é o germe da democracia, uma revolução que significa o começo da cultura. A Teoria da Libido, por sua vez, faz com que sejam inaceitáveis para um psicanalista tanto o capitalismo, quanto as ditaduras, o terrorismo, as bombas (e não me refiro, agora, a qualquer fantasia anal). Sabemos que a criança passa do auto-erotismo, quando ela só se relaciona com seu corpo, ao homoerotismo (a imagem no espelho, segundo Lacan), e finalmente ao hete-

roerotismo, quando a libido se dirige para o outro. Se a sexualidade tende para o outro, não podemos considerá-lo investido de sua dignidade e integridade. Por isso, não pode haver psicanalista fascista, é algo incompatível com o pensamento de Freud."

De projeto revolucionário, a psicanálise converteu-se numa técnica adaptativista. "Ela pega um bom neurótico e o transforma num alienado, isto é, piora o neurótico. Tudo por falta de visão política."

A coisa vai a tal ponto, denuncia Pellegrino, que provoca horror nos visitantes. "Há pouco esteve entre nós a psicanalista francesa Piers Aulagnier. Ela ficou assombrada com o que se passa no campo da psicanálise no Brasil. Na França, o seguro social paga o tratamento psicanalítico de qualquer operário. Mas aqui, o nosso capitalismo selvagem é iníquo."



Pellegrino: "O apoliticismo dos analistas é marotagem ideológica"

Pellegrino sabe que a Clínica Social, fundada por ele e Katrin Kemper, em 1973, é uma gota d'água, uma contribuição "modestíssima", para "acalmar nossos sentimentos de culpa", modelo incipiente de sociedade alternativa ao establishment. Lembra, porém, que "libertar a verdade do desejo é pouco, para o meu gosto. Para mim, o psicanalista de direita deve voltar a fazer análise. Enquanto ficamos nós ouvindo a verdade do desejo, a direita ataca com bombas. O importante, fora do consultório, reitero, é participar do debate, como este, é participar de uma organização política."

Objeta-se que as clínicas sociais podem ser apenas uma repetição do modelo capitalista, um simples campo de prova para treinamento dos profissionais, como ocorre no INAMPS. Pellegrino admite esse risco e responde que a abstinência pecuniária dos profissionais que trabalham na Clínica Social nada tem a ver com humildade franciscana. "Nós ganhamos muito bem. São Francisco faria melhor do que nós. Estamos tentando abrir espaços. E não são muitos os psicanalistas que dizem o que nós dissemos aqui."

## O processo da psicanálise

A Clínica Social de Psicanálise, que se propõe oferecer tratamento psicoterápico às pessoas de baixa renda, vem promovendo na PUC uma série de mesas-redondas sob o título genérico de Psicanálise e Política. Uma delas versou sobre o tema da prática psicanalítica no atual modelo econômico brasileiro, com a participação dos psicanalistas Eduardo Mascarenhas, Wilson Chebabi e Hélio Pellegrino. A matéria deu origem à reportagem publicada pelo JORNAL DO BRASIL, em sua edição de 2/9/80, no Caderno B, sob o título *Os Barões da Psicanálise*, assinada por Roberto Mello.

■ ■ ■

A diretoria da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro, à qual pertencem os referidos psicanalistas, decidiu excluir de seus quadros Eduardo Mascarenhas e Hélio Pellegrino, aplicando a pena de advertência a Wilson Chebabi. Entendem os punidos que a punição se deve ao fato de que, na mesa-redonda, denunciaram o caráter elitista da prática da psicanálise. E deixaram claro o fato de que a postura política da psicanálise é artefato ideológico, destinado a encobrir a cumplicidade política de muitos psicanalistas, com os privilegiados que lhes pagam o próprio privilégio.

■ ■ ■

Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas estão dispostos a lutar pelos direitos que têm como associados da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro.

E esta luta poderá transformar-se no processo da instituição psicanalítica brasileira.

# A PSICANÁLISE EM PÉ DE GUERRA

**HÉLIO PELLEGRINO ANUNCIA A SUA  
EXPULSÃO E A DE EDUARDO MASCARENHAS  
DA SOCIEDADE PSICANALÍTICA DO RJ**



"Assumimos nossa condição de excluídos, por amor à instituição, para mostrar o caráter arbitrário com que se exerce o poder na SPRJ", disse Pellegrino



"Preteñemos renovar a Sociedade, fazendo críticas lá dentro, e não arrebentá-la, como querem Pellegrino e Mascarenhas", afirma Victor de Andrade, presidente da instituição

Continua na página seguinte.

## Roberto Mello



Os psicanalistas Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas — segundo afirma o primeiro — foram excluídos da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro, por terem feito críticas à prática elitista da psicanálise, publicadas em reportagem do *Caderno B*, no dia 23 de setembro último. A decisão do Conselho Consultivo, órgão máximo da instituição, foi notificada aos dois analistas quarta-feira passada, dia 8, ainda segundo Pellegrino.

O presidente da Sociedade, Sr Victor Manuel de Andrade, ouvido segunda-feira pelo *JORNAL DO BRASIL*, declarou que a decisão ainda não tinha sido tomada e que o Conselho Consultivo estaria reunido terça-feira (ontem), quando sairia um pronunciamento final.

Os Srs Pellegrino e Mascarenhas, disseram, porém, que o Conselho já havia tomado a decisão, pois na semana passada, quando compareceram à sede da Sociedade, em Botafogo, foram avisados de que tinham sido excluídos.

"Eles nos disseram que estávamos excluídos", acrescenta Pellegrino, "e sob a capa de um falso coleguismo nos ofereceram como alternativa a sugestão de que pedíssemos demissão. Respondemos que se tratava de uma proposta desonrosa. Eles nos ofereciam o suicídio institucional para que, com a nossa demissão, um gesto de suprema gentileza masoquista, eles se desculpassem do gesto arbitrário, se eximissem da responsabilidade de cometerem um homicídio institucional."

"Fazemos questão de assumir nossa condição de excluídos", acrescenta Pellegrino, "por amor à instituição, para ficar caracterizada a forma arbitrária com que se exerce o poder lá dentro da Sociedade. Vamos lutar pela defesa dos nossos direitos societários, contra o arbítrio de uma instituição que tem 170 membros e na qual só 23 votam".

A exclusão da Sociedade em nada interfere no exercício da clínica dos dois profissionais, garantido por seus diplomas de médicos e pela formação específica como analistas que receberam na SPRJ. Além disso, deixarão de pagar a mensalidade de Cr\$ 1 mil 500.

"Concordo com a análise sociológica da prática psicanalítica feita por Eduardo Mascarenhas, mas suas declarações de que 90% dos psicanalistas não leram Freud, de que são ignorantes, constituem uma generalização que envolve colegas, são declarações pouco éticas", afirmou o Sr Victor Manuel de Andrade, presidente da SPRJ.

"Por exemplo, a *Introdução à Obra de Melanie Klein*, de Hanna Segal, a que os analistas se limitariam, segundo Mascarenhas, é estudada em quatro seminários na nossa Sociedade. Toda a obra de Melanie Klein é estudada em 28 seminários. Não sei onde Mascarenhas estava quando disse isso. Ele foi aluno daqui, estudou conosco, durante anos. Será muito difícil ter que puni-lo, pois ele é um colega estimado. Mas sua agressão foi violentíssima, foi uma bofetada. A Sociedade em peso reagiu, nunca vi tanta unanimidade", continuou o Sr Andrade.

"Devemos criticar a Sociedade, mas lá dentro", explicou. "A Sociedade é rigorosa, mas lá dentro se fala o que quiser; aqui fora não se admite que se fale uma coisa dessas; houve espanto, choque, horror."

O Sr Victor Andrade admite também a procedência da crítica que aponta o poder gerontológico dentro da Sociedade. O Conselho Consultivo, órgão deliberativo máximo da SPRJ, é constituído de ex-presidentes, mais dois membros votados pelos 23 membros titulares. Os candidatos são sempre ex-membros da diretoria, composta de presidente, secretário e tesoureiro. Afirma-se que esse poder tem uma estrutura quase vitalícia.

"Veja bem", responde o Sr Andrade. "Tenho 43 anos, sou o presidente mais novo na história da instituição, talvez o mais novo presidente de uma sociedade psicanalítica em todo o mundo. Estamos promovendo mudanças, uma renovação dentro da Sociedade. Quero fazer uma equipe de gente jovem, cada vez mais. Mas essas coisas se fazem trabalhando dentro da Sociedade, não me interessa fazer discursos para bandas festivas nos bares."

Para ser aceito na SPRJ, o candidato deverá ser médico ou psicólogo com 500 horas e estágio em hospital psiquiátrico. Apresenta-se para exame ante uma junta de analistas didatas e, se aprovado, torna-se membro associado, com direito a voz nas assembleias. Com dois anos de estudo, pode postular a condição de efetivo (direito a voz e voto). Para isso, terá que fazer trabalhos científicos, publicados, para contagem de pontos. Quando completar 80 pontos (contados a partir de participação em conferências), terá autorização de apresentar trabalho científico. Se o trabalho não for aceito, o candidato será convidado a reformulá-lo. O Sr Andrade não conhece caso de candidato que tenha sido rejeitado. O ponto máximo da carreira é o nível de didata, que prepara os candidatos para que se tornem analistas. Só se torna didata quem for membro efetivo e tiver atividade docente na Sociedade. A formação de um psicanalista é, portanto, longa (dura cinco anos) e custa em torno de Cr\$ 50 mil por mês, atualmente.

— Há críticas de que o didata, ao fazer também a análise pessoal do candidato, pode exercer manipulação transferencial. O candidato estaria sob terror, porque o didata é seu juiz. Ele é que decidirá de sua aceitação na Sociedade e então perde a liberdade. A psicanalista francesa Piera Aulagnier declarou-se horrorizada com isso; ela acha que a análise pessoal é problema do candidato. O que o Sr pensa disso?

— Concordo, em teoria. A análise didática, por juntar análise pessoal e ensino técnico, é viciada, por se identificar com uma análise oficial. Admito que a análise começa viciada. Mas não há uma forma ideal para superar isso. E esse problema não é só da SPRJ, mas de todas as filiadas à IPA (International Psychoanalytical Association, fundada por Freud). Mas essa análise didática tem uma vantagem. Se, por exemplo, o candidato tiver um surto psicótico, o didata diz a ele que pare, que não está em condição de continuar a formação teórica, para evitar fazer bobagens na clínica. Trata-se de preservar também o candidato, de protegê-lo contra as identifi-



ções maciças, as projeções dos clientes, trata-se de proteger sua saúde e evitar que absorva doenças. Então, a separação entre análises pessoal e didática não me parece aconselhável. Essa prática é um mal necessário e decidida de comum acordo com o candidato, num clima de lealdade. A deficiência é superável nas supervisões.

— Parece que a crítica é mais profunda. Na França, por exemplo, o analista é titulado com trabalho teórico e supervisão. A análise pessoal é sigilosa. Jacques Lacan, por exemplo, questionou a didática e foi expulso da Sociedade Psicanalítica de Paris. E parece que, de acordo com o Artigo 11 dos Estatutos da SPRJ, o didata deverá informar ao Instituto de Ensino de Psicanálise (órgão da sociedade) sobre a movimentação do candidato na análise pessoal. É verdade isso?

os quais deverão ser arquivados na pasta do candidato.”

— Há muito se critica o elitismo da psicanálise. A formação profissional, com suas peculiaridades, é longa e dispendiosa. Estamos numa sociedade que investe e quer resgatar seu investimento. A quem será repassada a cara formação? Que tipo de compromisso social o psicanalista assumirá com a classe de privilegiados que lhe paga o privilégio?

— Muito me espanta que se publique nos jornais: uma sessão de análise está custando Cr\$ 5 mil na Zona Sul. Veja bem, esse tipo de crítica só alimenta o que quer criticar. Na nossa sociedade, quem cobra tem prestígio. Quanto mais se chamar a psicanálise de elitista, mais ela terá prestígio, e mais cara será. Mas nós repudiamos

Arquivo 179/80



A reunião que deu início ao processo de exclusão: Wilson Chebabi, Eduardo Mascarenhas e (ao canto, de barba) Hélio Pellegrino criticam a prática elitista da psicanálise, no simpósio promovido pela Clínica Social de Psicanálise, na PUC

— Absolutamente, em hipótese alguma. Há o relato da supervisão, apenas, mas da análise pessoal, em hipótese alguma. Só há uma exceção: em caso de patologia grave do candidato — respondeu Victor de Andrade.

O Artigo 11, página 45, do Regulamento da Formação de Psicanalistas do IEP (Instituto de Ensino de Psicanálise, órgão do SPRJ) diz textualmente o seguinte: “Didatas e supervisores deverão comunicar ao IEP em formulário próprio a ser fornecido pelo Instituto a movimentação do candidato na análise pessoal e nas supervisões,

o modismo. Queremos chamar para nós quem esteja interessado no enriquecimento interno. A psicanálise seria elitista? Aparentemente. Quando um médico clínico cobra Cr\$ 5 mil por consulta, ninguém se espanta. Há intervenções cirúrgicas que custam fortunas, ninguém reclama. Então, a Medicina seria elitista?

— Parece que sim.

— Mas, não. O problema é da sociedade. O sistema é que é elitista. E o preço de uma sessão varia muito, de lugar para lugar, assim como o preço de uma consulta médica. A média hoje na Zona Sul é Cr\$ 1 mil 500 por sessão. Há quem cobre muito mais, mas são exceções. Para esclarecer: não acho que a medicina e a psicanálise sejam elitistas. A psicanálise começou como uma técnica de pesquisa do inconsciente, uma técnica refinada, que se acompanhou dos achados da ciência. Assim, a psicanálise é uma ciência e uma técnica usada em terapia. Suas descobertas, seus achados influenciaram as ciências humanas. Há formas de psicoterapia que só passaram a existir graças à psicanálise, o que se pode comprovar com as denominações de Psicologia Clínica, Psiquiatria Dinâmica etc. Assim, a psicanálise entrou na psiquiatria. Por exemplo, o Portela atende a indigentes no Instituto de Psiquiatria. Ele é psiquiatra e aplica as contribuições científicas da psicanálise, atendendo gente que não pode pagar. Isso é elitismo?

**ASCENÇA**  
em móveis de estilo

Venha conhecer,  
nesta mansão, a maior  
variedade em móveis  
personalizados e do  
mais fino  
acabamento.

Nós, aqui, temos o Serviço de Assistência Psicológica (SAP), onde atendemos pacientes carentes de recursos, em diversos níveis de tratamento psicoterápico, em grupo ou em sessões individuais, por preços simbólicos. Cobramos apenas Cr\$ 150 por sessão, de grupo, e Cr\$ 300, individual. Fazemos isso há 25 anos, desde que a Sociedade foi fundada. Quase todos os colegas dedicam de uma a oito horas semanais a esse serviço.

O Sr Victor Andrade faz uma distinção entre o que chama de psicanálise (o método, em divã, com atendimento de quatro vezes por semana, para "alcançar o grau de aprofundamento contínuo, como quarta Freud") e a psicoterapia de grupo (as "aplicações" da psicanálise). "No Banco do Brasil, por exemplo, fazemos terapia de grupo, terapia breve, terapia de casais e até análise individual com clientes, funcionários que não nos pagam nada, quem me paga é o próprio banco."

— E o apolitismo da Psicanálise, a observação de que os analistas generalizam a postura de neutralidade científica, válida dentro do consultório, para todas as atividades sociais?

— A alienação não é só da psicanálise, mas de qualquer outra profissão. No que se refere à participação política ativista, conheço poucas pessoas. O Hélio Pellegrino faz declarações, eu escrevo. Minha atividade política se expressa, por exemplo, no trabalho que publiquei na Revista Brasileira de Psicanálise, chamado O Quarto Golpe, onde afirmo que o homem tem uma tendência inata ao socialismo, por seus mecanismos psicológicos introjetivos/projetivos. Destaco o impulso altruísta fundamental do homem, e cada vez mais nos meus trabalhos defendo uma aproximação dos temas sociais. Para o 13º Congresso Latino-Americano tenho um trabalho sobre a psicanálise nos países socialistas.

— Há discriminação ideológica dos candidatos na sua sociedade?

— Isso é ridículo. A maioria dos membros da sociedade é de esquerda, não tanto de esquerda, mas liberal. E a epígrafe do meu trabalho é um poema revolucionário do Bispo Pedro Casaldáliga. Em O Quarto Golpe, discuto a gênese do social. Freud falou das injúrias narcísicas sofridas pelo homem: o primeiro, o golpe cosmológico, a descoberta de Copérnico de que a Terra gira em torno do Sol; o segundo, o golpe biológico, com a descoberta de Darwin, de que o homem descende de outros animais; o terceiro, o golpe psicológico, a revelação psicanalítica de que o homem não é só consciência, mas determinado pelo inconsciente; e eu falo no quarto golpe, o social, que acaba com o primado do individualismo, e propõe uma abertura para o socialismo, para o social.

— Há diferenças entre social e socialismo. A que o senhor se refere?

— Socialismo não no sentido econômico, mas psicológico. Meu trabalho é uma condenação explícita do capitalismo, que é uma distorção psicológica. O capitalismo é um sistema narcísista. E hoje assistimos a uma prevalência do social sobre o individual. Esta é a minha posição como presidente da SPRJ, que fiz questão de tornar conhecida dos meus colegas durante a campanha em que pleiteei o cargo. Minha intenção é renovar, e não arrebanhar com a Sociedade, como pretendem Eduardo Mascarenhas e Hélio Pellegrino.

O Sr Victor Andrade admite a validade da crítica de Eduardo Mascarenhas, segundo a qual a psicanálise é ainda artesanal, pré-capitalista. "É isso mesmo, mas sem a conotação pejorativa", disse. "Por isso, teremos que partir para atendimento em massa. Haverá no futuro cada vez menos psicanalistas, que se contentarão em ganhar pouco, como já ocorre em outros países, por causa da crise econômica. As pessoas não terão dinheiro para pagar análise. Por isso, teremos que formar terapeutas para atendimento em escala industrial. Mas, no Brasil, a psicanálise ainda está na fase do boom. Daí, o surgimento de tantas sociedades, nem sempre idôneas."

— O que o senhor chama de sociedade idônea?

— Uma sociedade habilitada a dar formação analítica e que seja filiada à IPA. Considero idôneas: SPRJ, Sociedade Brasileira de Psicanálise do RJ, Sociedade Brasileira de Psicanálise de SP, Sociedade Psicanalítica de P. Alegre, Núcleo Psicanalítico do Recife, Núcleo Psicanalítico de Brasília, todos filiados à Associação Brasileira de Psicanálise, por sua vez filiada à IPA.

— O senhor não chega a acusar de psicopatas quem não pertença a essas sociedades, como teria dito o Dr Leão Cabernite?

— Ele não disse isso. Ele disse que há psicopatas que estão querendo invadir a psicanálise.

— Há alguma insinuação contra o argentino Gregório Barenblitt?

— De modo algum. O Leão se referia a um militar que pretendia formar uma associação de psicanalistas no Rio de Janeiro. Existe muita má vontade contra o Leão, que é uma pessoa inteligente; jamais diria isso. Essa má vontade vem desde 1972, quando ele deu um parecer sobre o exercício da psicanálise, limitando-o a médicos.

— O que o senhor pensa do Projeto Julianelli (que pretende submeter a controle médico profissionais de 13 áreas de saúde)?

— Tem uma falha gritante, além de ser um massacre para os psicólogos. Ele é absurdo, e quanto à psicanálise só diz que não se pode ser analista. O analista mais influente do Brasil hoje é um inglês, Frank Phillips, engenheiro. Ele analisa todos os didatas do Rio e São Paulo.



O presidente da SPRJ atribui as críticas que se fazem à instituição a um problema de inveja. "Temos tradição. As outras sociedades não têm raiz. E a nossa tradição está provada há 80 anos. Somos filhos diretos de Freud. Sabemos onde está a nossa fonte. Por isso, eles tentam nos solapar. Responder nos desgosta. Nosso movimento é sério. Veja que entre os dissidentes de Freud, Jung, Adler, os culturalistas, nenhum deles floresceu como escola. Vai acontecer a mesma coisa com Lacan, quando ele morrer. A IPA, criada por Freud para regulamentar a formação de psicanalistas, estabeleceu normas rígidas de formação psicanalítica, que são mantidas até hoje por todas as filiadas no mundo, inclusive as brasileiras. A psicanálise lida com estrutura da personalidade. Para ser psicanalista, é preciso ter uma estrutura de personalidade muito sólida para poder trabalhar em terreno tão profundo. É possível que algumas pessoas, mesmo sem jamais terem tido experiência psicanalítica, tenham tais características de personalidade. Mas não podemos saber quem tem e quem não tem. Então, se já existe uma instituição com quase 80 anos de tradição dedicados à formação de psicanalistas, o mais natural é confiar de imediato nessa instituição. Outras instituições poderiam também ter pessoas de valor e de solidez psíquica capazes de ministrar formação psicanalítica. É possível, mas, neste caso, seria conveniente averiguar em que fontes essas pessoas receberam a sua formação, para não termos que nos lançar no escuro. Aqui mesmo no Rio temos uma instituição de longa tradição, o Instituto de Medicina Psicológica, dito culturalista, que desde o início forma analistas e, apesar de nunca ter-se filiado à IPA, merece nossa confiança. As demais desconheço."

— Houve casos outros de exclusão de analistas na sua sociedade?

— Só vou falar dos mortos. Catarina Kemper desligou-se por problemas de convivência com a instituição. Gerson Borsoy também. Pellegrino e Mascarenhas, por não estarem dentro, participando da sociedade, pedimos que se desligassem.

— Por que a resposta drástica, de exclusão dos dois analistas, após terem exercido seu direito de crítica? Por que a exclusão, se não há incompatibilidade de princípio com as idéias do presidente da instituição?

— Eles criticaram do lado de fora.

## A CRISE NA PSICANÁLISE

## A SOCIEDADE PSICANALÍTICA DIZ QUE AINDA NÃO EXPULSOU PELLEGRINO E MASCARENHAS

*Ciléia Gropillo*

"Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas ainda não foram excluídos da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro." É o que garante o Dr Victor Manuel de Andrade, presidente da entidade, depois de haver participado da reunião sigilosa do Conselho Consultivo da Sociedade, realizada terça-feira à noite, para tomar uma decisão sobre as críticas — consideradas aéticas pela presidência — feitas por Pellegrino e Mascarenhas. Segundo o psicanalista Hélio Pellegrino, essa reunião oficializaria a sua expulsão — e a de Mascarenhas — da Sociedade, decisão que já teria sido comunicada a ele e a seu colega, em caráter oficioso. Victor Manuel de Andrade contesta:

— O processo está apenas em fase de andamento. Não podemos tomar uma decisão precipitada. Semana que vem, teremos outra reunião, que poderá ser decisiva ou não.

**A** entrada de dois senhores mais idosos suscitou comentário de uma jovem analista:

— Está presente toda a liderança.

Não estava. Dos sete membros do Conselho Consultivo da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro — Victor Manuel de Andrade, presidente da entidade, Fábio Leite Lobo, Maria Manhães, Adolfo Hoirich, Leão Cabernite, Jacob Azulay e Luis Gulmarães Dallheim — um não compareceu. E não foi a Dra Maria Manhães, porque havia uma mulher presente à

reunião. O Dr Victor Manuel de Andrade negou-se a declinar o nome do faltoso. Depois de uma hora e 45 minutos de reunião sigilosa, só quis informar que o Conselho não chegou ainda a qualquer conclusão:

— O processo está em fase de andamento. Primeiro, temos de levar as resoluções ao órgão executivo, a diretoria da Sociedade, a quem cabe executar.

Segundo o Dr Victor, fatos novos surgiram, retardando uma decisão:

— A diretoria vai examinar o caso cuidadosamente, e só então o Conselho voltará a opinar. Semana que vem, tal-

Continua na página seguinte.

vez haja uma outra reunião. Estamos numa atividade febricitante, por causa do 25º aniversário da Sociedade, e pode ficar difícil reunir todos os membros novamente.

Entre os fatos novos apontados pelo Dr Victor Manuel de Andrade está uma nota publicada pelo JORNAL DO BRASIL, da qual ele não sabe a origem e que divulga a exclusão dos psicanalistas e a contratação de advogados pelos implicados no caso:

Todo o processo é muito delicado e não podemos tomar uma decisão precipitada. Milito na Sociedade há 15 anos e essa é a primeira vez que nos defrontamos com um caso assim. Sobre a exclusão dos colegas, a Sociedade não se pronunciou ainda. Estamos a par dos acontecimentos, como todo mundo, pela imprensa. Por enquanto, prefiro não comentar os motivos que nos levaram a convocar essa reunião. Também não gostaria de divulgar o nome dos colegas do Conselho, pois não estou autorizado a tanto. O noticiário veiculado pela imprensa cria um clima muito desagradável dentro da Sociedade, porque temos como princípio, em primeiro lugar, comunicar à Sociedade todas as resoluções tomadas pelo Conselho Consultivo. Como as coisas estão correndo, os colegas ficam desorientados.

Antes da reunião sigilosa, realizada a portas trancadas numa sala interna do prédio

da Sociedade e iniciada pontualmente às 21h30m, houve outra, para exame de um caso clínico e aberta, no auditório, a mais participantes. Muitos integrantes da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro estavam presentes. Entre abraços de confraternização, palavras de apreço e conversas amenas ao redor de xicaras de cafezinho, comentavam o dia-a-dia no trabalho, teses a ser publicadas, marcavam encontros e combinavam almoços. Poucos, muito poucos, comentavam — veladamente e olhando para os lados — a exclusão de Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas da Sociedade, e sem citar-lhes os nomes. Desconfiados de que poderiam estar sendo ouvidos por pessoa estranha — “acho que tem um repórter aí”, disse um deles — os psicanalistas que formavam o grupo de estudo do caso clínico resolveram fechar a janela que dá para o corredor de entrada.

Nada mais se ouviu até o final da segunda reunião, a sigilosa, quando o Dr Victor Manuel de Andrade, depois de dizer que ainda não se chegou a qualquer decisão sobre o caso Hélio Pellegrino-Eduardo Mascarenhas, voltou a falar do comportamento dos dois psicanalistas:

— Os comentários feitos e divulgados desagradaram à massa da Sociedade. O Conselho não partiria para nenhuma ação se não houvesse uma manifestação generali-

zada. Não houve abaixo-assinado nem nada oficial, mas não poderíamos deixar passar as críticas sem analisar o problema. É incomum colegas criticarem outros colegas. Entre nós esse procedimento é chocante. Não sabemos conviver com ataques entre nós mesmos. Soam como algo muito fora do comum ao nosso contexto. Temos como norma tratar de todos os assuntos de interesse da Sociedade em congressos psicanalíticos ou no plenário da Sociedade. Quando as críticas vêm de outras instituições, nós as absorvemos bem. Quando partem de colegas, encaramos o fato como uma atitude pouco ética. Não gostaria de entrar em polêmica com os colegas, mas quero deixar bem claro que não considero os membros do Conselho gerontocratas, apesar de alguns deles terem idade avançada. Eles me elegeram e confiaram a presidência a um psicanalista mais jovem, cuja posição liberal é pública e declarada. Se o fizeram é porque aceitam a renovação e eu respeito a experiência e a sabedoria desses colegas mais velhos, quatro deles ex-presidentes da Sociedade. Os dois membros da Sociedade envolvidos no caso estão um pouco afastados do nosso convívio e nós imaginamos até que queiram se desligar. Essa é a nossa impressão. Semana que vem teremos outra reunião, que pode ser decisiva ou não. Tudo depende dos fatos apresentados.

Continua na página seguinte.

## OS NOVE GRUPOS DO RIO

**O**S nove núcleos que congregam os psicanalistas do Rio de Janeiro nasceram a partir do trabalho implantado aqui por Werner Kemper e Mark Burk, em 1949. Incumbidos de estabelecer a formação psicanalítica no Rio, eles optaram pela base freudiana, que até hoje vigora, embora algumas instituições apresentem divergências quanto à formação de seus seguidores, não estando muitos grupos representados nessas instituições, por motivos considerados "psicopolíticos", vistos pelo Dr. Horus Vital Brasil, membro didata do Instituto de Medicina Psicológica do Rio de Janeiro, "como um obstáculo ao desenvolvimento da psicanálise como ciência, uma mediocridade política de dissensão menor e divisão do movimento psicanalítico".

Para Margit Norell, psicanalista sueca que esteve no Rio ano passado, a convite do Círculo Psicanalítico, Freud desenvolveu um trabalho pioneiro, foi um homem do seu tempo, "mas as coisas mudaram".

Essas mudanças de que fala a psicanalista sueca podem ser sentidas através das diversas posições adotadas, no Rio, pelas sete instituições psicanalíticas, o que para Anna Katrin Kemper, já falecida, mulher de Werner Kemper e co-fundadora do Círculo de Psicanálise do Rio de Janeiro, sempre traz contribuições importantes à psicanálise. Freudiana, dando pouca importância à ortodoxia e aberta a todas as manifestações, o traço característico de sua personalidade era o inconformismo, o que motivou a sua saída de duas sociedades psicanalíticas.

Esse movimento de renovação é sempre discutido, no

mundo inteiro, pelas diversas correntes de psicanálise, que no Rio estão representadas pelas duas instituições filiadas à IPA — International Psychoanalytical Association (fundada por Freud) — que congregam a maioria de psicanalistas do Rio, e por mais nove sociedades. Essas sociedades são as seguintes:

### **Instituto de Medicina Psicológica**

Foi o primeiro instituto a aceitar psicólogos para formação psicanalítica. Seus seguidores acreditam que a psicanálise deve sair do confinamento para campo aberto, com uma visão mais ampla das principais correntes, controlando, porém, a qualidade de trabalho efetuado.

### **Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro — filiada à IPA**

Tem base freudiana e atualmente admite psicólogos para formação psicanalítica.

### **Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro**

Apesar da base freudiana, trabalha na linha kleiniana, o que mostra sua divergência teórica com a sociedade anterior, ambas de formação reconhecidamente cara e demorada.

As duas sociedades, apesar das divergências teóricas reconhecem uma a outra e se respeitam.

### **Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro**

Foi fundado por Katrin Kemper e Hélio Pellegrino, trabalhando com base em Freud, Melaine Klein, Fairbairn e Winnicott. Admite graduados em Medicina ou Psicologia.

### **Instituto Brasileiro de Psicanálise, Grupos e Instituições**

Foi criado com a preocupação de recuperar a cientificidade da psicanálise, diante da impossibilidade de praticar a psicanálise hoje, sem a

formação multidisciplinar simultânea e porque seus membros acharam indispensável a procura de aplicações técnicas da teoria psicanalítica capazes de prover serviços preventivos, educativos e curativos à totalidade da comunidade.

### **Sociedade de Estudos Psicanalíticos Latino-Americanos — SEPLA.**

Ao lado de Freud, Melaine Klein, autores ingleses, e Lacan, principais diretrizes da sociedade, existem grupos de estudos sobre História do Brasil, Antropologia, História da América, Sociologia e Linguística.

### **Instituto Freudiano de Psicanálise**

Diferente das outras instituições, não possui diretoria ou presidentes. As decisões são tomadas em assembleias, que são soberanas e o grupo fundador está-se autoformando em psicanálise, conscientes de que não precisam se filiar à IPA para existir profissionalmente.

Além dessas, existem sociedades que não trazem o nome psicanálise, mas que são constituídas por psicanalistas, como a Sociedade de Psicologia Clínica e o Instituto de Psicologia Clínica.

### **Instituto de Psicologia Clínica**

Tem como ideologia permitir um aprofundamento da psicanálise, entendendo-a como um instrumento para a realização de um determinado conceito de saúde mental. Grande parte da confusão que se formou em psicanálise, segundo os conceitos dos membros do Instituto, decorreu do desejo de defini-la formalmente, e não como um instrumento voltado para o preenchimento de um objetivo. Essa falta de clareza teria levado a uma definição meramente formal na psicanálise, paralisando seu desenvolvimento histórico.

Continua na página seguinte.

# O QUE É UMA SOCIEDADE IDÔNEA?

Roberto Mello

**P**ARA o presidente do Instituto de Psicologia Clínica, Luís Cesar de Miranda Ebraico, "uma divergência ideológica não explicitada" é o que explicaria a confusão em torno da exclusão dos analistas **Hélio Pellegrino** e **Eduardo Mascarenhas**. "Que os responsáveis pela SPRJ assumam a sua ideologia. Agir segundo ela é legítimo, toda instituição tem ideologia. A instituição não deve envergonhar-se de agir segundo sua definição própria e não pedir aos discordantes que o façam em seu nome."

"O critério de idoneidade defendido pelo presidente da SPRJ", acrescentou, "é baseado na ignorância. É no mínimo paradoxal, porque ele mesmo diz que desconhece as sociedades que não são filiadas à IPA. Nesse caso, como declarar que não são idôneas? Essa tendência de considerar que nós somos os bons e os outros ruins é que foi atingida pelas críticas de Pellegrino e Mascarenhas. Os dois analistas excluídos mostraram o quanto de ruim havia na SPRJ e a instituição teve pouca capacidade de receber as críticas."

"Além disso", continuou, "é insuficiente definir idoneidade psicanalítica por mera filiação. A prova foi o que aconteceu com um comitê formado pela American Psychoanalytical Association encarregado de definir a técnica psicanalítica pura: depois de seis anos de estudo, o comitê se dissolveu, por não ter conseguido seu objetivo."

■ ■ ■

Luiz Paiva de Castro, da SEPLA (Sociedade de Estudos Psicanalíticos Latino-Americanos) afirmou que a possível punição dos analistas **Hélio Pellegrino** e **Eduardo Mascarenhas** é decisão interna da Sociedade a que pertencem. Discordou, porém, do critério defendido pelo presidente da SPRJ para definir instituição psicanalítica idônea:

"As leis são omissas até para a definição do que seja psicanálise, nem se sabe ainda se ela é, em termos legais, uma especialidade médica. Do ponto-de-vista jurídico, qualquer sociedade que possua registro e alvará é habilitada. O critério defendido pelo presidente da SPRJ é, além de tudo, inconstitucional. O Projeto 729/75, do Deputado Célio Marques dos Santos, pretendeu definir o que é uma sociedade psicanalítica em termos de filiação à ABP (Associação Brasileira de Psicanálise), e, por conseguinte, à IPA. No dia 13/8/75, foi rejeitado e arquivado na Câmara, por inconstitucional. Se fosse aprovado seria algo assim como o MEC ser subordinado à escola inglesa de psicanálise."

■ ■ ■

"A psicanálise é ciência ou religião? Se for religião, tudo bem, o Sr Victor Manuel de Andrade tem razão de usar o critério burocrático de aferir a idoneidade de uma sociedade psicanalítica por sua filiação à IPA, fundada por Freud. Essa história dos herdeiros de Freud parece com a definição do Papa como legítimo sucessor de São Pedro. A psicanálise poderia ser uma herança de sangue, uma herança genética, transmissível por cromossomos? Se é assim, tudo bem, não há o que discutir."

O psicanalista Luiz Fernando de Melo Campos, do Ibrapsi (Instituto Brasileiro de Psicanálise, Grupos e Instituições), ao responder à afirmação do presidente da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro, segundo a qual só são idôneas as sociedades filiadas à IPA (a exceção aberta foi para o Instituto de Medicina Psicológica), sustenta que a situação muda, se a psicanálise for entendida como ciência.

"O critério do Ibrapsi para medir a idoneidade científica de qualquer sociedade é a sua produção científica, e isso nós temos para dar, vender e emprestar. Vamos ver o que está escrito. Nossos trabalhos, nossos congressos são abertos, os da SPRJ são fechados. Para que um conhecimento seja científico, é necessário que seja público, senão vira ciência oculta, quem sabe produzida por sociedades secretas. O Ibrapsi começou publicando o seu conhecimento. E é curioso que os dois analistas, **Hélio Pellegrino** e **Eduardo Mascarenhas**, que têm produção científica publicada, sejam expulsos de sua Sociedade."

■ ■ ■

O presidente do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro, João Carlos Serra, estranhou que os médicos **Hélio Pellegrino**, **Eduardo Mascarenhas** e Wilson Chebabi tenham sido punidos pela SPRJ por terem exercido o direito de crítica fora de sua instituição. "A meu ver", diz Serra, "trata-se de um velho erro do corporativismo, que mantém fechadas instituições de interesse público." Na sua opinião, é também um erro da classe médica, responsável por relativo descrédito dos médicos junto à opinião pública. Propôs, então, que a SPRJ "se abra, como um todo, para discutir questões tão relevantes e respeite o direito de crítica dos colegas". A propósito, o Sindicato divulgou a seguinte nota:

"O Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro, ao tomar conhecimento das punições sofridas pelos colegas **Hélio Pellegrino**, **Eduardo Mascarenhas** e Wilson Chebabi, por veicularem críticas a instituições psicanalíticas em palestra pública e sobre a qual foi publicada reportagem na imprensa local, vem estranhar o fato e solicitar maiores esclarecimentos da entidade coatora.

Assim procedemos por julgar que a livre manifestação do pensamento e o direito de crítica são princípios fundamentais da democracia e da harmoniosa convivência entre os homens. As discussões formais, acadêmicas, enclausuradas dentro das entidades médicas talvez tenham sido um dos fatores que levaram essa classe a uma perda de crédito, a uma certa desconfiança por parte da opinião pública em relação a tal tipo de atitude.

Aguardamos maiores informações sobre os acontecimentos para firmarmos uma posição ainda mais clara. No entanto, desde já tornamos pública esta manifestação por julgarmos que o assunto extrapolou o âmbito institucional, na medida em que alguns colegas constituíram advogados para defender seus direitos na Justiça.

Lamentamos ainda que o Conselho Regional de Medicina, órgão que deveria discutir tais questões, continue sob intervenção, obrigando os médicos a procurarem a Justiça comum para julgar seus problemas éticos." A nota é assinada por João Carlos Serra.

---

## Psicanalistas se entendem

O presidente da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro, Victor Manoel Andrade, anunciou ontem que os 90 membros da instituição, reunidos em sessão plenária, decidiram "propor ao Conselho Consultivo o arquivamento do processo" de expulsão dos analistas **Helo Pellegrino** e **Eduardo Mascarenhas**, acusados de criticarem a Sociedade em público. O Conselho dará a palavra final dentro de 10 dias.

Terminada a reunião, houve diálogo entre Pellegrino e Andrade: "O que achou?", perguntou Pellegrino. "Correu tudo bem, em harmonia, mas vocês levaram uma imprensa-da, hein?", respondeu o presidente da Sociedade. "É, fomos imprensa-dos. Mas vocês também foram", disse Pellegrino.

## Caderno B

---

# A CRISE ESTÁ ARQUIVADA

Ciléa Gropillo

A Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro, depois de uma longa e secreta reunião, da qual participaram cerca de 90 de seus membros, decidiu propor ao seu Conselho Consultivo o arquivamento do processo de exclusão de seus quadros dos Drs Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas, segundo afirmou o presidente da instituição, Dr Victor Andrade. Caso encerrado? Não exatamente. Uma crise de certo chega ao fim com a solução proposta, mas as idéias lançadas pelos dois médicos — que um de seus colegas classifica de “importante pelo que trazem de vanguarda e reestruturação” — talvez marquem o início de uma nova etapa não só para a Sociedade, mas para toda a classe.

**A** TÉ as 22 horas os portões de metal prateado da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro ficaram abertos para receber os participantes da sessão plenária convocada pela Diretoria. Em pauta uma questão importante: saber-se ou pelo menos ter-se uma visão geral do pensamento e posição de seus membros sobre a exclusão de seus quadros dos Drs Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas.

Sem tumulto, cerca de 90 psicanalistas assistiram à sessão, vedada a qualquer pessoa estranha à Sociedade. Durou quatro horas e foi uma das mais longas dos 25 anos de existência da Sociedade. Alguns psicanalistas retardatários foram surpreendidos pelos portões fechados com grossas correntes e um sólido cadeado, garantia do sigilo e da impenetrabilidade que a ocasião parecia exigir.

Três desses retardatários procuraram ver, pelo buraco da



Dr Victor Manuel de Andrade, presidente da Sociedade, falou pelos que preferiram guardar silêncio: a solução está a caminho

fechadura, o que se passava lá dentro. Inseguros, tímidos, tocavam levemente a campainha na esperança de atrair a atenção do zelador Fernando, que acabou abrindo a porta. O último psicanalista a chegar nem ao menos tentou se fazer ouvir: desistiu assim que percebeu que o grupo formado na entrada não era de colegas seus.

Com as janelas fechadas, por causa do ar-condicionado, a reunião se realizou em ambiente tranqüilo, o que vários de seus participantes confirmariam depois. Só depois de três horas de debates uma ou outra palavra mais exacerbada era ouvida, mas logo os apaziguadores entravam em cena e restabeleciam a calma. Do lado de

fora, o som do ar-condicionado ligado, um carro que eventualmente passava na rua deserta, uma voz aqui e ali eram praticamente os únicos ruídos ouvidos. Como a frase proferida por um bêbado que gritou lá para dentro:

— Minha cabeça é muito melhor que a de vocês!

A uma e meia da manhã, saiu o primeiro participante da reunião. Desconfiado, partiu quase correndo. Foi alcançado na esquina, mas pediu para não ser entrevistado.

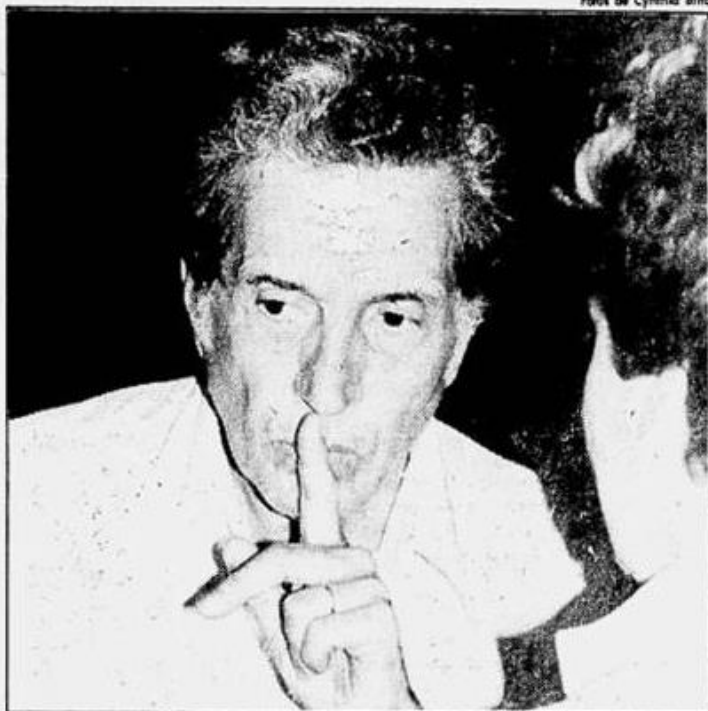
— Espere o final da reunião, que não demora.

Aparentando tranqüilidade, a maioria com um sorriso nos

Continua na página seguinte.



Fotos de Cynthia Brito



Hélio Pellegrino, tenso mas satisfeito, acredita que o momento é de abertura também na psicanálise

lábios, os psicanalistas entregaram-se a uma apressada debandada. A maior parte não queria falar, sugerindo uma entrevista com o Dr Victor Manoel Andrade, presidente da Sociedade. Foi justamente ele quem esclareceu:

— A sessão plenária, num consenso geral, propôs ao Conselho Consultivo o arquivamento do processo. A decisão caberá ao Conselho. Outra reunião será convocada nos próximos cinco, 10 dias. Farei os contatos logo para que todos possam comparecer.

Já entrando na Brasília branca estacionada em frente ao prédio, ele se voltou para trocar algumas palavras com o Dr Hélio Pellegrino. Este, emo-

cionado, deixava o prédio naquele exato instante:

— O que achou? — perguntou Pellegrino.

— Correu tudo bem, em harmonia, mas vocês levaram uma impensada, hein? — respondeu o Presidente da Sociedade.

— É, fomos impensados. Mas vocês também foram.

A Brasília branca partiu e Pellegrino, tenso, mas visivelmente satisfeito, começou a dizer que "as coisas estão melhorando".

— E vão ficar ainda melhores — acrescentou.

Neste momento foi interrompido pela Dra Maria Pereira Ma-

nhães, membro do Conselho Consultivo, que sorriu e disse:

— Assim vai ser pior, Pellegrino.

Durante a saída apressada, quase todos perdiam a identidade: não havia nomes nem rostos, poucos querendo se apresentar.

Nem mesmo os Drs Castellar Pinto, Rubens Molina e Wilson Chebabi, conhecidos por suas posições mais abertas, atenderam ao pedido dos repórteres. Já distante do portão — e responsabilizando a Imprensa pela crise deflagrada dentro da Sociedade — o Dr Jorge Ernesto Chunha foi o primeiro psicanalista a fornecer uma idéia do que aconteceu na reunião sigilosa:

— Estamos caminhando para uma integração pacífica. Lamento muito que isso, para vocês, não seja boa notícia. Provavelmente vocês gostariam de mais controvérsias para alimentar a curiosidade das pessoas. Tivemos oportunidade de falar, com alguma restrição de tempo. Mas todos que usaram a palavra foram pelo arquivamento do processo. Foi um momento importante na história da Sociedade. Do atrito nascem novas idéias. A evolução se faz dessa maneira. Hélio e Eduardo são importantes pelo que trazem de vanguarda e reestruturação.

Em menos de 15 minutos a rua estava vazia. A maioria foi para casa descansar depois de um dia de trabalho e muitas horas de reunião. Apenas os Drs Hélio Pellegrino, Eduardo Mascarenhas, Inês Besouchet, Fábio Lacombe, Carlos César Castellar Pinto, Rubens Molina e Wilson Chebabi preferiram dar uma esticada "para relaxar". O local escolhido foi a Taberna Atântida. O relaxante, alguns chopinhos.

## Retratação

Mais uma bomba nos mecos psicanalíticos da cidade.

**Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas** haviam sido excluídos da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro por terem denunciado o caráter elitista da prática da psicanálise entre nós, assim como a predominante postura conservadora das instituições psicanalíticas.

Mais tarde foram reintegrados nos seus direitos societários, após debate público sobre a punição que os atingira.

■ ■ ■

Agora o Conselho Consultivo da SPRJ para justificar o seu recuo, e tentando negar qualquer arranhão em sua autoridade, resolveu atribuir a reintegração dos psicanalistas Pellegrino e Mascarenhas a uma retratação de ambos, que não foi feita.

Indignados, os dois profissionais vão interpelar a direção da SPRJ, para que produza prova de retratação que ela afirma existir, e na qual se teria baseado, para rever a punição antes decidida. Para tanto já autorizaram o advogado Sérgio Bermudes a tomar as medidas judiciais que o caso comporta.

■ ■ ■

Para Pellegrino e Mascarenhas, atribuir a alguém uma retratação inverídica, que implique desmentido de princípios éticos ou de valores articulados a um sistema de crenças, constitui forma grave de injúria, pela qual vão responsabilizar a direção da SPRJ.

## *Sociedade pune Pellegrino e Mascarenhas*

Através de um ofício com três parágrafos, datado de 27 último, os psicanalistas **Hélio Pellegrino** e **Eduardo Mascarenhas** tomaram conhecimento, ontem, de que foram expulsos da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro. Ambos já contrataram um advogado, e Hélio Pellegrino ironizou: "Eu me senti como a viúva de Mao, só que não havia um prazo para me retratar."

**Hélio Pellegrino** e **Eduardo Mascarenhas** foram punidos porque, no dia 23 de setembro do ano passado, o JORNAL DO BRASIL publicou a reportagem *Os Barões da Psicanálise*, onde ambos faziam duras críticas às sociedades psicanalíticas, aos analistas ("90% não leram a obra de Freud") e ao falso apoliticismo dos terapeutas. (Caderno B)

# JORNAL DO BRASIL

Rio de Janeiro □ Quinta-feira, 29 de janeiro de 1981

## REABERTA A CRISE NA SOCIEDADE PSICANALÍTICA



Vitor Manoel Andrade, presidente da Sociedade, recusa-se a falar sobre as expulsões



Eduardo Mascarenhas: a conferência que lhe valeu a expulsão

# PELLEGRINO E MASCARENHAS SÃO EXPULSOS DE VEZ

Fritz Utzeri

**O**s psicanalistas Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas tomaram conhecimento, ontem, de sua expulsão da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro, através de um ofício de três parágrafos, datado de 27 de janeiro, e assinado pelo presidente da Sociedade, Vitor Manoel Andrade. A decisão, consumada, de expulsar os dois terapeutas é o seguimento de uma crise iniciada em 23/09/80, com a publicação no JORNAL DO BRASIL de uma reportagem sob o título, Os Barões da Psicanálise.

No texto, que reproduzia um simpósio da Clínica Social de Psicanálise realizado na PUC, Pellegrino e Mascarenhas faziam duras críticas às sociedades psicanalíticas (sem particularizar); aos analistas: "Noventa por cento dos psicanalistas não leram a obra de Freud" e ao "falso apolitismo" dos terapeutas: "Uma má fé, uma omissão que só serve aos interesses do status quo".

começa na própria estrutura da Sociedade, onde dos 170 membros apenas 23 votam e somente oito constituem o Conselho Consultivo, responsável pela punição. O presidente da Sociedade, Vitor Manoel Andrade foi procurado, mas não quis comentar o assunto, recolhendo toda a roupa: "É um problema interno que não gostaríamos de ver refletido na imprensa porque repercute mal, sobretudo nos pacientes. Futuramente... quem sabe?"

"A conduta da burocracia dirigente da SPRJ, pelas grosseiras mentiras de que é tecida, seria cômica se não fosse trágica, isto é, se não comprometesse a dignidade e a seriedade da psicanálise entre nós", afirma Hélio Pellegrino.

Ele lembra que na reunião plenária da Sociedade, realizada em 21 de novembro, tanto ele como Eduardo Mascarenhas se pronunciaram. O discurso de Mascarenhas começa textualmente assim: "Quero, logo de saída, deixar bem claro um ponto. Hélio Pellegrino e eu não estamos aqui na condição de réus, nem vocês na de nossos juizes..."

"Não estamos aqui, pois, nem para

cracia roupa suja não se lava somente em casa".

Depois de afirmar que não confundia a Sociedade com os eventuais ocupantes de sua direção, Mascarenhas manifestava e reafirmava sua divergência estatutária e seu propósito declarado de estender o voto a todos os associados da SPRJ, "como única forma de garantir representatividade e legitimidade ao poder institucional". E prosseguia: "Expõe (Hélio Pellegrino) também o nosso mais enérgico repúdio ao rito sumariíssimo e sem o agrado direito de defesa que nos condenou à morte institucional, rito esse que transgredia até os mais elementares direitos garantidos pela Constituição brasileira".

Mascarenhas, durante a reunião plenária, reafirmou suas críticas, dentro e fora da Sociedade, ressaltou — em tom sarcástico — suas divergências e as de Hélio Pellegrino com os detentores do poder na Sociedade: "Nossos conflitos com os detentores do poder institucional e desses conosco, além de políticos, também são estéticos, literários, eróticos, poéticos e até coreográficos".

Na mesma reunião, Hélio Pellegrino

se qualqu  
o parecer  
deveria s  
Andrade  
rio a em  
sobre a e  
nhas e P  
notícia f  
imprensa  
ta 10 dia  
president  
evaava a  
posta pa  
Latino-A

**A**

Continua na página seguinte.

"Uma má fe, uma omissão que só serve aos interesses do status quo".

O processo foi muito tumultuado e cheio de avanços e recuos. No dia 8 de outubro eles foram informados da expulsão pelo Conselho Consultivo. A medida foi, depois, desmentida pelo presidente da SPRJ em entrevista aos jornais. No dia 1º de dezembro, após uma reunião plenária onde os psicanalistas opinaram pelo arquivamento do caso, Pellegrino e Mascarenhas tomaram conhecimento de uma circular na qual lhes era atribuída uma "retratação" e cancelada a punição (desmentida em público).

Indignados, ambos contrataram o advogado Sérgio Bermudez para que a Sociedade provasse essa retratação. "Eu estava me sentindo como a viúva de Mao, só que no meu caso não havia um prazo para me retratar, eles já tinham feito isso", ironiza Pellegrino. Agora, com a expulsão confirmada a causa prosseguirá, pois os analistas dizem-se dispostos a defender o direito constitucional de expressar livremente suas opiniões.

A decisão de punir os analistas parece ter sido tomada porque eles lavaram roupa suja "fora de casa". Uma "roupa suja" que — segundo os excluídos —

"Não estamos aqui, pois, nem para pedir clemência, nem para sensibilizá-los nas suas benevolências. Nossa sociedade não é uma ação entre amigos e muito menos um colégio particular onde se ensina Psicanálise, composto por donos legalmente reconhecidos por um lado e por outro por alunos e frequentadores sem qualquer direito. Nem é mais aquele pequeno grupo, quase familiar, de pioneiros. De modo nenhum. A SPRJ é uma sociedade civil, legal e estatutariamente constituída por todos os seus membros. Ninguém é dono dela, nem ela é propriedade de nenhum subgrupo, porquanto, juridicamente, pertence a todos nós, inclusive às mais irrelevantes minorias", acrescentava Eduardo Mascarenhas.

"Instituições verdadeiramente psicanalíticas são instituições democráticas e instituições democráticas não se caracterizam pelo segredo ou sigilo, mais próprios do despotismo ou do arbítrio. Instituições verdadeiramente psicanalíticas nada têm a temer frente à opinião pública e, por consequência, só podem acolher com serenidade e simpatia a presença da justiça ou da imprensa. Como dizia recentemente pelos jornais, numa demo-

poéticos e até coreográficos".

Na mesma reunião, Hélio Pellegrino diagnosticava: "O que houve, e está havendo, afinal, na SPRJ? Uma crise institucional grave — eis a resposta — reveladora de uma patologia institucional, cujo sintoma consiste no exercício de um poder que é antidemocrático e fere as regras básicas da boa convivência societária".

Pellegrino lembrou a reunião do Conselho Consultivo ocorrida no dia 30 de setembro, sem a presença dele e de Mascarenhas, e o aviso da exclusão, feito dia 8 de outubro. Depois de lembrar que pronunciou um "discurso tempestuoso", o analista afirma seu ponto-de-vista a respeito da estrutura de poder na SPRJ: "É preciso ultrapassar, em termos limpidamente democráticos e institucionais, o clima punitivo, minorizante e atemorizante que o tem caracterizado". Defendeu ainda a extensão de voto a todos os associados e mecanismos para a defesa dos candidatos a analista "sem vez e sem voz" que, a seu ver, "tornam-se institucionalmente incapazes de fazer, quando necessário, uma discriminação hábil entre o analista didata e os poderes e desejos da instituição".

No final da reunião, sem que houves-

reunião de  
vo reexam  
esteve em  
suas decia  
21/10/80 co  
retirar a p  
tutos, por  
dade e a s  
pela impre  
Andrade, J

Mas já  
os membro  
bido uma  
assunto. N  
to afirmav  
e Mascaren  
há express  
pronuncia  
do que de  
servar aos  
Hélio Pelle  
declaração  
mas tamb  
teriores p  
merecedor  
por conten  
servirem a  
detratores  
te mome  
podemos  
des desta

Arquitos 23/9/80



Hélio Pellegrino, também expulso, recorrerá à Justiça

se qualquer sombra de retratação e após o parecer da assembleia de que o caso deveria ser arquivado, o Dr Vitor Manoel Andrade comprometeu-se com o plenário a emitir um julgamento definitivo sobre a exclusão de Eduardo Mascarenhas e Pellegrino no prazo de 10 dias. A notícia foi amplamente divulgada pela imprensa na ocasião. Não houve resposta 10 dias após e, dia 6 de novembro, o presidente da SPRJ escreveu uma carta evasiva ao Dr Pellegrino adiando a resposta para depois do XIII Congresso Latino-Americano de Psicanálise.

**A** surpresa viria no dia 4 de dezembro, quando Pellegrino e Mascarenhas receberam uma carta lacônica nos seguintes termos textuais: "Prezado Colega, Em reunião de 26/11/80, o Conselho Consultivo reexaminou a questão em que V Sa esteve envolvido e decidiu considerar suas declarações na Reunião Plenária de 21/10/80 como retratação suficiente para retirar a penalidade prevista pelos esta-

dente da SPRJ. Já na primeira lauda afirmam, a respeito da "retratação", que "a carta de V Sa, no seu desrespeito à verdade dos fatos, chega aos limites da imprudência e da calúnia".

E continuou: "Examinemos essa surpreendente e escandalosa afirmativa. Quem se retrata se desdiz, volta atrás, reconhece, por motivo nobre ou espúrio erro ou dolo num julgo ou numa profissão de fé, antes proferidos e, através da retratação, assume de público sua falsidade". Depois de tecer novas considerações sobre o ato de retratação, a carta dos analistas segue: "Nossa participação na crise da qual fomos protagonistas, na SPRJ, só pode ser compreendida na medida de nossa disposição de defender e exercer, mesmo ao preço de tensões e sacrifícios pessoais, o direito à livre expressão do pensamento, à crítica a céu aberto, à discordância embora acalorada, a serviço do progresso da psicanálise e do aperfeiçoamento institucional da SPRJ".

Os analistas desafiaram, logo em se-

caderno

B

seja usado contra colegas pelo Conselho Consultivo de uma sociedade psicanalítica, sem qualquer tipo de prova que lhe pudesse, ao menos, conferir um vislumbre de veracidade".

A carta de Pellegrino e Mascarenhas ao presidente da SPRJ é extensa e num de seus trechos, os analistas estranham a diferença de atitude da Sociedade, que não hesitou em excluí-los, enquanto vem ignorando sucessivas denúncias contra um candidato acusado desde 1973 de ter participado de torturas a presos políticos. "Esse silêncio que se negou e se nega a apurar o que quer que seja, e que, nesta medida, pode estar acobertando uma impunidade absolutamente contrária à ética psicanalítica e médica, contrasta de maneira solar com o apodamento com que o CC nos atrai a suspeição de estarmos a serviço da "inoculação sub-reptícia de ideologias alheias à psicanálise".

O problema dos candidatos também é tratado, ressaltando-se novamente a dependência dos analistas em formação, "reduzidos ao nível de infantes". Essa dependência total é fortemente criticada pelos analistas: "Ora, a análise didática, tal como é praticada na SPRJ é, em sua essência, um fato institucional e não tem nenhuma possibilidade de resguardar sua dimensão e integridade estritamente analíticas. O didata é, ao mesmo tempo, analista, docente, burocrata da instituição, exercendo com freqüência funções administrativas e, por fim, juiz do candidato, uma vez que sua palavra é decisiva para que este obtenha o título de analista. O candidato realiza, portanto, uma análise intimamente tramada no tecido da instituição."

Ao mesmo tempo em que enviavam a carta, os psicanalistas voltavam a procurar o advogado Sérgio Bermudes para que este exigisse que o Conselho Consultivo da SPRJ provasse a retratação afirmada na carta e na circular distribuída aos sócios. Ontem, ainda sem saber de seu desligamento, Pellegrino recebeu o repórter em seu consultório e batendo na almofada do divã, sentenciou: "O que parece estar acontecendo é que a onipotência, tão duramente questionada aqui, está aparecendo na instituição, que se torna assim uma forma de resistência ou de doença do analista. Há

Continua na página seguinte.

retirar a penalidade prevista pelos estatutos, por declarações ofensivas à Sociedade e a seu quadro social, veiculadas pela imprensa. Saudações, Vitor Manoel Andrade, presidente."

Mas já no dia 1º de dezembro, todos os membros da Sociedade haviam recebido uma circular tratando do mesmo assunto. No primeiro tópico, o documento afirmava a "retratação" de Pellegrino e Mascarenhas. A partir do segundo item há expressões que ficariam melhor num pronunciamento de órgãos de segurança do que de uma sociedade científica: "Observar aos Drs Eduardo Mascarenhas e Hélio Pellegrino que, não só as primeiras declarações, deflagrações do processo, mas também outras manifestações posteriores pela imprensa, constituem ato merecedor de irrestrita desaprovação por conterem o germe da desagregação e servirem aos propósitos de contumazes detratores da psicanálise. É preciso, neste momento, deixar explícito que não podemos abrigar em nosso meio atitudes desta natureza."

No item 3, o tom é ainda mais estranho: "No que tange ao desdobramento do processo, chamar a atenção do quadro social para o perigo representado pela possibilidade de inoculação subreptícia de ideologias alheias à psicanálise, em geral, e à SPRJ, em particular, através de movimentos que procuram aproveitar-se de justas reivindicações de parte de nossos associados."

No item 5 da circular é abordada a questão dos candidatos: "Ressaltar que os candidatos são membros do Instituto de Ensino da Psicanálise, não lhes cabendo participar de decisões referentes ao quadro social. Desta forma, quaisquer movimentos que visem a reformas estatutárias, por mais justas que possam ser tais reivindicações, são impertinentes, se envolverem candidatos, não só por ferir nossos regulamentos, mas também, e sobretudo, por serem prejudiciais à formação dos mesmos, já que interferem na análise pessoal".

A resposta de Pellegrino e Mascarenhas demorou (Hélio Pellegrino estava na Europa). No dia 14 de janeiro, ambos mandaram uma extensa carta ao presi-

SPRJ".

Os analistas desafiaram, logo em seguida: "O Conselho Consultivo e V Sa são por nós convocados, num repto de honra, a apontar, naquilo que dissemos, qualquer laivo, trecho, palavra, alusão, alegoria, metáfora ou metonímia que possam ser definidos, mesmo remotamente, como retratação do que tenhamos dito, pela imprensa ou fora dela. Se V Sa e o CC não fizerem prova cabal da retratação infamante que nos atribuem — e não poderão fazê-la, pois tal retratação não existiu nem existe — terão que suportar a pecha de mentirosos, ao mesmo tempo em que ficará evidente, por parte de V Sa, e com o objetivo de manter a qualquer preço uma autoridade espúria, a intenção de nos desmoralizar e denegrir, atribuindo-nos uma infidelidade a princípios que nos ofende em nossa integridade moral".

A circular mereceu um comentário ainda mais contundente dos analistas. Segundo eles, ela tem "o evidente propósito de implantar no espaço institucional, através da falsificação descarada dos fatos, o círculo da calúnia, fazendo-a transitar oficialmente em papel timbrado e assinado por V Sa, como presidente da SPRJ". Segundo os atingidos, a circular "inaugura a investida contra a nossa integridade ética, na medida em que nos atribui atitudes e intenções desonrosas, através de acusações que, em nenhum momento, atendem ao ônus da prova".

O tom da circular, principalmente nos itens 2 e 3, após ser chamado de "bacteriológico" — numa referência a expressões como "germe da desagregação" — é qualificada por Pellegrino e Mascarenhas como "exalando a distância o inconfundível mau hálito peculiar às manifestações da direita mais reacionária; seja no campo do pensamento político, seja no terreno da vida institucional e societária".

Depois de denunciar que o Conselho Consultivo sugere na Circular "sem qualquer disfarce", "a velha tese nada original da infiltração comunista, os analistas consideram "espantoso que esse tipo de argumento, dos mais sinistros e irracionais da história contemporânea,

que se torna assim uma forma de resistência ou de doença do analista. Há um sintoma no espaço da psicanálise que tem de ser resolvido".

**E**LE volta a criticar a estrutura de poder da sociedade, que exige de seus membros associados, todos psicanalistas habilitados, a apresentação de trabalho científico aceito pelo grupo para ter direito a voto. "Por que isso?" pergunta. O analista já fez sua formação, já apresentou trabalho e está habilitado ao ato mais difícil que é atender o doente. Só não pode votar, não tem maioridade. Comparando com a sociedade, seria como exigir de cada cidadão maior de idade que escrevesse um verso parnasiano, em decassílabos perfeitos, para ter direito a voto".

Depois de lembrar que na Sociedade Psicanalítica de São Paulo, tão federada à Associação Psicanalítica Internacional quanto a do Rio, todos têm direito a voto, Pellegrino critica o monopólio dos analistas didatas (analistas que formam analistas) que considera uma "reserva de mercado". "Em muitos países, como na França, não existe esse monopólio. Qualquer analista habilitado pode ser didata", afirma, voltando à frase original que deu início a toda a polêmica: "O que existe é mesmo um baronato, uma gerontocracia burocrática que só prejudica a psicanálise."

Pouco depois da entrevista, chegou o ofício comunicando a expulsão, agora decidida numa reunião de 26 de janeiro, que examinou a carta na qual os analistas repudiaram sua "retratação": Conclusão: como não houve a retratação mantenha-se a pena. "Curioso é que primeiro nos expulsaram, depois negaram, depois nos 'retrataram' e agora, de mentira em mentira, chegam à primeira verdade: houve a expulsão." A decisão agora irá ao Judiciário, pois para mudá-la, dentro da SPRJ será preciso o voto de três quartos dos 23 votantes da Sociedade: "A Matemática nos é desfavorável, não?", pergunta, irônico, apontando mais um absurdo dos estatutos. O julgamento da instituição psicanalítica está apenas começando.

## Lenha na fogueira

- O affair envolvendo a expulsão dos quadros da Sociedade Psicanalítica Brasileira dos doutores **Hélio Pellegrino** e **Eduardo Mascarenhas** está ainda longe de terminar.
  - A luta dos dois psicanalistas deixou de ser pela reintegração de ambos na entidade para passar à carga mais cerrada: querem a abolição dos privilégios feudais dos que comandam a Sociedade em caráter vitalício.
  - Pretendem sacudir a instituição, fazendo com que o poder dentro dela passe a ser, pelo menos, representativo e democrático.
- \* \* \*
- Hoje, a fogueira ganhará mais um pouco de lenha quando falará pela TV, no Canal Livre, o psicanalista Eduardo Mascarenhas.
  - Se os entrevistadores não continuarem com a firme intenção de falar mais do que o entrevistado, o programa promete.

B 10, JB, 01/02/1981, p.3.

## “Psicorrenda”

A expulsão dos psicanalistas **Hélio Pellegrino** e **Eduardo Mascarenhas** da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro ainda vai render muita discussão. Mas há um detalhe, que não está em discussão, e poderia render alguns cruzeiros para o Tesouro e os que fazem — ou os que pagam — análise com psicólogos.

Trata-se do seguinte: o recibo de psicólogo dado a quem lhe paga os serviços de psicanálise ou qualquer terapia assemelhada não serve como comprovante de despesa com saúde. Portanto, não é dedutível da renda, para efeito de pagamento do imposto. Já o recibo do médico, que presta o mesmo serviço, pode.

■ ■ ■

Assim geralmente os psicanalistas não pedem recibo do que pagam, quando tratados por psicólogos. Eles não são *denunciados* e se eximem de pagar imposto sobre a renda. E o leão não tem como apanhá-los.

Este é um assunto que a Receita Federal poderia estudar melhor. Pois saúde mental também é saúde; e do ponto-de-vista do tratamento não há diferença, se tratada por psicólogo ou médico.

B 11, JB, 02/02/1981, p.6.



## Médico confirma que socorreu presa política em Petrópolis

O médico Amílcar Lobo Moreira da Silva confirmou ontem ter sido o médico que atendeu a presa política Inês Etienne Romeu, em 1971, numa casa na Rua Artur Barbosa, 120, em Petrópolis, de propriedade de Mário Ladders, usada na ocasião como cárcere clandestino e onde se teriam praticado torturas. O médico, identificado pela presa como Dr Carneiro, esteve três vezes na casa, num período de 15 dias, e declarou que Inês apresentava sinais de atropelamento.

Ontem à tarde, Inês Etienne Romeu — condenada à prisão perpétua por ações armadas e beneficiada pela anistia — esteve no consultório do médico em Copacabana, acompanhada pelo Deputado Modesto da Silveira. A noite, bastante tenso, o psicanalista recebeu a imprensa e contou que nas três vezes em que esteve em Petrópolis foi acompanhado por dois homens num Opala. O atendimento — disse — foi feito por ordem do Coronel Francisco Homem de Carvalho, que lhe recomendou "sigilo absoluto".

### A visita

Segundo o Dr Lobo, tanto ele como seus acompanhantes vestiam trajes civis (o médico à época era 2º tenente) e foram recebidos na casa "por duas ou três pessoas que já aguardavam nossa chegada". Ele disse que Inês estava num quarto para o qual foi levado, não vendo mais ninguém na casa. "Ela tinha perda de tecido na parte superior da coxa, fiz duas suturas plásticas, curativos e recomendei que fosse internada. Ela confirmou isso hoje (ontem) à tarde", acrescentou, falando em pé e muito devagar (aguardava uma cliente que acabou não chegando).

— Eu sabia que ela era uma presa política e foi recomendado que mantivesse silêncio. Mesmo assim falei do assunto a meu analista didata (Dr Leão Cabernite, ex-presidente da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro), que me recomendou abandonar o Serviço Militar, pedindo dispensa — afirma.

Ele diz que em um ano e meio fez três pedidos de baixa, todos recusados, e continuou servindo no 1º Batalhão da Polícia do Exército, na Barão de Mesquita, para onde fora mandado.

### Outro médico

Continua na página seguinte.

## Outro médico

Declarou que na época em que serviu na PE trabalhava como médico do Quartel, juntamente com o Dr Ricardo Falad. "Havia outro médico, no presídio, mas desconheço seu nome, e a gente não entrava lá. A época era a mais brava", lembra, afirmando que nas vezes em que o médico do presídio não estava de serviço eles eram chamados para atender presos políticos, mas sempre na enfermaria do Quartel.

— Devo ter atendido mais de 20 presos, a maioria com problemas de intestino, mas havia alguns mais graves, como a Efigêria, que tinha uma infecção renal, e a Sílvia. Não sei seus sobrenomes.

— Alguma vez o senhor, durante o atendimento, viu sinais que pudesse interpretar como consequência de tortura?

— Não vou responder a essa pergunta.

— Mas o senhor não questionou o caráter irregular da visita a Petrópolis?

— Se eu questionei? Eu era tenente e ele coronel... Não, não perguntei nem questionei, mas levei para a minha análise, porque aquilo estava me fazendo mal e aí fui aconselhado a sair disso.

Os jornalistas continuavam pressionando, querendo saber se ele não estava confeitado na ocasião, ao que ele respondia sempre afirmativamente. Disse que o atendimento a Inês, em Petrópolis, foi o único que fez fora do Quartel. Afirmou ainda que ninguém morreu sob seus cuidados, nem presenciou qualquer morte.

Devido aos atendimentos em Petrópolis, e na enfermaria do presídio, pensou em notificar o Conselho Regional de Medicina, mas não o fez.

— Por quê?

— E vocês não sabem? — respondeu com outra pergunta, afirmando que até hoje é militar da reserva e passível de convocação.

Continua na página seguinte.

passível de convocação.

## Denúncia

Os problemas do Dr Lobo começaram em 1973, quando a revista argentina *Questionamos* reproduziu uma matéria do jornal comunista (clandestino) *Voz Operária*, onde ele era citado como "especialista em testar a resistência dos presos". Nessa época diz ter pedido seu afastamento da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro, onde fazia formação.

— Meu caso foi investigado por uma comissão da Sociedade e pelo próprio presidente da Sociedade Internacional de Psicanálise, que esteve no Brasil — disse, informando que foi readmitido, mas nunca soube detalhes do processo e não sabe os nomes dos membros da comissão que o investigou.

Seu nome reapareceu recentemente, quando foi denunciado pelo ex-presos político Rômulo Arantes, que disse ter sido torturado por ele. A denúncia foi feita numa reunião na Clínica Social de Psicanálise, na PUC. "Estou disposto a ser acareado com ele em sessão pública", afirmou, acrescentando que Inês prometeu que conseguiria um encontro entre os dois.

— Assim que o meu caso voltou à tona pedi meu desligamento da Sociedade de Psicanálise, para que ela faça o que julgar melhor. Não quero ser instrumento de uma briga política — afirma, referindo-se à disputa entre os psicanalistas Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas e a direção da SPRJ, que os expulsou há uma semana, da sociedade.

Informou também que, em 1979, oficiou ao interventor do Conselho Regional de Medicina, Sílvio Sertá, em virtude de uma reportagem publicada no dia 21 de setembro de 1979 no *JORNAL DO BRASIL*, onde seu nome aparecia vinculado a torturas. Até hoje não recebeu qualquer resposta do CRM.

— A questão não o perturba, nem influi em sua vida pessoal?

— Na época minha família ficou com medo e eu não me sentia bem. Não me sinto bem até hoje.

— O senhor responderia ao CRM se este lhe perguntasse se presenciou torturas, ou encontrou evidências de sua prática?

— Vocês estão querendo me complicar — finalizou.

## Psicanálise

É fato histórico que toda instituição tende a um processo de degeneração, durante o qual ela se transforma progressivamente de instrumento de investigação e crescimento, em uma entidade de caráter autopreservativa e portanto inapelavelmente reacionária. Como o deus grego Saturno, que na ânsia de sobrevivência a qualquer preço, matava e devorava seus filhos, as instituições, ao envelhecer passam a destruir a individualidade de seus membros através de um processo de absorção, rejeitando e expelindo aqueles que se rebelam e não se deixam domesticar, castrar e assimilar.

Parece-me que estas considerações se ajustam ao recente fato da expulsão dos analistas **Hélio Pellegrino** e **Eduardo Mascarenhas** pela SPRJ. O lamentável, creio, é ver-se quantas jovens promessas de brilhantes analistas foram em pouco tempo deglutidas pela instituição, tendo envelhecido precocemente, passando de uma posição liberal e progressista para uma postura institucionalizada, a serviço da repressão e do reacionarismo. Particularmente senti muito ao testemunhar neste episódio a deterioração existencial de colegas aniquilados em sua individualidade, integrando-se servilmente à instituição, no que tem de mais decrépito.

Acalento, todavia, a esperança de que este incidente, em si lamentável, deflagre um processo de conscientização que ajude cada um a rever suas posições e favoreça uma democratização em todos os níveis institucionais, pois disto carece a sociedade brasileira. Na qualidade de psicanalista, membro efetivo da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, morando no Rio de Janeiro, faço questão de vir a público trazer minha solidariedade à bela rebeldia dos amigos queridos Hélio e Eduardo contra um poder antidemocrático, bem como meu compromisso e apoio irrestrito ao Dr Sérgio Bermudes em sua luta em defesa de altos ideais, tão cara e fundamental à nação e à cultura brasileiras. **Luiz Py M. Silva** — Rio de Janeiro.

## O comércio da psicanálise

Nelson Senise

**S**INTO uma ternura muito especial para com os doentes mentais. Convivi com eles durante alguns anos, quando acadêmico, como interno do hospício. Posso dizer que foi graças a eles que consegui ser médico.

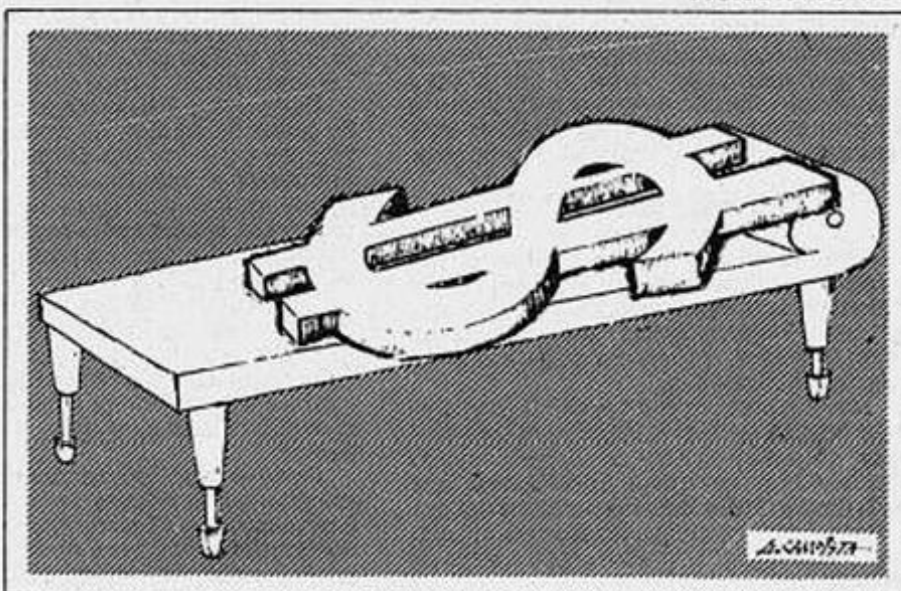
Mantive contato diário, direto, com o mundo de fantasias daqueles infelizes que lotavam as enfermarias. Foram terríveis noites de vigília que guardo como uma recordação dolorosa da minha fase universitária. Tive momentos de revolta com quadros os mais deprimentes, mas que não sensibilizavam ninguém. Os doentes eram apenas fantasmas que rondavam, dia e noite, pelos corredores, num circuito interminável.

Naquela época, a minha revolta prendia-se ao aparente desprezo com que eram tratados aqueles seres humanos, que tinham apenas um rótulo com os mais controvertidos diagnósticos.

Só muito mais tarde iria compreender a luta abnegada daqueles médicos extraordinários, que enfrentavam mil dificuldades, sem nenhum apoio material e um mínimo de conforto para melhorar o padrão de assistência. Não havia como produzir, naquela atmosfera impregnada de miséria. Tenho ainda na memória a imagem daquelas figuras de verdadeiros médicos que se dedicavam a um ramo tão ingrato da medicina. Desfilam diante de meus olhos as imagens de Cunha Lopes, Heitor Carrilho, Costa Rodrigues, Collares Moreira, Odilon Gallotti, Adauto Botelho, Cincinato Magalhães de Freitas. Eram psiquiatras autênticos, que lutavam contra a inércia e a passividade, e o máximo que podiam lograr era, de fato, aquela tranquilidade momentânea, obtida através da alquimia da farmácia.

Daquela época aos dias atuais caminhamos muito, sem dúvida, e a psiquiatria pode hoje oferecer um maior apoio e amparo aos doentes mentais, graças ao esforço, o trabalho, a dedicação, o amor, dos psiquiatras da linhagem do Prof. Mário Santos Moreira. O nosso apreço, a nossa admiração por médicos dessa estirpe que mantêm viva a esperança de melhores dias para esses infelizes que ainda percorrem os hospícios em busca de novos horizontes.

Por extensão, da psiquiatria passamos a admirar e acompanhar o desenvolvimento da psicanálise em nosso meio, uma arma terapêutica que lida com a intimidade da mente humana, trabalhando com substância imponderá-



riência com a psicanálise foi gratificante. No consultório do analista, onde não se pede atestado ideológico ou profissão de fé, o aval é adquirido naturalmente pela solidariedade, uma consequência lógica da identificação que une desconhecidos devido a problemas comuns.

O recente episódio que envolveu os analistas **Hélio Pellegrino** e **Eduardo Mascarenhas**, expulsos da Sociedade de Psicanálise do Rio de Janeiro, trouxe à tona fatos estaremcedores que abalaram o nosso equilíbrio e a nossa crença. Afinal, consideramos a Psicanálise uma ciência nobre.

Para nós, que admiramos e exaltamos o valor da psicanálise como uma ciência que se vem desenvolvendo a cada dia na elucidação da estrutura e função da personalidade, uma nova arma terapêutica essencial de que hoje dispomos no campo das neuroses — para nós, repetimos, as denúncias feitas pelos dois psicanalistas foram gravíssimas.

De público, ouvimos a denúncia de uma corrupção que atinge frontalmente a SPRJ: a sua direção mantém exclusividade para o atendimento dos psicólogos para a sua formação psicanalítica. O que corresponde a dizer que existe um verdadeiro monopólio no atendimento dos psicólogos, que só podem receber o título de analistas com o aval do grupo que comanda a psicanálise no Rio de Janeiro. Isto quer dizer ainda que, no mínimo, 300 psicólogos anualmente só podem ser atendidos e formados por esse grupo, que mantém a exclusividade no atendimento e, naturalmente, na arrecadação das taxas concernentes.

Num país que dispõe de seis mil analistas atualmente — o dobro do que existe na França — o monopólio da

Continua na página seguinte.

Dados da revista *Veja* indicam que "só no Rio de Janeiro, mil divãs disputam mais de 12 mil pacientes".

A expulsão dos analistas **Hélio Pellegrino** e **Eduardo Mascarenhas**, profissionais do mais alto conceito, causou repulsa no meio médico, em especial entre os analistas independentes, que divulgaram uma carta de protesto contra a SPRJ e de solidariedade aos colegas aliados de forma tão insólita. O documento é assinado por figuras da linhagem de um Ernesto La Porta, que honra e dignifica a medicina brasileira e encabeça a lista dos signatários.

Hipotecando a mais irrestrita solidariedade aos Drs **Hélio Pellegrino** e **Eduardo Mascarenhas**, queremos expressar o nosso repúdio a essa oligarquia que domina a psicanálise no Rio de Janeiro e lamentar, ao mesmo tempo, que um ramo da medicina tão respeitado seja também atingido pela comercialização.

Tanto no exercício da profissão de médico como na prática do jornalismo dileitante, jamais fomos coniventes com esse casamento espúrio que muitos aceitam e vários promovem entre a medicina e as ciências contábeis. A medicina comercializada, ou medicina empresarial, como alguns a chamam para atenuar suas intenções, jamais há de ser vista por nós com bons olhos, embora seja de justiça fazer as naturais ressalvas a instituições criteriosas que surgiram precisamente em decorrência de incapacidade do mecanismo oficial para absorver as necessidades de atendimento no vasto campo da previdência social e da assistência médica.

Por tudo isso, por essa posição inarredável, é para nós doloroso verificar que também estamos sendo lesados dentro de uma instituição como a SPRJ, que se fazia respeitar pelos altos propósitos a alcançar e pelo comportamento, que se supunha irrepreensível, na busca desse ideal.

Vemos desolados que a comercialização da medicina acabou por minar os alicerces de uma ciência que tem como base a relação entre o respeito pelos elementos racionais e o respeito pelos elementos irracionais. Não são muito distantes as fronteiras que separam psicologia, psicanálise e psiquiatria. E, como em todos os casos, a matéria-prima é a alma humana, quer se trate de definir o caráter do paciente, quer se pretenda aliviar os seus conflitos íntimos ou, em última instância, trazê-lo de volta ao espaço dos supostos indivíduos normais, nem de longe se poderia supor que ocorresse a um profissional do ramo tirar proveito material de qualquer destas situações para manutenção de um status que, em vez de engrandecer, diminuiu a classe.

Expulsar os psicanalistas que denunciaram irregularidades na SPRJ foi tão inócuo e ridículo como retirar o sofá (ou o divã?) da sala, da velha anedota, para evitar novas manifestações de adultério. Tanto o divã-sofá como os analistas enfeitados não são culpados pelas irregularidades. O adultério foi denunciado e deve ser reparado. Afinal, ainda confiamos na psicanálise.

# Autocracia psicanalítica

Nelson Senise

O episódio da expulsão arbitrária dos analistas Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas e da suspensão de Ernesto La Porta, pela Sociedade de Psicanálise do Rio de Janeiro, veio nos revelar, às vésperas do ano 2000, que essa estranha comunidade, apesar de levar aos paroxismos o culto do superego, ainda tateia, sob o aspecto jurídico e constitucional, nas trevas do subconsciente e até da mais completa alienação social.

Trata-se, não há dúvida, de uma sociedade secreta, com um código de ética próprio e legislação personalista, contemporânea de grupos primitivos, isentos de compromissos com as conquistas da civilização. Tão retrógrada e feudalista é essa entidade que consegue desvincular-se não apenas das normas estritamente profissionais como de todo o contexto institucional do País e do resto do mundo.

Pela sua estrutura e objetivos, a SPRJ tende a constituir-se uma gerontocracia, a julgar pela vitaliciedade atribuída aos bolsões de influência que ali representam o Poder. Integrada atualmente por cerca de 150 membros, suas decisões são tomadas por uma minoria esmagadora de 20 pessoas apenas. São os analistas didatas, uma casta privilegiada, com poderes plenipotenciários e mandatos de duração perpétua, sem solução de continuidade. Por analista didata entende-se aquele a cuja autoridade estão submissos todos os aspirantes ao brevet de psicanalista. Isto é, todo e qualquer analista recém-formado é obrigado a submeter-se ao divá de um desses "anciãos" para poder exercer a profissão.

Quanto a essa exigência, nada há, tecnicamente, a opor. É razoável que quem val lidar com a alma dos outros, cuide de conhecer a sua própria. O que, porém, causa espécie é o alto custo desse cursinho pós-graduação. Cada jovem psicanalista é, estatutariamente, intimado a sujeitar-se à análi-

um ano) do Dr. Ernesto La Porta, que cometeu o crime de hipotecar solidariedade aos colegas ultrajados.

Pela expulsão dos ilustres analistas, manifestaram-se os membros do Conselho Consultivo, três integrantes da diretoria e mais um participante da assembleia, aliás o único a tomar essa posição dentre os 20 oradores da sessão plenária. O que significa que 19 sócios — entre os quais figuram nomes como os de Ernesto La Porta, Carlos Castellar Pinto, Eustachio Portella Nunes, Inês Besochet, Galina Schneider, Moisés Trachtenberg, Nilde Ribeiro e Waldemar Zuzman — se declararam, a viva voz, inteiramente contrários à expulsão dos colegas Pellegrino e Mascarenhas.

Para os que ignoram ou não estão lembrados desta melancólica novela psicodélica, faço aqui um resumo, breve sinopse da via crucis dos analistas colocados no index da Klu-Klux-Klan psicanalítica.

Em fins de setembro do ano passado, a SPRJ, por seu Conselho Consultivo, decidiu excluir dos seus quadros os Drs. Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas, com base em declarações publicadas pelo JORNAL DO BRASIL em reportagem intitulada Os Barões da Psicanálise, sem conceder a nenhum dos dois o direito de defesa. Em outubro, a diretoria comunica a decisão aos colegas "malditos", mas muito "generosamente" sugere que se antecipem, pedindo desligamento da sociedade, "para evitar o vexame da expulsão".

Como homens de bem, obviamente os dois profissionais se rebelam ainda mais com a sugestão da diretoria do que com a decisão do Conselho. A questão cai no domínio público, cria-se uma situação constrangedora para os dirigentes da SPRJ, que ensalam um recuo. Convocam uma reunião plenária, durante a qual a maioria dos associados, manifestando-se contra a decisão de cúpula, pede o arquivamento do processo.

Continua na página seguinte.

se quatro a cinco vezes por semana, num período nunca inferior a seis ou oito anos. Cada sessão custa no mínimo Cr\$ 5 mil, o que garante ao didata, só com um cliente, a tranqüilidade de uma existência feliz, livre de problemas, a não ser os de consciência, se houvesse.

Qualquer esperança de modificar o funcionamento dessa autocracia psicanalítica esbarra numa das muitas aberrações jurídicas dos estatutos: nenhuma alteração será feita sem aprovação de 2/3 do colegiado eleitoral da SPRJ que, como se sabe, é de apenas 20 eleitores. Se são eles mesmos os maiores beneficiários dos privilégios, como iriam votar contra si próprios? A menos que, de repente, começassem a apresentar sintomas de desequilíbrios mentais e fossem forçados a inverter os papéis, passando de analistas a analisandos.

Mas não é somente esse núcleo que governa a máfia psicanalítica do Rio de Janeiro. Existe lá ainda um Conselho intitulado de Consultivo, mas que, na prática, tem ação deliberativa. Esse órgão é composto de 6 membros, todos também com mandato vitalício: 3 ex-presidentes da SPRJ, o presidente atual e mais 2 coleginhas eleitos justamente pelo "baronato" dos didatas. Os demais membros da sinistra instituição têm o direito de comparecer às sessões plenárias e opinarem — olhem lá! — sem que isso naturalmente seja computado como voto.

Conhecidos (em parte, já que não temos acesso aos mistérios transcendentais que regulam a SPRJ) alguns dos aspectos fundamentais de sua engrenagem *sui generis*, torna-se compreensível, embora jamais justificável, a atitude insólita contra os Drs. Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas, expulsos sumariamente e a suspensão (por

Mais forte, porém, do que o Conselho de Segurança da ONU, cujas decisões mais importantes estão sujeitas ao veto das grandes potências, o Conselho Consultivo da SPRJ procede à sua mais vil atitude: mantém o propósito amplamente conhecido de expulsar os dois sócios, mas — ainda uma vez a santa generosidade dos adeptos da gerontocracia — decide suspender a eficácia da medida, não como ordena a ética, com base no consenso dos membros da assembleia-geral, mas a pretexto de que os Drs. Pellegrino e Mascarenhas se teriam retratado (sic) perante a cúpula.

Ora, retratar-se, em nosso linguajar, significa reconhecimento de culpa. E os réus, até agora, sem direito de defesa, não se sentiram culpados de coisa alguma. Tanto que não procuram um divã, nem um confessorário. Tudo o que eles ainda estão procurando, quase 10 meses depois da ação arbitrária dessa nova facção da sinistrose brasileira, é apenas justiça.

Em regime democrático, não se justifica o sistema de funcionamento de uma instituição que contraria frontalmente a organização judiciária do País, repelindo o sufrágio universal e adotando critérios discricionários em duas decisões. Trata-se de uma entidade clandestina, cujos dirigentes parecem vagar no limbo do inconsciente mais nebuloso.

Apesar dos desmandos dos dirigentes da SPRJ a psicanálise sobreviverá com figuras como Hélio Pellegrino, Eduardo Mascarenhas e Ernesto La Porta, que dignificam a nossa profissão.

Embora não sendo psicanalista, solidariamente considero-me expulso da SPRJ.

---

O Dr Nelson Senise é médico no Rio de Janeiro.

---



# “A IMPARCIALIDADE DA SOCIEDADE PSICANALÍTICA ESTAVA COMPROMETIDA”

Deborah Dumar

**A** impugnação da assembléia extraordinária na qual a Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro ratificou a decisão de excluir Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas de seu quadro é uma possibilidade que vem sendo estudada não só pelos dois terapeutas. Segundo Pellegrino, os membros da instituição que haviam determinado a exclusão votaram de novo na assembléia extraordinária convocada em grau de recurso, “tornando-se assim júizes em causa própria”. Segundo ele, a imparcialidade estava comprometida uma vez que seis dos 22 membros com direito a voto são do conselho consultivo. A assembléia teria comparecido apenas 18 (cinco dos quais conselheiros). Desse modo, jamais ele e Mascarenhas obteriam os três quartos dos votos necessários.

Além da defesa apresentada pelos dois, 44 anos dos 57 associados assinaram documentos favoráveis à conciliação, dos quais 14 exigiam retratação. Dos analistas reunidos para discutir a questão — Pellegrino, Carlos Alberto Barreto, Musacchio, Fábio Lacombe, Belmiro Salés Filho, Alfredo José Macedo Dias — nenhum hesitou em discordar do caráter autoritário da administração da SPRJ. Para exemplificar, foi relatada a reação de Vitor Manuel de Andrade, presidente daquela instituição, quando lhe foi sugerida a anulação da assembléia por não haver garantia de imparcialidade:

— Recorram à Justiça!

O imobilismo de posições começou a provocar uma reação por parte de alguns associados que, além de encarar a atual crise como fase de crescimento, não compreendem por que uma minoria possa contrariar a maioria, favorável à reconciliação, se a SPRJ existe em função dos psicanalistas. Vitor Manuel de Andrade gentilmente impediu o acesso da imprensa àquela assembléia, bem como recusou-se a fornecer em nome da sociedade, qualquer declaração a respeito do assunto:

— Para não prejudicar os clientes e pelo desejo de resolver a questão internamente.

Uma atitude não compartilhada por Pellegrino e seus colegas.

— A verdade não prejudica. Por mais dura que seja, é tranqüilizadora. O que prejudica os clientes são os boatos, os rumores, nunca o esclarecimento deles. Uma crise dessas não se abafa.

O caso começou quando Eduardo Mascarenhas e Hélio Pellegrino fizeram severas críticas aos psicanalistas durante uma mesa-redonda na PUC, sem especificar nomes de colegas ou sociedades. O registro do debate, que serviu de fundamento para o Conselho Consultivo decidir a exclusão dos dois psicanalistas da SPRJ, se deu em extensa matéria que o JORNAL DO BRASIL publicou em setembro do ano passado. O presidente da sociedade, Vitor Manuel de Andrade,

comunicou aos dois que seriam desligados e aceitou com a auto-demissão, a fim de evitar uma exclusão vexaminosa. Indignados, Mascarenhas e Pellegrino exigiram a comunicação por escrito. A imprensa, Vitor de Andrade negava a aplicação da penalidade. O arquivamento foi aprovado em reunião plenária, sem condições. A diretoria da SPRJ atribuiu a Pellegrino e Mascarenhas uma retratação que não houve, enquanto em circular alertava sobre o perigo de infiltração de “elementos com ideologias exóticas” naquela instituição, segundo Hélio.

Mas da mesa-redonda Psicanálise e Fascismo, realizada na PUC em fins de setembro de 80, partiu a denúncia de Rômulo Noronha de Albuquerque, ex-presos político, contra o Dr Amílcar Lobo, candidato a analista da SPRJ. Diante dos presentes, Rômulo confirmou o que em 73 uma revista argentina revelara: Amílcar Lobo pertencia à equipe de tortura da PE da Barão de Mesquita.

Em carta, Hélio Pellegrino comunicou a denúncia ao presidente da Sociedade Psicanalítica em 2 de outubro do ano passado, no mesmo dia em que ele e Mascarenhas eram convocados por escrito para tomar conhecimento de sua exclusão, o que ocorreria a 8/10/80, na sede da Sociedade. A decisão da exclusão fora tomada no dia 30 do mês anterior (isto é, uma semana depois da publicação da reportagem Os Barões da Psicanálise no Caderno B). A comunicação do desligamento do médico torturador, em circular, só ocorreu em 12 de fevereiro, depois que todos os órgãos de imprensa noticiaram o reconhecimento do “Dr Carneiro” por seus torturados. Mas, de acordo com documento do Instituto de Psicanálise, Amílcar Lobo havia sido afastado desde o dia 10 de outubro de 80 por motivos de ordem burocrática.

Durante quatro meses, portanto, a Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro guardou segredo quanto à denúncia junto aos associados. A circular de 12 de fevereiro explica que em reunião de 7 de outubro foi procedido o desligamento definitivo de Amílcar Lobo, formalizado em ofício de 10 de outubro. Por um lapso, a circular foi datada de 12 de fevereiro de 1980 embora tenha sido redigida e distribuída em 1981, ano em que a imprensa revelou o caso “Dr Carneiro”.

— O que eu não compreendo — diz Hélio Pellegrino que forneceu as cópias dos três documentos — é por que levaram tanto tempo para fazer a comunicação. A minha carta não teve resposta.

No documento que Mascarenhas e Pellegrino enviaram ao presidente da SPRJ, datado de 5 de março de 81, o silêncio da entidade diante do escândalo Amílcar Lobo foi considerado “mais do que suspeito: seria um crime, se não fosse uma confissão de culpa”. Mais adiante, os dois terapeutas consideram que “os burocratas dirigentes da SPRJ, por omissão e demissão, por acumplicia-



mento e acobertamento, por covardia e esperteza, por medo e cálculo, nada tinham a dizer". Este mesmo documento comenta a circular comunicando o desligamento de Amílcar Lobo da SPRJ e transcreve parte da entrevista de Vitor Manuel a *O Globo* (edição de 7 de fevereiro de 81) em que o presidente da SPRJ recusava-se a comentar o caso Amílcar Lobo:

"Não vamos dar entrevista enquanto estiver correndo o caso do **Hélio Pellegrino** e do **Eduardo Mascarenhas** (analistas expulsos da entidade). O caso deste médico é um caso delicado e pretendemos mantê-lo internamente."

**E**M seguida, é analisado por Pellegrino e Mascarenhas o erro de data da circular de fevereiro, considerado "lapso freudiano": a circular poderia estar denunciando uma retoração fraudulenta de data, cometida no ofício datado de 10 de outubro. Pellegrino e Mascarenhas sugeriram então a convocação de uma Assembléia-Geral Extraordinária, para discussão de eventos extraordinários, entre eles o direito do voto aos membros associados. O direito de voto é também um dos pontos abordados pelos 30 dos 57 associados que se manifestaram favoráveis à conciliação, sem qualquer exigência, em documento apresentado à Assembléia-Geral Extraordinária. Analisando a "tormentosa situação onde se defrontam de um lado dois colegas... Eduardo Mascarenhas e Hélio Pellegrino e de outro a Diretoria da Sociedade e o Conselho Consultivo "os membros associados que assinaram este documento acreditam ser necessária uma análise completa da atual estrutura político-administrativa da SPRJ que não mais corresponde às exigências de seu corpo social.

O psicanalista Roberto Musacchio lembrou que a ratificação da exclusão de Pellegrino e Mascarenhas ocorreu na véspera do 125º aniversário de Freud. E uma vez que o discurso de Pellegrino, chamando a todos a assumir as responsabili-

dades e culpas, chegou a emocionar, mas em nada modificou a posição dos que votaram, Musacchio considerou esta atitude de "um estranho fechamento afetivo".

— E fechadamente, continuam donos da verdade, conclui Pellegrino.

Roberto Musacchio vê com bons olhos a atual crise da SPRJ.

— Em termos institucionais, é uma crise de crescimento. Como tal, envolve tensões diferentes e concomitantes. No caso da crise atual, a agressividade não foi contida nos planos das divergências e transformou-se em violência, de ambas as partes. Uma instituição não é a sede em que está instalada, nem os estatutos que a regem: é o conjunto de membros que a compõem. E é isso que faz de Hélio e Eduardo pessoas fundamentais. Não apenas por serem agradáveis, de rara inteligência e cultura, mas por serem permanentemente irrequietos e insatisfeitos com o crescimento obtido. E são essas características que atraem a repressão, que os faz alvo predileto das forças da reação.

Roberto considera a crise "sadia" e acredita que a SPRJ deveria fazer uma auto-análise. Ressalta que não há ataque à sociedade, mas críticas severas à administração. Carlos Alberto Barreto não só está de acordo sobre os benefícios que uma instituição possa obter com uma crise, como nela diagnostica sintomas de abertura democrática.

— Há cinco anos, ela não seria possível.

Para Alfredo José Macedo Dias, o que acontece reflete a estrutura antipsicanalítica da Sociedade Psicanalítica.

— O princípio da Psicanálise é o de busca da verdade. E a sociedade democrática faz bem ao analista e ao analisando.

Pellegrino concorda que a crise da SPRJ seja institucional e ressalta:

— O grande vício é o poder que a desserve porque não tem consenso.

## Paranóico

O autor de *Patologia Política* falou sobre seu artigo publicado no JORNAL DO BRASIL:

— Nesse artigo eu classifiquei Maluf de paranóico. Ele se sentiu ofendido, e entrou com uma ação criminal, alegando que eu teria praticado crime de difamação e injúria, previsto pela Lei de Imprensa e incurso nos Artigos 21, 22 e 23. Tive cinco dias para providenciar minha defesa prévia e, para isso, contratei, em São Paulo, o advogado Manoel Alceu Afonso Ferreira, que no dia 6 de julho deu entrada na 28ª Vara Criminal, defendendo a teoria de que eu não praticara qualquer crime. Declarei estar disposto a provar, como médico, que ele era realmente paranóico.

— Para isso — continua Senise — arrolei 10 testemunhas, entre elas Hélio Pellegrino, Eduardo Mascarenhas, Dom Marcos Barbosa e Otto Lara Resende, entre outros. Entrei com esta defesa e eles ficaram com “a batata-quente na mão”. O Juiz da 28ª não encontrou, no meu artigo, nenhum ilícito penal que justificasse a queixa-crime. Não havia motivo de crime. No artigo, eu analiso o comportamento de Maluf num programa de televisão e o classifiquei de paranóico e “cara-de-pau”. No bom sentido, claro — concluiu Nelson Senise.

## Psicanálise em questão

*Há um novo surto de insurreição na Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro.*

*Quase um ano depois da expulsão de **Hello Pellegrino** e **Eduardo Mascarenhas**, a maioria dos sócios rebelou-se contra o clima de punições e criou o Forum de Debates, uma espécie de território livre, centro de produção científica para conferências, seminários, cursos e que tem como principal reivindicação o voto para todos os associados.*

■ ■ ■

*O novo caso começou quando Ernesto La Porta foi suspenso por um ano e teve cassada sua carta de analista didata, por ter assinado documento de solidariedade a Pellegrino e Mascarenhas. Outros 13 analistas assinaram também e foram chamados à ordem.*

*Mas resolveram que não aceitarão a punição. Criaram o Forum de Debates convidando Pellegrino e Mascarenhas para frequentá-lo, na sede da SPRJ.*

■ ■ ■

*La Porta recorreu à Justiça e ganhou liminar que o reintegrou à Sociedade, com plenos direitos.*

*Esta é uma boa notícia; segundo Pellegrino, novos ventos sopram na SPRJ. Ele garante que o movimento do Forum conta com apoio de alguns didatas da Sociedade, como Ignez Besouchet e Galina Schneider. Desejam a participação de todos os associados nas decisões — inclusive porque são eles que majoritariamente pagam todas as contas.*



Fotos de Fernando Pimentel/Veja

Diante dos portões fechados da SPRJ, os psicanalistas dissidentes fizeram sua reunião. Hélio Pellegrino argumentou com palavras e gestos

## SEDE FECHADA, REUNIÕES NAS CALÇADAS

# A GUERRA DA PSICANÁLISE ESTÁ NAS RUAS

Continua na página seguinte.

## Ciléa Gropillo

**D**IANTE dos portões da sede da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro, fechados com corrente e cadeado, realizou-se quarta-feira, às 21h30m, a reunião semanal dos membros do Fórum de Debates (uma ala dissidente da SPRJ), presidida pelo psicanalista Carlos Alberto Barreto. Compareceram, além de representantes de sindicatos e associações médicas, cerca de 50 sócios da SPRJ, descontentes com a posição assumida pela direção da entidade em relação aos psicanalistas Hélio Pellegrino (expulso), Eduardo Mascarenhas (expulso), Castelar Pinto (suspensão por seis meses), Fábio Leite Lobo (punido) e Ernesto La Porta (suspensão por um ano e com sua carta de didata cassada).

Uma carta escrita por 13 membros da SPRJ, e enviada ao presidente da instituição, Victor Manoel Andrade, protestando contra atos considerados arbitrários, colocou à mercê do poder da sociedade mais 13 psicanalistas, ameaçados de punições através de uma circular. Descontentes, os psicanalistas resolveram criar um espaço próprio, dentro da própria sede da SPRJ, onde pudessem discutir abertamente quaisquer problemas. Assim nasceu, em maio deste ano, o Fórum de Debates, com reuniões semanais às quartas-feiras, às 21h30m, dentro de dependências do prédio da SPRJ, para debates científicos, apresentação de trabalhos, discussão da crise institucional e da necessidade de mudanças nos estatutos da entidade, que dão direito de voto a apenas 22 pessoas e concentram o poder nas mãos de apenas oito componentes da diretoria e do Conselho Consultivo.

Esse poder foi usado contra o Fórum de Debates na última segunda-feira, quando foi proibida a reunião de seus membros dentro da sede da SPRJ, depois que a diretoria tomou conhecimento do convite feito a Hélio Pellegrino, Eduardo Mascarenhas e Ernesto La Porta para participarem, como qualquer outro associado, das reuniões do Fórum. Revoltados com as proibições, punições e cassações, os psicanalistas do Fórum, impedidos de entrar na sede da SPRJ, usaram as calçadas em frente ao prédio para colocar em pauta o problema que no momento parecia ser o que mais preocupava a todos. Entrariam ou não na Justiça para reivindicar seus direitos, como associados pagantes, de usar as dependências do prédio? Porém, mais do que achar uma solução para esse impasse, o Fórum pretendeu questionar a própria crise da instituição, como explica o presidente da mesa, Carlos Alberto Barreto:

— A crise não é da diretoria ou do estatuto. É de todos. Por isso pedimos uma análise institucional quando o Pellegrino e o Mascarenhas foram expulsos. Este é o momento em que lutamos contra quaisquer manifestações narcísicas ou individualismos que na verdade acobertam o autoritarismo. A maioria quer a discussão política, enquanto a minoria quer uma liminar judicial que pode ser perigosa, pois dependendo da decisão do juiz poderemos ser obrigados a parar com uma luta iniciada há muito tempo e que visa a muito mais do que a

simples utilização do prédio. Nossa luta é contra a acomodação de todos nós, a favor de uma mudança em bloco dentro da SPRJ, já que uma crise institucional não é produzida por uma pessoa, ou uma diretoria. Ela se instala a partir do comportamento dos membros dessa sociedade.

Do alto de um banquinho trazido por Hélio Pelegrino, Carlos Alberto Barreto, usando um megafone que serviu à vacinação em massa contra a poliomielite, convocou os psicanalistas Wilson Chebabi, Hélio Miziara, Nilo Ramos de Assis e Fábio Lacombe a ocuparem seus lugares "à mesa", isto é, em volta do banquinho, a fim de que fossem iniciados os trabalhos.

Após a leitura de uma carta de solidariedade do Dr Gisálio Cerqueira Filho, contestando as punições e proibições, o presidente do Fórum apresentou a advogada Eny Moreira (fundadora do Comitê Brasileiro Pela Anistia), convidando-a, na qualidade de assessora jurídica, a esclarecer quaisquer dúvidas que, sob esse aspecto, pudessem ocorrer aos associados. Naturalmente, a primeira pergunta foi sobre a legalidade do fechamento da sede da SPRJ.

— A SPRJ — disse a advogada — é uma sociedade civil regida por estatutos e pela legislação em vigor. O estatuto garante o livre acesso à sede a qualquer de seus membros associados e efetivos. A partir de um determinado episódio emerge uma oposição à atual diretoria, que descumpra as determinações estatutárias, proibindo o acesso dos membros que formam essa oposição. Existe um caminho jurídico para decidir o impasse, que é a medida cautelar, através de uma liminar que garanta o direito estatutário dos associados de ter livre acesso à sede, desde que para tratar de e discutir assuntos pertinentes aos interesses da categoria. É ilegal e ilegítimo o papel policial administrativo da diretoria cerceando esse direito.

Segundo as palavras de Carlos Alberto, mais do que um espaço, eles garantiam, ocupando as calçadas, o direito a mudanças com uma perspectiva mais ampla do que que a conquista do poder:

— Nós estamos mostrando como gostaríamos que fosse a SPRJ. Mas essa não é uma verdade absoluta. O Fórum não é uma instituição, e sim uma nova perspectiva da constituição de uma sociedade psicanalítica.

— E a punição sofrida por La Porta? — pergunta um psicanalista.

— Parece-me um desrespeito — afirma a advogada Eny Moreira — salvo juízo pior.

E informa que o psicanalista teve seus direitos assegurados por uma liminar do Juiz da 16ª Vara, Dioclécio de Oliveira, tendo a Sociedade sido notificada através de um oficial de justiça.

Moisés Groismam quer o impedimento da atual diretoria. Carlos Antônio Garrido acusa a diretoria de usar o dinheiro dos associados contra membros da SPRJ, enquanto os acusados, para se livrarem das punições, têm de recorrer ao próprio bolso. Algumas vozes levantam-se a favor da liminar, provocando uma reação de Pellegrino:

— Essa posição transcendental representa tudo aquilo que o povo repele. Nossa luta representa a luta contra a fechadura, contra um poder que é servido por um estatuto cuja obscenidade autoritária faria corar o Dr Oliveira Salazar. Sou a favor da liminar

mais tarde. Agora é preciso deixar bem delimitada a linha de partilha que coloca a sociedade na fechadura e nós na abertura. Isto é um escândalo e eles serão vitimados pelo escândalo. Que cada um traga para a calçada os seus pertences. A calçada é do povo e eles estão na rua da amargura.

Qualquer dúvida de que a questão poderia ser resolvida por mediação foi colocada de lado, depois que o Dr Castelar Pinto informou que por iniciativa pessoal havia procurado, naquela noite, às 19h, o presidente Victor Manoel Andrade:

— Fui procurá-lo sem consultar os colegas e pedi-lhe que ponderasse a atitude da diretoria, mostrando-lhe que o conflito era intramuros e que a atitude dele nos colocaria na rua, numa posição que não pretendíamos. Ponderei que essa atitude era uma declaração de guerra e ele respondeu, concordando, dizendo que havíamos declarado guerra em primeiro lugar. Ponderei que era contra guerras e revoluções cruentas e que poderíamos resolver o conflito de outra maneira. Ele disse que pensaria mas, às 21h, quando passei pela sede da SPRJ, os portões estavam fechados. Temos de aceitar o fato. Estamos em guerra. O fechamento das portas, com tudo de simbólico que representa, é uma forma de agressão. Ele nos coloca na situação de estudantes indisciplinados, revoltados, que batem nos portões para invadir o prédio. Temos de nos organizar. Firmeza e moderação é o que eu proponho.

Passando de mão em mão, o megafone foi servindo aos representantes do Fórum e muitas vezes deixado de lado para entrevistas dadas aos canais de televisão. Alguns psicanalistas queriam encerrar a reunião, enquanto outros achavam que a atitude poderia parecer de medo. Na verdade, dentro do clima de paixão, era difícil à advogada responder com segurança e reflexão as perguntas apresentadas, decidindo a mesa suspender os trabalhos, transferindo-os para outro dia:

— Nós vamos vencer — afirma Pellegrino. — O Victor nos deu de presente uma situação política privilegiada que nos favorece no sentido de uma abertura. Eles são o poder autoritário que temem a opinião pública. Nós do Fórum representamos um espaço de convivência e liberdade que não pretende aceitar desafios imaturos ou conflitos inúteis. O Fórum representa o futuro da SPRJ. Existe para discutir construtivamente os problemas da formação e dos candidatos e a concessão de votos aos 50 membros associados, sem a qual nenhuma reforma estatutária terá alcance democrático.

Abraçado pelos colegas, Pellegrino é surpreendido pela atriz Cristiane Torloni, que acha importante sua participação, não como analista (que não é) nem como atriz, e sim como brasileira:

— O Hélio tem toda a razão. A sociedade está vivendo um momento muito importante, em tudo semelhante ao que nós todos vivemos. O Brasil pleiteia a expressão da vontade brasileira e o Fórum está querendo reformar uma instituição por dentro, da mesma maneira que nós brasileiros pleiteamos as nossas reformas na Constituição. O Brasil vive o mesmo drama e está lutando por iguais ideais e ninguém pode ficar alheio a uma luta que é mais nacional do que

caderno

B

## A PALAVRA DA SPRJ

**S**EGUNDO o presidente da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro, Dr Victor Manoel de Andrade, a participação dos Drs Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas, expulsos da instituição, em uma das reuniões do Fórum de Debates foi um dos motivos que determinaram o fechamento, quarta-feira, dos portões da sede da SPRJ e a proibição da entrada dos integrantes do Fórum em qualquer dependência do prédio:

— A diretoria da SPRJ enviou uma circular a todos os associados, cientificando-os dos motivos que a levaram a tomar essa atitude. Na circular, explicamos a posição da diretoria. Por acharmos o assunto da maior seriedade, pretendemos tratá-lo internamente. Um escândalo com a participação do público só viria prejudicar a Psicanálise e os pacientes.

## ...E SEUS NÚMEROS

**A** SPRJ tem 72 membros. Cinquenta são membros associados e não têm direito a voto. Só votam 22, os membros efetivos. Desses, 20 são os didatas, os chamados "barões", que têm por clientela garantida os mais de 100 candidatos do Instituto de Ensino da Psicanálise, órgão subordinado à SPRJ. São cinco os graus hierárquicos: candidato, egresso, associado, efetivo e didata. Os candidatos não são sócios, antes do seu rito de passagem que inclui a análise didática (obrigatoriamente com os "barões") e seu trabalho clínico. Dos 72 sócios, 42 no momento apóiam o Fórum de Debates, isto é,

## Psicossindicância

Desembarcam no Rio de Janeiro, no próximo dia 25, vindos de Londres, os psicanalistas Adam Limentani, presidente da International Psychoanalytical Association, Moses Laufer, secretário, e Irene Auletta, secretária executiva. Missão: apurar as causas da crise que envolveu a Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro.

Na agenda da comissão de sindicância da entidade fundada por Sigmund Freud constam os seguintes pontos:

- a expulsão dos analistas Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas;
- a punição do analista Ernesto LaPorta, solidário com os colegas expulsos;
- o caso Amílcar Lobo, médico que participou da equipe de torturadores do DOI-CODI, no quartel da Barão de Mesquita, e durante muito tempo candidato em formação psicanalítica na SPRJ.

■ ■ ■

Enquanto a comissão não chega, o psicanalista Carlos Alberto Barreto, presidente do Forum de Debates, órgão dissidente da SPRJ, resolveu operar-se hoje, na Casa de Saúde São José, de um trombo na artéria abdominal. Ele, que está no centro da crise, diz bem-humorado que quer ficar livre de qualquer obstrução para quando a comissão da IPA chegar.



## LÁ É DIFERENTE

- Anuncia-se a chegada em breve ao Rio do alto comando da International Psychoanalytical Association.

- Vem apurar as causas da crise que envolveu a Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro, e de sua agenda, entre outros itens, consta, como é vontade da entidade brasileira, a expulsão dos analistas **Helo Pellegrino** e **Eduardo Mascarenhas**.

\* \* \*

- Não custa nada lembrar que a sede da International Psychoanalytical Association é em Londres, cidade localizada no hemisfério Norte, onde, à exceção dos países do bloco comunista, casos de dissidência, como os de Pellegrino e Mascarenhas, costumam ser tratados com a intensificação do diálogo, preocupação de entendimento, tentativa de conciliação etc.

- Combater dissidência com expulsão sumária, defenestração etc. é coisa de União Soviética e ditaduras afins.

- Mesmo em se tratando de uma crise ocorrida no Brasil será sempre melhor dizer que os membros da IPA vêm ao Rio para debater a expulsão dos dois analistas do que para expulsá-los.

*Zózimo Barrozo do Amaral*

## Diplomados

Os médicos **Hélio Pellegrino**, **Eduardo Mascarenhas** e Ernesto La Porta receberam diplomas de psicanalistas concedidos pela IPA, a International Psychoanalytical Association, fundada por Freud, com sede em Londres. Os documentos chegaram em canudos, expedidos na Capital britânica no último dia 7 e assinados por Edward D. Joseph, presidente da instituição, que esteve no cargo até julho passado.

■ ■ ■

No texto dos diplomas, confirma-se, para cada um deles, sua filiação à IPA, "em virtude de ser membro associado da SPRJ, a qual aprovou sua qualificação para a prática da Psicanálise". A concessão dos títulos foi interpretada pelos analistas brasileiros como um gesto de boa vontade da IPA, uma tentativa de desarmar os espíritos, depois que Pellegrino e Mascarenhas foram expulsos e LaPorta punido pela SPRJ. Para todos os efeitos, a IPA não tomou conhecimento da exclusão.

■ ■ ■

E há quem veja, no gesto, o desejo de a IPA abolir as punições, a poucos dias da chegada, prevista para o próximo dia 25, de uma comissão de sindicância encarregada de apurar as causas da crise que envolveu a SPRJ.

## Justiça recusa ação de psicanalistas que queriam anular expulsão

A Juíza da 25ª Vara Cível, Helena Bekhor, julgou improcedente a ação interposta pelos psicanalistas **Hélio Pellegrino** e **Eduardo Mascarenhas** contra a Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro, que tinha como objetivo anular o ato que os excluiu dos quadros da instituição. A magistrada condenou ainda os dois a pagar as custas processuais e honorários advocatícios de 20%.

Em sua sentença, a juíza afirma ter havido uma indisfarçável dissidência entre o discursos dos dois psicanalistas e a linguagem tradicional da instituição psicanalítica. "alvos de críticas acerbas e que deveriam ser antes debatidas no âmbito societário e não expostas ao público, que, como mero espectador dos acontecimentos, fica entre aturdido e decepcionado ao constatar as profundas divergências no seio dos que lhe pretendem devassar os interiores".

### Divergência

Na ação inicial — patrocinada pelo advogado Sérgio Bermudes — está retratada a divergência entre os dois psicanalistas e a instituição. No dia 17 de setembro do ano passado, **Hélio Pellegrino** e **Eduardo Mascarenhas**, junto com o psicanalista Wilson Chebadi, participaram de uma mesa-redonda, na PUC, que tinha como tema A Psicanálise e sua Inserção no Modelo Capitalista. Os debates foram promovidos pela Clínica Social de Psicanálise, instituição que visa ao atendimento de pessoas de baixa renda.

No dia 2 de outubro, Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas foram convocados para reunião de diretoria da Sociedade Psicanalítica, a fim de tomar conhecimento da decisão do Conselho Consultivo de

Continua na página seguinte.

excluí-los dos quadros, pelo fato de terem feito críticas às sociedades de psicanálise. Aos dois, foi oferecida a alternativa de se demitirem, mas não concordaram, pois jamais assumiram qualquer culpa. Diante da negativa, o Conselho os excluiu, decisão que os dois psicanalistas consideraram manifestamente nula, por não lhes ter sido assegurado o direito de defesa.

Ao contestar a ação inicial, a Sociedade Psicanalítica alegou que sua atuação fora questionada pelos dois que "vêm procurando solapar e demolir tudo o que foi construído durante anos". Ao acusarem a Sociedade "de exercer um baronato e discriminação político-partidária," durante o debate realizado na PUC, "atentaram contra a reputação da instituição, sujeitando-a a decair do alto conceito em que sempre foi tida". E requereu fosse julgada improcedente a ação inicial.

### Sentença

Ao iniciar sua sentença, a Juíza Helena Bekhor afirmou o fato de a pretensão de **Hélio Pellegrino** e **Eduardo Mascarenhas** não encontrar amparo. "A alegada reiteração de violência invocada na ação inicial sequer demanda maior apreciação, à vista da mencionada decisão, tomada pela maioria dos membros efetivos, observadas as disposições estatutárias e das quais não consta impedimento dos membros do Conselho Consultivo de participar da votação".

Invocando o Código Civil, a magistrada diz que "não se trata de negar ao sócio o direito de recorrer ao Judiciário, em caso de manifestar arbitrariedade, desde que tal ocorra, o que não se configura na hipótese, em que inexistente a sustentada nulidade da pena de exclusão, sendo esta consequência de uma situação que teve vários desdobramentos. O inconformismo — e porque não diz — a intransigência dos autores (**Hélio Pellegrino** e **Eduardo Mascarenhas**) levou-os a reacender a controvérsia, alimentada pelos meios de comunicação".